Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Organizador

HISTÓRIA DOS SERTÕES: CONEXÕES COLONIAIS

COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS

PPGHC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO CERES

Criação Editora

2

COLEÇÃO
SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS

COMISSÃO CIENTÍFICA

Abimael Esdras C. Lira (Doutorando – UFRN)
Abrahão Sanderson N. F. da Silva (UFRN)
Adson Rodrigo Silva Pinheiro (Doutorando – UFF)
André Ricardo Heráclio do Rêgo (MRE)
Antonio José de Oliveira (UFRN)
Antônio Zilmar da Silva (UECE)
Artur Vitor Santana (Doutorando – UNICAMP)
Avohanne Isabelle Costa de Araújo (UFMA)
Bruno Kawai Souto Maior de Melo (UFPE)
Cassio Expedito Galdino Pereira (URCA)
Darlan de Oliveira Reis Júnior (URCA)
Débora Strieder Kreuz (UESPI)
Elson de Assis Rabelo (UNIVASF)
Eurípedes Antônio Funes (UFC)
Fabíola Cristina Alves (UFRN)
Fernando Bagiotto Botton (UESPI)
Francisco Ramon de Matos Maciel (UFC)
Francisco Ruy G. Pereira (SEEC – CE)
Gabriel Pereira de Oliveira (IFRN)
Gabriela Berthou de Almeida (UESPI)
Israel da Silva Aquino (Doutorando – UFRGS)
Janaína Freire dos Santos (IAUPE)
Janille Campos Maia (Doutoranda – FIOCRUZ)
João Fernando Barreto de Brito (UERN)
João Paulo Peixoto Costa (IFPI)
Joaquim dos Santos (URCA)
Johnnys Jorge G. Alencar (Doutorando –UFBA)
José Ferreira Júnior (FAFOPST)
José Leonardo do Nascimento (UNESP)
José Vieira da Cruz (UFS)
Juciene Batista Félix Andrade (UFRN)
Kamillo Karol Ribeiro e Silva (FVJ)
Kleiton Souza de Moraes (UFC)
Laila Pedrosa da Silva (Doutoranda – FIOCRUZ)
Layra de Sousa C. Sarmento (Doutoranda – UnB)
Leda Agnes Simões (Doutora –UERJ)
Lucas Gomes de Medeiros (Doutorando – UFRPE)
Mairton Celestino da Silva (UFPI)
Marcio Antônio Both da Silva (UNIOESTE)
Márcio dos S. Rodrigues (Doutorando – UFPA)
Marcos Antonio de Menezes (UFJ)
Marcos Luã Almeida de Freitas (Doutor –UFSC)
Marina Monteiro Machado (UERJ)
Michelle F. Maia (Centro Universitário UNINTA)
Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE)
Pedro Abelardo de Santana (UFAL)
Rafael Ricarte da Silva (UFPI)
Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)
Raimundo Nonato Rodrigues de Souza (UVA)
Renata Felipe Monteiro (SME – Fortaleza)
Roberto Viana de O. Filho (Doutorando – UFC)
Robson William Potier (SEEC-RN)
Sônia Maria de Magalhães (UFG)
Tatiana Gonçalves de Oliveira (UESPI)
Thiago Reisdorfer (UESPI)
Tiago Bonato (UNILA)
Tyrone Apollo Pontes Cândido (UECE)
Valério Rosa de Negreiros (UESPI)
Valter Gomes Santos de Oliveira (UNEB)
Wania Alexandrino Viana (UFOPA)

2

COLEÇÃO
SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS

HISTÓRIA DOS SERTÕES: CONEXÕES COLONIAIS

Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Organizador

PPGHC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO CERES

Criação Editora

Aracaju (SE) | 2023

COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS
Organizadores da Coleção
Ane Luíse Silva Mecenas Santos
Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Juciene Batista Félix Andrade

História dos Sertões: Conexões Coloniais (n. 2)

Organizador do volume
Helder Alexandre Medeiros de Macedo

ISBN
978-85-8413-397-0

Projeto Gráfico
Adilma Menezes

EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL
Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

M141h Macedo, Helder Alexandre Medeiros de (org.).
História dos Sertões: Conexões Coloniais / Organizador: Helder Alexandre Medeiros de Macedo. -- 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora; Caicó, RN: Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023.
216 p. (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, **n.2**).
E-book: PDF.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-8413-397-0

1. História do Brasil. 2. Nordeste – Brasil. 3. Sertão. 4. UFRN. I. Título. II. Assunto. III. Organizador.

CDD 981.3
CDU 94(81)

Copyright 2023 by organizador e seus respectivos autores

Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras

Os livros que compõem a coleção **Sertões, caminhos e fronteiras** materializam o esforço de pessoas que apresentaram resultados de suas investigações científicas, remotamente, em 2021, durante o II Seminário Nacional de História Social dos Sertões/IV Jornada de História dos Sertões – Caminhos e sertões: territórios e culturas, evento que teve como objetivo geral proporcionar um compartilhamento de saberes acadêmicos sobre o domínio temático da História dos Sertões a partir do cruzamento de esforços institucionais que partiram, nesse caso, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O II SEHIS apostou no fortalecimento desse campo - o da História dos Sertões -, a partir da confluência de pesquisadores da História e das Humanidades para importantes discussões de temas a ele correlatos.

O evento se constituiu enquanto uma ação de continuidade que deu prosseguimento ao I Seminário Nacional de História Social dos Sertões – O papel da História na compreensão do "Brasil profundo" realizado na Universidade Regional do Cariri (URCA – Crato-CE) em 2018, bem como, ao I Colóquio de História Social dos Sertões, realizado na Universidade Estadual do Ceará (UECE – Quixadá-CE) em 2016.

A edição de 2021 foi promovida pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e co-promovida pelo Mestrado em Geografia do CERES (GEOCERES-UFRN), em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN-Caicó. Contou com apoio das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pós-Graduação (PPg) e de Extensão Universitária (PROEx) da UFRN, bem como, do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) e dos Departamentos de História (DHC-CERES-UFRN) e de Geografia (DGC-CERES-UFRN).

O evento deveria ter se realizado em Caicó (RN), no Campus do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da UFRN, porém, o afluxo da pandemia de

Covid-2019 impossibilitou que isso acontecesse. A programação sênior (conferências e mesas) foi realizada no Canal do PPGHC no Youtube (https://www.youtube.com/ppghcufrn), enquanto os simpósios temáticos e minicursos, na Plataforma *Google Meet.*

Os caminhos, como insinua o título da coleção, são entendidos a partir de um duplo significado: nos referimos tanto aos percursos vividos por homens e mulheres, na construção de suas vivências empíricas nos espaços, quanto àqueles de natureza intelectual, responsáveis pela constituição de um saber sobre os sertões. O ponto de partida para se pensar em caminhos é a enunciação da palavra sertão – e seu plural, sertões – no processo histórico da ocidentalização, no contexto das navegações marítimas e suas conquistas em terras afastadas da Península Ibérica, empreendidas a partir do século XV por portugueses.

Antes desse período, a palavra sertão era utilizada, no âmbito de Portugal, para designar lugares afastados da costa. Viajando junto com os exploradores portugueses, ela foi utilizada em diferentes partes das Índias Orientais (Península Arábica, Índia, China) e Ocidentais (Ceuta, Angola, Brasil) para designar espacialidades com os sentidos de mata, vegetação contínua, floresta, oposto ao mar, interior, afastado, coração da terra, travessia, verde, árido, vazio. Diferentes caminhos, assim, foram sendo traçados pelos homens e mulheres que se lançaram ao mar e depararam-se, inclusive, com uma nova natureza, proporcionada pelo impacto com o desconhecido.

A transformação da natureza, pelo homem, culminou em processos de territorialização que geraram formas institucionais e não institucionais de controle do espaço, como as feitorias, fortalezas e, a partir da colonização, sítios, fazendas, ribeiras, currais, povoados, vilas, cidades, termos e freguesias. Os sertões foram sendo construídos, dessa maneira, a partir da confluência de muitos caminhos, em múltiplas fronteiras, que podemos enxergar na experiência histórica de pessoas saídas da Ibéria e que, ao cruzarem os oceanos, construíram novos modos de vida em espaços afastados de seu lugar de origem, vivências essas intercruzadas com os nativos encontrados nas novas terras e com as populações que vieram da Costa da África.

Ao longo do tempo, no âmbito da história traçada no que hoje chamamos de Brasil, sertão, enquanto conceito, foi apropriado de diferentes maneiras, pelas pessoas que dominaram o saber burocrático (padres, escrivães, tabeliães)

e/ou geográfico (cosmógrafos, pilotos, agrimensores), por cronistas e viajantes – nativos ou não da América –, mas, também, por homens e mulheres sem conhecimento técnico e que tiveram a experiência do viver nos sertões. Esse conceito foi retomado e reapropriado, a partir do século XIX, pelos saberes acadêmicos em construção no Brasil, sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro, e, posteriormente, no pensamento social brasileiro e nas universidades, constituindo, pouco a pouco, um domínio temático, a História dos Sertões, campo de estudos sem o qual é praticamente impossível compreender a História do Brasil.

Os capítulos que compõem os livros da coleção Sertões, caminhos e fronteiras, assim, contribuem para o fortalecimento do campo da História dos Sertões, ao proporem reflexões sobre as diferentes possibilidades de pesquisa dentro desse tema. Demonstram o compartilhamento de saberes sobre experiências humanas ocorridas em diversos tempos e espaços no atual território brasileiro, reforçando a ideia da imprescindibilidade da difusão do conhecimento científico, numa época em que, no Brasil, fazer ciência é tão dificultoso. Esperamos, assim, que os textos aqui apresentados proporcionem outros diálogos e novas experiências de contato com a História.

Ane Luíse Silva Mecenas Santos
Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do
Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)
Organizadora da Coleção *Sertões, Caminhos e Fronteiras*

Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Professor do Departamento de História (CERES-UFRN), do
Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e do
Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA (PPGH-UFRN)
Organizador da Coleção *Sertões, Caminhos e Fronteiras*

Juciene Batista Félix Andrade
Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do
Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)
Organizadora da Coleção *Sertões, Caminhos e Fronteiras*

APRESENTAÇÃO

Este volume 2 da coleção *Sertões, caminhos e fronteiras* abrange resultados de investigações que versam sobre os sertões coloniais, em suas múltiplas espacialidades circunscritas à América portuguesa. Os capítulos do livro, dessa forma, convidam-nos a recuperar a historicidade dos mais diversos sertões a partir das experiências dos sujeitos que o territorializaram e representaram.

Os sertões aparecem, nesses textos, não apenas como os espaços considerados vazios, incultos, ermos, distantes do litoral. Mas, como espacialidades permeadas pela ação humana, a partir de diversas frentes de investida, no bojo do que se convencionou chamar a conquista e a posterior colonização. Os sertões do Seridó, do rio São Francisco, da Paraíba, do Grão-Pará e Maranhão, de São Paulo, do Ceará, das Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Piauí, são alguns dos territórios sobre os quais os autores e autoras desse volume se debruçam, em suas pesquisas, que cobrem, grosso modo, os séculos XVIII e XIX. Todavia, alguns dos estudos aqui apresentados avançam até o século XX, demonstrando que alguns ecos da colonização se fazem sentir, até hoje, nos processos cotidianos vividos pelas pessoas nos sertões ou na historiografia construída sobre eles.

Originalmente, os capítulos desse livro foram comunicações orais apresentadas durante o II Seminário Nacional de História Social dos Sertões, encontro realizado pelo PPGHC-UFRN, especificamente abrigados nos simpósios temáticos Fronteiras, conexões e impérios: dinâmicas de conquista e ocupação nos diferentes sertões das Américas ibéricas (séculos XVI-XVIII); Territorialidades indígenas nos sertões;

Agentes, agências e ofícios administrativos nos sertões do Império luso (sécs. XVII-XIX); Grande sertão d'aquém e e'além mar: caminhos e veredas no Brasil e na África portuguesa.

Os temas tratados nos textos do presente volume, assim, tratam de conexões coloniais envolvendo os mais diferentes sujeitos responsáveis pela produção desses territórios nos sertões: indígenas, mulheres, mestiços, "escravos", militares, colonos e agentes da Coroa. Processos como os de mobilidade social, territorialização, militarização, escravidão, misturas e produção de cartografias são analisados e nos convidam a pensar a historicidade dos sertões, garantindo, assim, a pujança desse domínio temático, mais vivo que nunca na historiografia.

Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Organizador do volume

Sumário

13 **Maria da Cruz: "Sertaneja das Lonjuras do Sertão, Chefe de Família, Apotentada e Revoltosa"**
Lívia Rodrigues Canabrava

30 **Um Mapa na Algibeira: Fronteiras e Conquistas em um Roteiro Sertanista do Século XVIII**
Hélida Santos Conceição

47 **Territorialização e Mestiçagens nos Sertões da Capitania do Rio Grande, 1788 a 1849 47**
Maiara Silva Araújo 47

63 **Os Indígenas e as Expedições do Estado do Grão-Pará ao Mato Grosso (1750-1777)**
Vanice Siqueira de Melo

79 **Tropas Indígenas na Conquista do Sertão de Palmares (1660-1695)**
Wesley de Oliveira Silva

94 **Espaços e Inscrições da Diferença em uma Cidade do Sudeste Piauiense: Semânticas da Indianidade em Questão**
Camila Galan de Paula

111 **Indígenas dos Sertões de São Paulo (1730-1822)**
Marcio Marchioro

124 **"Terreno Occupado por Indigenas Feroses": Representações dos Sertões Paulista no Atlas do Imperio do Brasil (1868) e as Resistências aos Levantamentos**
Maria Leopoldina Dantas Máximo; Ravenna Rodrigues Cardoso

142 **Filha de Indígena, Mulher de Quilombola: Relações Interétnicas no Sertão do Piauí**
Rebeca Freitas Lopes; Tatiana Gonçalves de Oliveira

156 **Os Paiaku dos Sertões do Norte: Territórios Sociais nas Capitanias do Ceará Grande e Rio Grande do Norte (Século XVIII)**
Ristephany Kelly da Silva Leite

170 **"Entre as Mãos Frias da Morte": A "Grande Seca", a Epidemia e a Fome nas Capitanias do Norte (1790-1793)**
Jeferson dos Santos Mendes

182 **O Sertão Maranhense nos Oitocentos: Os Relatos de Francisco de Paula Ribeiro Sobre os Pastos Bons**
Rodrigo Castro Azevedo

197 **"Sebastião Cardoso Batalha": Mobilidade Social Indígena Na América Portuguesa do Antigo Regime (Capitania do Rio Grande, Século XVIII)**
Abimael Esdras Carvalho de Moura Lira

213 **Índice Remissivo 213**

MARIA DA CRUZ: "SERTANEJA DAS LONJURAS DO SERTÃO, CHEFE DE FAMÍLIA, APOTENTADA E REVOLTOSA"

Lívia Rodrigues Canabrava[1]

Os sertões são muitos, já dizia Guimarães Rosa em sua obra clássica da literatura brasileira *Grande sertão: veredas*, e evocam uma multiplicidade de sentidos. "Sertão dos currais, sertão dos facínoras e do gentio bravo, sertão dos régulos e pés rapados, sertão dos salteadores, sertão das tropas e comboios, sertão promessa de tesouros escondidos, (...) sertão das minas, sertão do rio São Francisco" (CARDOSO. 2013, p. 26). Sertão de figuras míticas consagradas na história, na literatura e nos contos populares, a exemplo de Diadorim e Riobaldo, de Antônio Conselheiro, de Lampião e Maria Bonita, de João Grilo e Chicó, dos Retirantes, de Joaquina de Pompéu, de Dona Beja. O sertão: morada de D. Maria da Cruz.

D. Maria da Cruz ganhou destaque na história por sua atuação nos motins de 1736 no sertão são franciscano. Era uma apotentada do sertão, sendo considerada por autoridades de sua época uma das lideranças dos motins. Segundo Botelho e Anastasia (2012), para resgatá-la para a história é preciso encontrá-la, escondida, nos documentos que

[1] Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes - MG). Esse texto faz parte da dissertação de mestrado intitulado "As várias faces de um mito: D. Maria da Cruz entre histórias memórias e narrativas (2016)", pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Unimontes (PPGH), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

tratam dos feitos e malfeitos dos homens que a cercavam, assim como através da compreensão do espaço social em que estava inserida. Assim como D. Maria da Cruz, algumas mulheres ocuparam espaços no Brasil colonial que fogem aos papéis sociais definidos em uma sociedade patriarcal. Como chefes dos grupos familiares, as viúvas ou esposas de maridos ausentes exerciam funções importantes na coesão e harmonização familiar, o que, na perspectiva de Eni de Mesquita Samara (2003), pode ser resgatado desde o século XVI nos contos e memórias dos contadores de histórias, que nos folclores regionais delineiam vultos de mulheres fortes com papéis sociais decisivos para a sobrevivência dos grupos familiares.

Mesmo em importantes famílias do Brasil colonial, em que o *pater famílias* monopolizava as decisões e tinha controle quase que absoluto da vida de seus dependentes e agregados, existiram lideranças femininas, a maioria das vezes assumida após a morte do marido. Porém, vale ressaltar que, embora estas tenham assumido o controle dos bens, não constituíram um matriarcado, pois mesmo ocupando outros espaços sociais, não alteraram o papel da mulher na sociedade patriarcal brasileira do período colonial. Como bem coloca Mary Del Priore (2000), elas foram espectadoras da expansão pecuária nordestina, do surgimento de tantos povoados pelo sertão, acompanharam os ciclos bandeirantes de apresamento ou da busca de riquezas; assistiram a instalação da máquina administrativa da Coroa, participaram de inúmeros conflitos e reações contra a política colonial. Desse modo, cabe aqui ressaltar a existência de mulheres donas de terras e gerenciando bens familiares no sertão do rio São Francisco norte mineiro, através da figura de D. Maria da Cruz, concebida por Laura Mello e Souza (1999) como uma virago sertaneja das lonjuras de São Romão, chefe de família, apotentada e revoltosa.

Dona Maria da Cruz Portocarreio era natural da Vila de Penedo, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, em Alagoas. Filha do Capitão Pedro Gomes Ferreira e de Domingas Ferreira; casou-se com Salvador

Cardoso de Oliveira, natural da cidade de São Paulo, filho de Manoel Francisco de Oliveira e de D. Catarina do Prado e era sobrinho do sertanista Matias Cardoso de Almeida. Em 1690 os sertanistas que acompanharam Matias Cardoso nas incursões receberam oitenta léguas quadradas de terra, sendo quatro para cada um, onde instalaram suas moradias e suas famílias. Salvador Cardoso demarcou as quatro léguas à margem direita do rio São Francisco, e lá ele fundou o Sítio das Pedras, para onde se mudou com sua família. Do seu casamento com Maria da Cruz nasceram seis filhos. "O mestre do campo Mathias Cardozo de Oliveyra, o Padre João Cardozo de Oliveyra, Pedro Cardozo de Oliveira, o Padre Monoel Cardozo, Dona Maria Cardoza de Oliveira [...], Dona Caterina do Prado"[2].

É válido observar que a ocupação do sertão do São Francisco no norte de Minas Gerais, por famílias como a de D. Maria da Cruz, está intimamente ligada ao desenvolvimento da pecuária que se interiorizou pelas margens do rio São Francisco, mas um importante fato a ser destacado nos primórdios da ocupação são as entradas para o sertão, protagonizadas por bandeirantes paulistas e baianos que em meados dos séculos XVI e XVII tornaram-se a força propulsora para a ocupação do sertão. Com a atuação dos bandeirantes estabeleceram pequenos povoados nos locais por onde passavam, desenvolvendo nessas regiões a agricultura de subsistência, ocupando territórios dominados por populações indígenas.

Outro fator de destaque para ocupação e povoamento do sertão são franciscano foi a expansão da economia açucareira no Nordeste, pois a pecuária que era uma atividade desenvolvida contígua ao litoral, servindo de abastecimento para a zona açucareira, começa a ser deslocada para o interior da colônia. As áreas canavieiras da Bahia e de Per-

[2] TESTAMENTO de Maria da Cruz. Vila de Santo Amaro da Purificação (Recôncavo Baiano). 13 de setembro de 1739. Fórum Edmundo Lins do Rego – Serro- MG, In: BOTELHO, ANASTASIA. 2012, p.150.

nambuco, para Caio Prado Júnior (2004), desempenhavam um importante papel nesse processo de expansão da pecuária para o sertão, que no século XVII atinge a região do médio São Francisco, formando-se as primeiras fazendas de gado no Norte de Minas, classificadas por muitos historiadores como os currais do São Francisco.

Carla Anastasia (1998), ao analisar a obra clássica da historiografia brasileira *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior, pondera que embora o autor destaque a importância das correntes de povoamento derivadas da Bahia e de Pernambuco, as evidências documentais apontam os paulistas como principais propulsores do povoamento e da dinamização econômica desses sertões. Sobre a mesma questão, em sua obra *A Geografia do Crime: Violência na Minas Setecentistas (2005)* a autora aponta os paulistas como primeiros povoadores moradores do sertão. Entretanto, pondera que os baianos também realizaram incursões nessas áreas na proximidade do sertão do São Francisco com a Bahia, tornando possível sugerir um povoamento derivado da descida de moradores dessa Capitania e de Pernambuco.

As imensas riquezas que subiam e desciam o rio São Francisco tornaram-se alvo de cobiça para os salteadores, que converteram as margens do rio em local de desordem. É possível perceber as ações violentas exercidas pela família Cardoso, como forma de manter o seu domínio e subjugar os seus agregados, como consta nas fontes: no Arraial de Morrinhos no distrito do governo de Minas em que morava Domingos do Prado Oliveira, que devido a sua posição social gozava de régulos "castigando escravos como tirano (...) /tratando mal os comboeyros, e canoeyros que andão pelo rio/ e a hum mandou amarrar como a negro, fazendo-o de seu poder ab/soluto dar dinheiro e outras couzas muita sem temor de Deos/ nem justiça"[3].

O contrabando era prática corriqueira nesses caminhos, como

[3] MANUSCRITOS do Brasil/IAN/PT/TT/MSBR/Livro 10, fls. 222-225v. In: BOTELHO, ANASTASIA. 2012, p.76.

aponta Francisco da Cunha Lobo ao escrever a Gomes Freire de Andrade em 8 de maio de 1736 relatando essa costumeira prática: "a largueza deste sertão franqueava o passo dos vadios e poderosos, podendo os descaminhos passar sem embaraço para qualquer parte"[4]. Entre os inúmeros relatos sobre os comboios nos territórios da família de D. Maria da Cruz, temos o ataque a João Alvares, que teria ocorrido "entre a fazenda chamada o Riacho, e outra chamada a Canabrava/ na beira do Rio de São Francisco da parte da Capitania Geral da Bahia"[5]. Como consta na carta, sua carga foi roubada e a quantia de 7 mil cruzados, o seu corpo foi feito em pedaços sendo necessário juntá-los para o enterro. O comboieiro "havia saído do Arraial das Pedras de Salvador Cardoso [marido de Maria da Cruz] [...] e o seguiram uns escravos passando publicamente pelas fazendas armados para o irem matar, como mataram/ no distrito da Bahia (sic) "[6].

Além disso, consta que:

> No Arraial das Pedra de Salvador Cardoso distrito do governador geral das Minas Comarca do Serro Frio, tem sucedido que a maior parte dos ouros que sahem das Minas de Goyazes furtados aos [tributos] Reais os passava a viúva do dito Salvador Cardoso chamada Maria da Cruz comprando-os por baixo preço, para os vender por mais[7].

Na perspectiva de Carla Anastasia (2005), a violência coletiva ou interpessoal esteve presente nas Minas Gerais durante todo o século XVIII. Uma análise das relações sociais, políticas e econômicas do território que constitui na atualidade o Estado de Minas Gerais, permitiria

4 CARTA de Francisco da Cunha Lobo a Gomes Freire de Andrade. Tijuco, 8 de maio de 1736. APM, SC, SG, códice 54, fl. 91-91v.

5 MANUSCRITOS do Brasil/IAN/PT/TT/MSBR/Livro 10, fls. 222-225v. In: BOTELHO, ANASTASIA. 2012, p.76.

6 Idem.

7 Idem.

afirmar que, a violência não era restrita aos sertões do São Francisco, mas corriqueira em toda colônia, principalmente em áreas de baixa institucionalização em que imperava o poder privado. As tentativas das autoridades em impedir o alto grau de violência se tornaram ineficientes devido à ausência de instrumentos eficazes que permitissem tornar esse território um lugar onde prevalecesse a ordem, o que levou governadores da Capitania a queixarem-se ao rei dos problemas que enfrentavam em controlar os povos daquela área.

O ano de 1734 foi marcante na mudança dos rumos da família de D. Maria da Cruz, pois após a morte de seu marido ela assumiu o mando local e a gerência dos seus bens. E outro fator decisivo para sua família foi a chegada à América Portuguesa, de Martinho de Mendonça e Pina e Proença, que teria como responsabilidade a implantação do novo sistema de captação, que em 1736, abrangeria todo o sertão do São Francisco.

No século XVIII, com a intensificação da atividade mineradora, o ouro extraído estava sujeito a um tributo pago à coroa portuguesa, sendo que para cada cinco partes retiradas uma parte era destinada à Coroa. Na terceira década do século XVIII a Coroa não satisfeita com as arrecadações provenientes do Quinto[8], o substitui por outro tributo, o imposto de Capitação[9], mais abrangente que o anterior, pois, além dos mineradores atingiria também os criadores de gado, comerciantes e artesãos no sertão são franciscano. No norte de Minas Gerais, as medidas tomadas provocaram o surgimento de vários conflitos entre os poderes locais, representados por potentados, entre esses, Maria da Cruz, que se recusava a se submeter às exigências da corte. Os conflitos leva-

8 O imposto cobrado pela Coroa Portuguesa sobre todo o ouro encontrado em suas colônias correspondia a 20%, ou seja, 1/5 (um quinto) do metal extraído que era registrado em "certificados de recolhimento" pelas casas de fundição. Este imposto foi intitulado "O Quinto".

9 Instituída em 1735, a cobrança de Captação previa a taxação anual de um valor fixo a ser pago pelo proprietário sobre cada escravo e não distinguia aqueles que se ocupavam de atividades agrícolas daqueles que se ocupavam da mineração.

ram ao que conhecemos na historiografia como a Sedição de 1736 ou a Conjuração do São Francisco. A sedição foi marcada por uma extrema violência, como matança de animais, incêndios de propriedades, confiscos, agressões, humilhações das vítimas, estupros de mulheres, condenações e execuções sumárias. O desfecho dos motins termina com a prisão dos envolvidos e a implantação da cobrança da capitação pelos agentes da Coroa Portuguesa. A Sedição de 1736 marca o fim de um período no qual o sertão do São Francisco dominava economicamente as trocas com a região mineradora. Com o fim dos motins ocorreram várias restrições comerciais, impostas por Portugal, que levaram esta região a um relativo abandono que se estendeu até meados do século XX. Os motins iniciaram-se em março de 1736 e a partir de novembro do mesmo ano os tumultos começaram a involuir. Em carta do dia 1 de maio de 1737, Martinho de Mendonça escreveu a Manuel Dias Torres que "Domingos do Prado, seu sobrinho Pedro Cardoso e Maria da Cruz eram os principais cabeças do levante"[10].

A trajetória de Maria da Cruz nos Motins de 1736, como aponta Ângela Viana Botelho e Carla Anastasia (2012), aparece nas entrelinhas da documentação oficial, ligada quase sempre à sedição ou aos homens de sua família. Luciano Figueiredo (1999), afirma que o papel assumido pela mulher no campo político de Minas Gerais ficou por conta da figura de Maria da Cruz. "Viúva de um grande proprietário de fazendas de gado no sertão da capitania da fronteira com a Bahia, teria participado da liderança de um movimento envolvendo as populações locais contra o pagamento do imposto de capitação" (FIGUEIREDO, 1999, p.193). Partilhando das ideias de Figueiredo (1999), Alexandre Souza (2010) afirma que Maria da Cruz ganhou destaque por sua atuação junto à família Cardoso nos motins do sertão, sendo possível por meio da sua história

[10] CARTA de Martinho de Mendonça para Manuel Dias Torres APM, SC 61- fls 60,60v,61. In: FAGUNDES, Giselle; MARTINS, Nahílson. Motins do Sertão: Documentos do Arquivo Público Mineiro 1736-1739. Montes Claros, 2011. v. 01. 256p. 8 .

perceber o caráter insurgente do universo feminino no sertão do período colonial. Sobre a mesma questão, Gefferson Rodrigues (2009) nos diz que, ao avaliar a composição social dos motins do sertão, torna-se necessário entender quem eram os segmentos da elite que o compunham, pois, como propõe este, "havia também aqueles que não se expunham explicitamente, a exemplo de Domingos do Prado de Oliveira e Maria da Cruz, que do cimo de suas fazendas, comandavam os protestos" (RODRIGUES, 2009, p.182).

Entre dezembro de 1736 e início de 1737 iniciaram-se as devassas[11] com o intuito de punir os culpados por tal revolta generalizada no sertão do São Francisco. Em carta de Martinho de Mendonça encaminhada para o governador, em 12 de dezembro de 1736, consta que:

> Se prova plenamente ser Domingos do Prado, principal motor dos tumultos, o que é tão claro como a luz do dia, este homem é um Paulista velho, com muitas fazendas no sertão destas Minas e suas vizinhanças, o mesmo se prova contra Pedro Cardoso, seu sobrinho e também se acha pronunciada, D. Maria da Cruz, mãe do dito Cardoso, ainda que a culpa desta não esteja tão manifestamente provada, todos possuem largas fazendas de gados, e os sequestros ainda retirados, o que se pode retirar importará em duzentos mil cruzados.[12]

Como é notório, no documento não haviam indícios suficientes que atestaram a culpa de Maria da Cruz, porém em uma carta enviada no dia 22 de dezembro de 1737 por Martinho de Mendonça de Pina e de Proença para o Brigadeiro José da Silva Paes, fica claro para ele que

[11] A devassa era a um processo ou rito processual judicial estabelecido nas Ordenações do Reino, de natureza criminal, com características inquisitoriais, isto é, não assegurava o direito de defesa e de contraditório nos moldes conhecidos e utilizados atualmente no ocidente.

[12] CARTA de Martinho de Mendonça para o Governador. Vila Rica, 12 de dezembro de 1736. IAN/TT.PT-TT-MSBR/4. Manuscritos do Brasil. Livro 3, fl. 210/ (ANTT. Fonte transcrita por Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo).

Pedro Cardoso de Prado e sua mãe D. Maria da Cruz eram os principais cabeças das sublevações que houve no sertão.

Na instrução para o Doutor Manoel Dias Torres, intendente da fazenda real da comarca de Sabará, sobre os três principais cabeças dos motins do sertão, foram relatados os atos que os transformaram em suspeitos nas averiguações dos tumultos. Nesse documento consta que "Domingos do Prado mandou tomar um barril de pólvora a um passageiro para os levantes, Maria da Cruz foi a casa do ferreiro Francisco de Souza [...] para escreverem carta a Prado quando havia de ir o primeiro levante, e Pedro Cardoso era quem dava os postos"[13]. Segundo Alexandre Souza (2011), se as acusações feitas à Maria da Cruz forem verdadeiras, ela teria uma função bem característica das mulheres na época, quando participavam de motins, eram verdadeiras instigadoras da desordem.

Na mesma carta que Martinho de Mendonça comunica quem são os cabeças dos motins do Sertão do São Francisco, avisa também da cautela para se prender os ditos culpados. Principalmente pelas dificuldades de se adentrar a estes sertões. Como consta na carta: "seria conveniente disfarçar a prisão de algumas pessoas estabelecidas que ficassem em partes mais remotas, suposto que o está adiantada a estação [chuvosa], começarem não só as doenças pestilentas, mas as inundações que nas águas fazem impraticáveis o sertão". [14]As recomendações foram seguidas, tanto que Maria da Cruz só foi presa em 8 de setembro de 1737, conforme descrito na relação dos presos que foram conduzidos pelo alferes de Dragões Henrique Carlos, a ordem de Martinho de Mendonça de Pina e Proença. "Pedro Cardoso do Prado preso pelos Dragões na sua fazenda de Urucuia. Maria da Cruz presa no Salgado pelo dito

[13] INSTRUÇÃO para o Doutor Manoel Dias Torres, Intendente da Fazenda Real da Comarca do Sabará sobre os três principais cabeças dos motins do sertão, e prevenções para a prisão deles datado de 01-05-1737, Vila Rica, 01/05/1737, APM- SC.61, fl. 60-62. (Transcrito por Dr. Renato da Silva Dias).

[14] Idem.

Alferes. José Alz. preso pelo soldado Caetano Alz. Custódio Brandão preso por um paisano por nome Martinho João"[15].

Através da leitura das cartas e demais documentos manuscritos do Arquivo Público Mineiro e dos Manuscritos do Brasil, Botelho e Anastasia (2012) afirmam que o Dr. Manoel Dias Torres se dirigiu à fazenda de D. Maria da Cruz, sob o pretexto de interrogar Cláudia Soares, uma das testemunhas na devassa feita anteriormente, e que como consta nos autos mantinha um relacionamento íntimo com Teodósio Duarte, feitor-geral da fazenda do Capão, terras do domínio de Maria da Cruz. Sendo o mesmo nomeado general das armas dos amotinados por Pedro Cardoso. Ali, o intendente teria convencido Maria da Cruz a acompanhá-lo à São Romão, onde se encontravam os autos da devassa, para que provassem sua inocência e de seus amigos.

Ainda com o intuito de provar a culpa de Maria da Cruz e outros potentados nos levantes do sertão, "Duarte Sodré uma guarda de soldados, [...] intentaram prender Francisco de Souza principal motor das inquietações do Salgado e grande confidente de Dona Maria da Cruz, e por resistir o mataram"[16]. De acordo com a carta, foi perda grande porque as perguntas poderiam dar grandes luzes do que ainda se encobria da conspiração do levante. Conforme Alexandre Souza (2011), D. Maria da Cruz e Pedro Cardoso ficaram presos por um ano no Rio de Janeiro, lá foram recolhidos em uma fortaleza, que provavelmente seria a Ilha das Cobras. Em janeiro de 1738, o conde de Galvêas, atendendo a uma representação de alguns habitantes do sertão, "solicita a Martinho de Mendonça, que a mulher que se remeteu presa para o Rio de Janeiro se ponha em local mais decente sem prejuízo da segurança (ANASTASIA,

[15] CARTA de Simão da Cunha Pereira para o governador com a relação dos presos que conduz o alferes de Dragões Henrique Carlos a ordem do Sr. Gov. Martinho de Mendonça de Pina e Proença. S. Romão 8 de setembro de 1737. IAN/TT.PT-TT-MSBR/4. Manuscritos do Brasil. Livro 1, fl. 71 (transcrita por Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo).

[16] CARTA de Martinho de Mendonça a Gomes Freyre. Vila Rica 28 de outubro de 1737. ANTT, mss Brasil Livro 3. Fl.334-334v (transcrita por Luciano Figueiredo).

2012, p.50)". Entretanto, Maria da Cruz e o seu filho não permaneceram no Rio de Janeiro, já que sua chegada à Bahia foi informada pelo conde de Galvêas em carta de Gomes Freire de Andrada, de 14 de novembro de 1738. Provavelmente foram julgados pelo Tribunal de Relação da Bahia, onde tiveram a sentença condenatória, o que pode ser comprovado na carta ao Brigadeiro José da Silva Paes, datada de três de setembro de 1738, em que consta:

> O Alferes Manoel Jozé entregará a ordem de V. Senhoria catorze prezos que o forão no levante do sertão, cujos nomes constão da lista junta, os quais catorze prezos e Maria da Cruz, e seu filho Pedro Cardozo que ahy se achão os remeterá V. Senhoria a Bahia a ordem do Senhor Vice Rey, com a carta e devassa que o mesmo Alferes entregará com os prezos[17].

D. Maria da Cruz, foi acusada de crime de Lesa Majestade[18] e sentenciada a pagar cem mil réis para as despesas da Relação, condenada a seis anos de desterro na África e proibida de retornar ao sítio das Pedras, contudo, teve sua pena comutada em nove de abril de 1739, através do perdão real. Sobre essa questão, Alexandre Souza (2011) afirma que, o recurso do perdão coletivo aos revoltosos era prática corriqueira nos motins coloniais e no sertão do São Francisco os súditos também utilizaram do pedido de clemência. A indulgência dada diretamente pelo rei a um dos envolvidos em conflitos parece ter sido franqueada apenas à D. Maria da Cruz.

Como consta no *Alvará de Perdão*, datado de 11 de abril de 1739, Maria da Cruz chegou a viver de esmolas nas Minas; no Rio de Janeiro foi socorrida pelo Bispo, em Salvador foi assistida pelo seu genro Domingos Pereira. Assim, "nos anos subsequentes à sua condenação, pro-

[17] ORDEM régia. Carta de D. João V a Gomes Freire de Andrade ordenando o envio dos réus e dos processos para a Relação da Bahia. Lisboa, 11 de abril de 1738. APM. SC 63, fl. 147. (Transcrito por Dr. Renato da Silva Dias).

[18] *Lesa-majestade* quer dizer traição cometida contra a pessoa do Rei, ou seu Real Estado.

vavelmente, residia na Vila de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro, na casa de seu genro Domingos Martins" (BOTELHO; ANASTASIA, 2012, p.50-51). Foi lá que ditou seu testamento em 13 de setembro de 1739. Concedido o perdão real, D. Maria da Cruz retornou ao sítio das Pedras, "onde provavelmente, assumiu a gerência de seus bens e de sua fazenda chamada Capão, que lhe foi passada por carta de sesmaria, de maio de 1745" (BOTELHO; ANASTASIA, 2012, p.53).

Dona Maria da Cruz faleceu em 23 de junho de 1760, no Sítio da Capela de Nossa Senhora da Conceição das Pedras. Este teria sido o último pedido de Maria da Cruz, como consta em seu testamento: "Levar-me para Si na dita minha fazenda das Pedras, ordeno que o meu Corpo seja sepultado na minha Capella de Nossa Senhora da Conceição na mesma sepultura do meu marido Coronel Salvador Cardoso amortalhado no hábito do patriarca São Francisco"[19].

Esse último desejo de Maria da Cruz, entre outros aspectos de sua vida, perceptível nos documentos do século XVIII, nos faz rememorar, as palavras ditas por "Seu Zé dos Santos", que hoje se encontra na lista dos ilustres narradores de histórias da cidade de Pedras de Maria da Cruz – MG, que embora tenha falecido, sempre é lembrado pela população desse lugar. Em seu relato sobre D. Maria da Cruz, afirma: "Ela tinha escravo, era uma mulher muito poderosa. A igreja ela comandava (...) Lá na igreja ela abriu um túnel, na missa ela vinha pelo subterrâneo"[20]. *P*or essas simples palavras percebemos que a história de Maria da Cruz continua viva, povoando o imaginário e constituindo a identidade desse lugar, que traz em seu nome os resquícios de

[19] TESTAMENTO de Maria da Cruz. Vila de Santo Amaro da Purificação (Recôncavo Baiano). 13 de setembro de 1739. Fórum Edmundo Lins do Rego – Serro- MG in: BOTELHO, Angela Vianna ANASTASIA, p.148,2012.

[20] ENTREVISTA concedida por José dos Santos, [jan. 2010]. Entrevistador: Fernanda Rodrigues Canabrava. Pedras de Maria da Cruz, 2010. 1 arquivo. mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita por Lívia Rodrigues Canabrava na dissertação de mestrado As Várias faces de um mito: D. Maria da Cruz entre Histórias Memórias e Narrativas (2016).

um passado longínquo que permanece vivo na memória através do simples "*ouvi dizer*".

Giselle Fagundes e Nahílson Martins, no livro *Alvará de Perdão concedido a Dona Maria da Cruz, Viúva* (2006), ao analisar a trajetória histórica de Maria da Cruz, sua ascendência e descendência, afirma que a participação de Maria da Cruz e da família Cardoso nos motins de 1736 já era bem conhecida pelos apreciadores da história de Minas Gerais. Em 1896, a história dessa mulher já aparecia no primeiro ano de existência da Revista do Arquivo Público Mineiro, no fascículo IV, onde também constam várias cartas escritas pelo governador interino, que comandou a repressão aos motins, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Mas a obra que trouxe relevância à história dessa mulher foi concluída no ano de 1917. "Aos Motins do Sertão [...] é dedicado o capítulo terceiro da segunda parte da *História Média de Minas Gerais* (FAGUNDES, MARTINS, 2006, p.05), livro do escritor mineiro Diogo de Vasconcelos.

Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos era filho do Major Diogo Antônio de Vasconcelos e D. Luísa de Almeida, ele nasceu em Mariana, no ano de 1843, e faleceu em Belo Horizonte em 1927. Foi historiador, político, jornalista e advogado. O seu estilo de escrita, considerado por muitos historiadores como romanceada, é típico de seu tempo. Comumente acusado de impressionista, romântico e que não comprova as afirmações apresentadas no seu texto, de modo que seus escritos têm que ser analisados e compreendidos sob a égide do contexto no qual foram produzidos. O que corrobora a fala de Marc Bloch, ao lembrar um provérbio árabe, "os homens se parecem mais com o seu tempo do que com seus pais" (BLOCH, 2001, p.60). Tanto o livro *História Média de Minas Gerais (1918),* quanto a descrição que faz de Maria da Cruz é fruto do tempo em que a obra foi escrita, no alvorecer da República, em que a "historiografia era marcada pela busca de uma identidade nacional, encontrada na história, nos sertões e na raça" (ALBERTO, 2000, p. 07).

Devido ao momento de instabilidade política pelo qual passava Minas Gerais, com a mudança para um regime Republicano, e a mu-

dança da capital para Belo Horizonte, Diogo de Vasconcelos elaborou uma interpretação da história de Minas Gerais vinculada a um projeto de construção de uma identidade nacional, ressaltando em sua obra elementos que trazem nas entrelinhas a importância das características de cada região na construção de uma nação. As suas pesquisas também tiveram a influência dos órgãos aos quais estava vinculado. Ele era membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, também foi considerado um dos precursores na construção da memória histórica mineira a partir de seu apoio na criação do Arquivo Público Mineiro (APM), fundado em 1895.

Apesar do valor atribuído ao livro *História Média de Minas Gerais* (1918), nele foram cometidos alguns equívocos referentes à história de Maria da Cruz que se tornaram lugar-comum na historiografia e no memorialismo regional, já que essa obra é uma das referências mais utilizadas por historiadores e demais escritores ao citar Maria da Cruz. Porém, em trabalhos recentes que analisaram a história dessa mulher, deslizes corriqueiros foram corrigidos, principalmente através da pesquisa em arquivos e o mais recente abordando memórias e narrativas. São obras relevantes nesse processo, *Alvará de Perdão Concedido a Dona Maria da Cruz, Viúva* (2006) de autoria Gisele Fagundes e Nahílson Martins; a dissertação de mestrado de Alexandre Rodrigues Souza, intitulada *A "Dona do Sertão": mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII* (2011) e os mais recentes *D. Maria da Cruz e a Sedição de 1736* (2012) obra de Angela Vianna Botelho e Carla Maria Junho Anastasia e a dissertação de mestrado *As várias faces de um mito: D. Maria da Cruz entre histórias memórias e narrativas (2016),* de autoria de Lívia Rodrigues Canabrava.

Por fim, destacamos que as diversas imagens de D. Maria da Cruz que sobrevivem ao tempo nos relatos orais, nos documentos coloniais ou nas pesquisas históricas foram tecidas pela memória ou pelas diversas memórias voluntárias ou involuntárias, históricas ou historicizadas. A ausência de documentações privadas, diários e correspondências

particulares, embora dificulte a análise do papel exercido por essa mulher, não impede que o pesquisador se aproxime do seu cotidiano através da análise dos grupos sociais que compunham o sertão do rio São Francisco no século XVIII, pois as entrelinhas das fontes também podem informar sobre os papéis sociais de mulheres na sociedade mineira setecentista. Parafraseando Angela Botelho e Carla Anastasia (2012), os arquivos continuam a abrir-se a todos que buscam encontrá-la, seja para compreender seu papel nos acontecimentos de 1736, aos quais o seu nome se liga, ou ainda o lugar ocupado por ela no sertão.

FONTES

TESTAMENTO de Maria da Cruz. Vila de Santo Amaro da Purificação (Recôncavo Baiano). 13 de setembro de 1739. Fórum Edmundo Lins do Rego – Serro- MG. In: BOTELHO, ANASTASIA. 2012, p.150.

MANUSCRITOS do Brasil/IAN/PT/TT/MSBR/Livro 10, fls. 222-225v. In: BOTELHO, ANASTASIA. 2012, p.76.

CARTA de Francisco da Cunha Lobo a Gomes Freire de Andrade. Tijuco, 8 de maio de 1736. APM, SC, SG, códice 54, fl. 91-91v.

CARTA de Martinho de Mendonça para Manuel Dias Torres APM, SC 61- fls 60,60v,61. In: FAGUNDES, Giselle; MARTINS, Nahílson. Motins do Sertão: Documentos do Arquivo Público Mineiro 1736-1739. Montes Claros, 2011. v. 01. 256 p. 8 .

CARTA de Martinho de Mendonça para o Governador. Vila Rica, 12 de dezembro de 1736. IAN/TT.PT-TT-MSBR/4. Manuscritos do Brasil. Livro 3, fl. 210/ (ANTT. Fonte transcrita por Dr. *Luciano* Raposo de Almeida *Figueiredo*)

CARTA, Martinho de Mendonça para o Brigadeiro Jozé da Silva Paes Governador. Vila Rica, 22 de dezembro de 1737, APM. SC, fl. 70/ (Transcrito por Dr. Renato da Silva Dias).

INSTRUÇÃO para o Doutor Manoel Dias Torres, Intendente da Fazenda Real da Comarca do Sabará sobre os três principais cabeças dos motins do sertão, e prevenções para a prisão deles datado de 01-05-1737, Vila Rica, 01/05/1737, APM-SC.61, fl. 60-62. (Transcrito por Dr. Renato da Silva Dias).

CARTA de Martinho de Mendonça para o Governador. Vila Rica, 12 de dezembro de 1736. IAN/TT.PT-TT-MSBR/4. Manuscritos do Brasil. Livro 3, fl. 210/ (transcrita por Dr. *Luciano* Raposo de Almeida *Figueiredo).*

CARTA de Simão da Cunha Pereira para o governador com a relação dos presos que conduz o alferes de Dragões Henrique Carlos a ordem do Sr. Gov. Martinho de Mendonça de Pina e Proença. S. Romão 8 de setembro de 1737. IAN/TT.PT-TT-MSBR/4. Manuscritos do Brasil. Livro 1, fl. 71 (transcrita por Dr. *Luciano* Raposo de Almeida *Figueiredo*).

CARTA de Martinho de Mendonça a Gomes Freyre. Vila Rica 28 de outubro de 1737. ANTT, mss Brasil Livro 3. Fl.334-334v (transcrita por Dr. *Luciano* Raposo de Almeida *Figueiredo*).

ORDEM régia. Carta de D. João V a Gomes Freire de Andrade ordenando o envio dos réus e dos processos para a Relação da Bahia. Lisboa, 11 de abril de 1738. APM. SC 63, fl. 147. (Transcrito por Dr. Renato da Silva Dias).

TESTAMENTO de Maria da Cruz. Vila de Santo Amaro da Purificação (Recôncavo Baiano). 13 de setembro de 1739. Fórum Edmundo Lins do Rego – Serro- MG in: BOTELHO, Angela Vianna ANASTASIA, p.148,2012.

ENTREVISTA concedida por José dos Santos, [jan. 2010]. Entrevistador: Fernanda Rodrigues Canabrava. Pedras de Maria da Cruz, 2010. 1 arquivo. mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita por Lívia Rodrigues Canabrava na dissertação de mestrado *As Várias faces de um mito: D. Maria da Cruz entre Histórias Memórias e Narrativas (2016).*

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Helena Magela. **Diogo de Vasconcelos e a história de Minas Gerais: uma construção do Conceito de nação na primeira república**. Monografia (Bacharelado em História), UFOP, Mariana, 2000.

ANASTASIA, Carla Maria Junho: **A geografia do crime***: violência nas minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____: **Vassalos Rebeldes: Violência Coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII**. Belo Horizonte: C/Arte. 1998.

BOTELHO, Angela Vianna ANASTASIA, Carla. **D. Maria da Cruz e a a Sedição de 1736**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.150,2012.

CARDOSO, Aparecido Pereira. **Havia Alguma Sombra da Forma Antiga das Minas: Memória e Rebelião no Sertão do Rio São Francisco, Minas Gerais – 1736**. (Dissertação De Mestrado Em História). Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho, Franca. 2013.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. Editora SENAC. São Paulo,2000.

FAGUNDES, Gissele; MARTINS, Nahílson. **Alvará de Perdão concedido a Dona Maria da Cruz, Viúva**. Montes Claros: [edição do autor], 2006.

FIGUEIREDO, Luciano. **Furores Sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no Sertão do rio São Francisco, Minas Gerais, 1736.** Revista Oceanos, Lisboa, n. 40, out-dez, 1999, p. 128-144.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RODRIGUES, Gefferson Ramos. **No Sertão a Revolta: Grupos Sociais e Formas de Contestação na América Portuguesa, Minas Gerais- 1736**. Dissertação (mestrado em história). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII**. Bauru: São Paulo: EDUSC, 2003.

SOUZA, Alexandre Rodrigues. **A Dona do Sertão: Mulher, Rebelião e Discurso Político em Minas Gerais no Século XVIII.** Dissertação (mestrado em história). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011.

SOUZA, Laura Mello. e. **Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no Século XVIII**. Belo Horizontes: UFMG,1999.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

UM MAPA NA ALGIBEIRA: FRONTEIRAS E CONQUISTAS EM UM ROTEIRO SERTANISTA DO SÉCULO XVIII

Hélida Santos Conceição[1]

Durante a Época Moderna (séculos XVI-XVIII) uma notável produção de notícias, mapas e relatos atestavam as investidas de luso-brasílicos para devassar o interior dos sertões coloniais, em um movimento constante que articulava três dimensões fundamentais: os ecossistemas nativos, a administração colonial e a tecnologia escrita. (MOTA & CABRAL, 2020). Esse expediente produziu um complexo e rico vocabulário social ao construir representações cartográficas e políticas, sobre os ritmos e significados das dinâmicas de conquistas nas fronteiras coloniais. Este artigo propõe a análise do documento intitulado "ROTEIRO de terras minerais do Brasil por onde andou, durante trinta anos, o capitão-mor Manuel Francisco dos Santos Soledade"[2] porque essa fonte permite interpretações sobre o vocabulário político das conquistas utilizado pelos sertanistas e expressos em mapas, roteiros e notícias que traziam representações sobre as fronteiras e o ambiente biofísico dos sertões.

O documento foi oferecido ao Rei D. João V quando o sertanista esteve na corte no ano de 1729 e apresenta um conjunto de informações

[1] Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia – DCH-IV. E-mail: helidas@gmail.com

[2] *ROTEIRO de terras minerais do Brasil por onde andou, durante trinta anos, o capitão-mor Manuel F. dos Santos Soledade. Constam dados sobre Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Mencionam-se minas de ouro e prata da Bahia e de ouro de Minas Gerais.* Instituto de Estudos Brasileiros. Acervo: Alberto Lamego. Manuscrito, 1729.

pretensamente recolhidas pelo capitão por ocasião de suas andanças pelos sertões da Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O *Roteiro* certamente deve ter impressionado Sua Majestade, já que incluía um número considerável de informações sobre as distâncias, bacias hidrográficas, arraiais e vilas, presença de populações indígenas, além é claro de referências a minas de ouro e prata, enfim, o autor incluiu informações relevantes sobre a geografia das fronteiras para representar os limites conhecidos dos sertões do Estado do Brasil no sentido norte – sul do cabo de Santo Agostinho em Pernambuco até Cabo Frio no Rio de Janeiro e no sentido leste - oeste do litoral da Bahia até Cuiabá já na fronteira ocidental luso-brasílica.

Manuel Soledade apresentou-se na corte Joanina como um sertanista experiente e sua intenção era conseguir mercês régias que lhe valessem o título de superintendente dos distritos minerais dos sertões do Brasil. Os 'sertanistas'[3] foram homens coloniais que atuaram em áreas de fronteiras através da armação de expedições militares com a pretensão de escravizar índios, criar gado, achar ouro ou obter qualquer tipo de lucro, numa ação de constante desbravamento do interior (ALENCASTRO, 2000. pp. 198 e segs).[4] Esses homens, também denominados de 'práticos do sertão', passaram anos em diligências e por isso possuíam especiais habilidades militares e políticas que em diversas situações foram colocadas à serviço da administração colonial. Os muitos anos empregados às entradas e descobrimentos e o contato permanente com as sociedades ameríndias (OLIVEIRA, 2019) permitiam-lhes

[3] Segundo Pedro Calmon, a quem confiamos a prudência de conhecer muito bem os arquivos, os termos "Paulistas, sertanejos, sertanistas e até sertonistas e certones são nomes correntes em todo o século XVII." (CALMON, 1950. p. 103) Na documentação do AHU digitalizada pelo Projeto Resgate o termo sertanista aparece em oito ocorrências: São Paulo (3); Goiás (2); Avulsos (BG) (1); Bahia- Luísa da Fonseca (1); Mato-Grosso (1); Em todos eles o vocábulo está associado as entradas de pessoas práticas do sertão, a guerra contra os índios e os descobrimentos minerais.

[4] No século XVII a sanha paulista de caçar índios no sertão foi um dos efeitos internos da interrupção do trato negreiro no Atlântico Sul que inflacionou o preço dos africanos.

acumular um vasto conhecimento sobre o território, produzindo assim interessantíssimos relatos sobre o modo de vida sertanejo, além de um significativo conjunto descrições e notícias que foram habitualmente utilizadas pelas autoridades coloniais para instruir os expedientes das guerras brasílicas e a ampliação das fronteiras das conquistas. Relatos produzidos *in loco* pelos sertanistas informavam sobre as explorações auríferas, demonstrando as dinâmicas de produção da economia mineradora e as contingências do exercício do poder local. Estas narrativas registraram o espírito aventureiro dos práticos do sertão e explicitaram a densidade das redes de informações que ficaram registradas em correspondências trocadas com autoridades coloniais, mas também com a coroa (CONCEIÇÃO, 2018). No que pese os caminhos labirínticos da graça régia, aquelas jornadas possibilitavam, ao menos em tese, conseguir mercês e honrarias permitindo-lhes o reforço de suas autoridades face a montagem de redes clientelares. Esses indivíduos muitas vezes agiam em nome de constituir um capital material, mas também simbólico, reiterando as lógicas inerentes às hierarquias locais. Além disso, possuíam profundo interesse em reforçar suas posições com base em valores de honra e prestígio, aportados no utilitarismo geopolítico de suas descobertas.

"FALSIDADES E VELHACARIAS": A TRAJETÓRIA DO CAPITÃO MANUEL FRANCISCO DOS SANTOS SOLEDADE

Manuel Francisco dos Santos Soledade, o autor intelectual do *Roteiro,* foi um personagem nebuloso, digamos assim, um *outsider*, um bandoleiro dos sertões, mas nem por isso este capitão deixou de ser um personagem com uma rica história e uma grande desenvoltura. Por conta de sua trajetória errante foi possível encontrar diversos documentos nos arquivos do Conselho Ultramarino[5] que atestam partes

[5] AHU, Avulsos, Bahia, Cx.37, Doc. 3386

de suas empreitadas pelas capitanias do Estado do Brasil. O que mais chama a atenção é a quantidade de litígios nos quais ele envolveu-se, incluindo suas disputas com o Vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes (1720-1735), além do processo que moveu entre os anos de 1730-1734 contra o coronel Pedro Barbosa Leal, sertanista e senhor de engenho (CONCEIÇÃO, 2018).

Sabe-se muito pouco sobre a origem deste capitão, mas uma fonte da época atestou que seu pai foi um surrador de couros e sua mãe padeira, ambos viviam de seus negócios em um canto do Terreiro de Jesus, a principal freguesia da cidade da Bahia, portanto, possuía uma origem familiar modesta.[6] Em 1711 Manuel Francisco Soledade exercia o ofício de ourives e devido às notícias recentes de descoberta de ouro instalou-se nas povoações do rio de São Francisco em busca de oportunidades de ganho. Nessa ocasião, ele envolveu-se em um litigio com o capitão Belchior Freire, ocasião na qual ele levou uns tiros e ficou aleijado e torto de um braço. Após esse mal sucedido acabou sendo preso e remetido para a vila de Cachoeira e segundo testemunhas, fingiu-se de doido para evitar a cobrança de dívidas e continuar com suas peculiares artimanhas.

Em 1721 após apresentar uma folheta de ouro ao vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, ele requisitou e recebeu uma patente de capitão alegando que a folheta havia sido encontrada nas minas de Jacobina no sertão baiano. No entanto a história mostrou-se ser bem diferente da que ele contava, pois o vice-rei mandou averiguar a origem

[6] As informações referentes à trajetória do Capitão Manuel Soledade foram retiradas das cartas anexas ao auto de justificação que fez o coronel Pedro Barbosa Leal, por ocasião de sua defesa no processo movido contra ele pelo capitão Manuel Francisco dos Santos Soledade. Este auto de justificação contém uma rica documentação anexa tais como correspondências, listas de população, lista de mineradores, dentre outros, relativos aos anos em que Pedro Barbosa Leal esteve no sertão ocupando o posto de superintendente das minas. Cf. IHGB. LEAL, DL 970.3 Lata 5, Doc. 15. *Autos de justificação em que são partes o capitão Manuel Francisco dos Santos superintendente das conquistas e o Coronel Pedro Barbosa Leal.* Salvador, 30 de outubro de 1730. 694f. Para detalhes sobre a disputa judicial entre estes sertanistas ver: CONCEIÇÃO, 2018, p. 297-313.

da folheta, assim como os procedimentos de Manuel Francisco e descobriu que ele havia roubado a dita folheta de outros dois mineradores que moravam em Jacobina. Quando a questão foi esclarecida, o vice-rei expediu uma ordem de prisão e Manuel Soledade foi preso pelo Coronel Pedro Barbosa Leal e enviado para a cidade da Bahia para cumprir por dois anos a pena de prisão. Após o encarceramento seus poucos bens foram penhorados para pagar os quintos devidos à da Fazenda real referente a alguns negócios que ele realizou quando esteve por 37 dias nos distritos das minas de Jacobina. Entre os anos de 1723 e 1728 Manuel Francisco Soledade refugiou-se próximo à vila de João Amaro nas terras do Coronel Manuel Araújo Aragão.[7] Várias testemunhas disseram tê-lo visto com a barba crescida, vivendo como ermitão na sacristia da capela de Santo Antônio à custa das esmolas de viajantes e comboieiros. Durante esses anos Manuel Francisco recolheu junto aos viajantes que por ali passavam informações sobre os novos descobrimentos minerais e detalhes das jornadas do sertão. Pela descrição que o Coronel Barbosa Leal fez sobre a trajetória de Manuel Francisco, consta que ele havia adquirido um mapa do capitão-mor Antônio Veloso da Silva, que por vezes passava naquela estrada em função das diligências que fazia para o governo da Bahia. Se o leitor até agora achou pouco o que leu até aqui, prepare-se para o que vem adiante.

Em 1730 de posse de várias informações sobre a conquista do gentio e os caminhos do sertão ele foi para a cidade da Bahia e de lá embarcou-se em uma frota para o reino. Isso mesmo! Manuel Soledade dirigiu-se à corte e "com atrevimento jamais visto nem imaginado foi à presença de Sua Majestade"[8] requerer junto ao rei D. João V a mercê de Superintendente das conquistas dos sertões do Brasil. Nessa audiência alegou que vinha por mais de 30 anos correndo a maior parte

[7] Conforme atestaram várias testemunhas juradas aos Santos Evangelhos em inquirição na vila de Cachoeira. Cf. IHGB, Leal. op. cit., fls. 73 e segts.
[8] IHGB, Leal. op. cit., fls. 197

dos sertões e neles demarcou muitas minas de ouro e prata. Destarte, apresentou o *Roteiro* que ele havia feito dos ditos sertões e alegou que no decurso daquele tempo havia pacificado índios da costa sul da Bahia até as vertentes do rio Pardo, ocasião na qual ele havia empregado seus escravos, cavalos e fazendas. Declarou ainda que tinha fundado missões e descobriu as minas de Itacambira "e que fora ele o primeiro que estabelecera os quintos levando-os a entregar e pagar à Casa da Moeda da Bahia voluntariamente."[9] Para melhor certificar o rei que sua história era verídica, ele mostrou o braço direito aleijado dizendo ter sido alvejado por flechas de índios bravos, portanto, ferimento de guerra.[10]

A história pareceu bastante factível aos ouvidos de D. João V - consigo até imaginar a fascinação despertada por aquela retórica – sobretudo pela oportunidade criada por aquele súdito de compartilhar com o rei histórias de ricas experiências vividas nas conquistas. O governo de D. João V esteve especialmente preocupado com o avanço das fronteiras coloniais, período no qual a conquista do sertão havia ganhado novo fôlego, isso talvez explique a complacência de Sua Majestade para atender ao pedido daquele intrépido sertanejo. De fato Manuel Francisco Soledade forjou cartas de serviços, falsificando assinaturas para justificar perante Sua Majestade o merecimento daquelas mercês.[11] O rei concedeu-lhes o título de Superintendente das conquistas dos Bárbaros e Novas Minas, podendo fazer seus descobrimentos até 40 léguas de sertão, trazendo consigo expressas ordens régias sobre esse privilégio.

---

9 Ibidem.

10 A história do aleijão do braço de Francisco Manuel Soledade em guerra contra os índios foi contestada por Barbosa Leal ao indicar por testemunhas que o ferimento ocorreu no ano de 1710 por uns tiros que tomou do capitão Belchior Freire que "mandou por três escravos seus atirar-lhe à espingarda de cujos tiros ficou o autor aleijado e torto." IHGB, Leal. op. cit., fls. 195

11 O capitão mor Antônio Veloso da Silva e seu sargento mor Francisco Marques de Oliveira enviou documento dizendo que nunca passaram cartas de serviços ao suplicante. Cf. AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 31, doc. 67.

E para completar o pacote de honrarias, recebeu a mercê de Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo.[12]

Para o audacioso Manuel Francisco Soledade os anos de 1730 a 1732 foram marcados por entreveros com o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, que em diversos documentos expressou sua antipatia e dúvidas sobre o caráter daquele homem. A ironia é que Soledade estava sempre recorrendo à proteção régia para dar cabo de suas novas descobertas, tendo feito diversos requerimentos indicando que o vice-rei o perseguia.[13]

Seu procedimento estava sempre sob suspeita, principalmente porque intentava fazer exploração de ouro em locais proibidos pelo governo. Em uma ocasião ele abriu um caminho para fazer exploração de minas em Mamocabo, distante apenas três léguas da vila de Cachoeira e nas bordas da costa do mar. Em petição de 20 de julho de 1730, Jerônimo de Souza de Carvalho, um lavrador da região, remeteu uma queixa ao vice-rei sobre uma investida ordenada por Manuel Francisco Soledade à sua fazenda.[14] Suas terras teriam sido invadidas por vários homens que com violência fizeram escavações sem o seu consentimento. O lavrador ressaltou o prejuízo que cairia sobre ele por conta de haver comprado "por preço considerável" e de haver "moído na fábrica dela grande cabedal". Sabendo ele que suas terras não eram lugar para haver minas, por conta de serem cultivadas lavouras de cana, tabaco e mandioca, advertiu ainda que a mesma ficava à margem do rio da Cachoeira, ou seja, no Recôncavo e próximo dos principais engenhos e fazendas de cana. Portanto, explorar ouro naquela região era terminantemente

12 Não foi possível confirmar essa mercê. Mas em uma petição enviada ao vice-rei em 1730 Manuel Francisco se intitula Cavaleiro da Ordem de Cristo e superintendente da conquista dos Bárbaros e novas Minas, requerendo que Vasco Fernandes o auxiliasse para recuperar os seus bens e entrar novamente em descobrimentos de minas. Como lhes parecia ao seu arbítrio, o vice-rei negou-se a atender o seu pedido. AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 37, Doc. 3356.

13 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 31, doc. 67.

14 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 38, Doc. 3485

proibido pela coroa, conforme atestou o Conselho Ultramarino. Segundo o parecer de abril de 1731, esses descobrimentos só serviriam para "inquietar" os trabalhadores que estavam encarregados das lavouras.[15]

A lógica da sua argumentação valorizava os resultados alcançados, já que encontrar ouro naquelas terras estaria em consonância com o aumento da Fazenda real. Na ocasião ele enviou 100 oitavas de ouro à Casa da Moeda em um baracho fechado para seguir na frota e ser entregue diretamente ao rei.[16] Nas suas comoventes palavras ele disse: "porque sem sonhos, mais sim com realidade ofereço minas a vossa majestade."[17] Em sua missiva negou as acusações que lhes foram feitas, mas ao longo da carta deixou escapar que não estava se importando com as repercussões de seus intentos, nem mesmo se estava agindo em conformidade com as leis, o que para ele realmente valia, eram os resultados alcançados.

No ano de 1731 Soledade já era reputado como homem de má honra por grande parte das autoridades da capitania. Nesse interim sua situação ficou cada vez mais complicada, pois o vice-rei após relatar suas tramas, solicitou à coroa que enviasse uma punição digna dos seus delitos. Provavelmente com a iminente ameaça de prisão, ele entrou novamente sertão adentro para fugir das autoridades da capitania. Nas palavras de Vasco Fernandes César de Menezes, a ordem de prisão precisava ser logo emitida, pois se Soledade passasse impune, outros mais seguiriam seus maus exemplos.

Em outubro de 1731 Manuel Soledade foi encontrado arranchado em um arraial com escravos negros e índios na vila de Camamu. O ouvidor da capitania de Ilhéus, Manuel da Fonseca Jordão foi designado pelo vice-rei para entregar à Manuel Francisco uma notificação que o

15 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 38, Doc. 3485.

16 Conforme informou na certidão do provedor-mor da Casa da Moeda, José Gaioso de Peralta a remessa de quintos das minas do Mamocabo da vila de Cachoeira. AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 40, Doc. 3631.

17 AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 38, Doc. 3485.

impedia de continuar os seus intentos. Nas declarações do ouvidor pode-se ler as últimas notícias sobre o foragido: fazia roças em seus sítios, continuava com as investidas para descobrir ouro na Barra do rio Jéquié – de onde tirou 35 oitavas com duas bandeiras de 12 homens cada. Resumindo, públicas e notórias eram as notícias de violências e roubos que seu bando fazia na região.[18]

Os atos de Soledade nos sítios da vila de Camamu são uma descrição clara de como os atos de insubordinação deste poderiam acarretar prejuízos ao bom governo da república e ao bem comum. Segundo informou o vice-rei, aquele capitão corrompia os moradores da região com promessas de achar ouro e isso poderia comprometer a segurança da capitania de Ilhéus, que já vivia correndo riscos por ser tão pouco fortificada.

> por que se não castigar a rebeldia e desobediência deste mau homem, haverá outros muitos que se aproveitem do seu exemplo para o imitarem e principalmente no Brasil, donde quase todos os moradores do sertão desejam e procuram viver com liberdade e sem sujeição a justiça, e ordens de vossa majestade, e para me persuadir a entrar neste projeto, não só concorrerão o referido, se não também a consideração, que tenho por infalível, de que sendo os moradores da capitania dos Ilhéus, e dos mais distritos circunvizinhos a parte donde o dito Manuel Francisco se acha, todos pobríssimos, e sem mais agência do que a lavoura de mandioca, e a condução da madeira das feitorias do Cairú, em que se empregam, facilmente abandonarão o seu domicilio, pela pouca conveniência que terão de um e outro exercício, e se irão para os arraias de Manuel Francisco empregar no lavor daquele, imaginarão ouro que não tem conta alguma, assim por lhe ficarem tão próximos, que é em distância de dez até vinte léguas, como por entenderem que se utilizarão melhor deste trabalho, e que com ele ficarão livres da miséria em que vivem, e por essa razão des-

[18] AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 40, Doc. 3630.

> povoadas e expostas as vilas do Cairú, Boipeba, Camamu, Ilhéus e outras povoações da costa do mar em que não há a fortificação necessárias para a sua decência e segurança.[19]

No ano de 1733, Manuel Francisco dos Santos Soledade por ordem do vice-rei foi preso na Fortaleza de São Pedro na cidade da Bahia em função dos seus delitos, pois além de não cumprir as ordens do governo insistia em retirar ouro em locais proibidos.[20] No decurso de todo aquele tempo às autoridades mantiveram-no preso por vários anos, até que no ano de 1739 ele conseguiu ser solto. Procurou-se resumir parte da trajetória de Soledade para analisarmos o *Roteiro* que ele apresentou na Corte de D. João V, quando esteve em viagem ao reino em 1729.

O ROTEIRO E AS FRONTEIRAS: O SERTÃO E O VOCABULÁRIO POLÍTICO DAS CONQUISTAS

No contexto da expansão ultramarina da Época Moderna, a palavra sertão pareceu ser empregada muito mais como uma referência política e não somente geográfica para referir-se aos lugares ainda não conquistados pelos luso-brasílicos. O dicionário de Rafael Bluteau definiu o sertão como "regiao apartada do mar, & por todas as partes, metida entre terras" (BLUTEAU, 1728, p. 396). Antonio de Moraes Silva deixa ainda mais explícita à oposição entre o sertão e o litoral: "O interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo, e costa" (SILVA, 1789, p. 693).

Na América Portuguesa o conceito de sertão não foi utilizado estritamente no sentido geográfico, sua aplicação e difusão foi sobretudo política e estratégica. Desde o século XVI as expedições de reconhecimento particulares ou promovidas pela coroa consolidaram vastos conhecimentos sobre a geografia do novo mundo, tornando possível iden-

[19] AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 40, Doc. 3630.
[20] AHU, Avulsos, Bahia Cx. 43, Doc. 3880.

tificar e criar um vocabulário geopolítico de classificação dos espaços, territórios, regiões e paisagens. Do ponto de vista de reconhecimento do espaço, as expedições abriram novos caminhos, identificavam acidentes geográficos, bacias hidrográficas, matas, planícies, serras, recursos minerais, enfim, uma série de elementos que pouco a pouco foram construindo um léxico que organizavam as representações mentais através das quais os colonos percebiam as fronteiras das conquistas. Portanto o conceito de sertão adquiriu um uso político e foi difundido através de roteiros, mapas e notícias que reiteradamente convocavam os luso-brasílicos e a administração colonial a desbravar o território, a dinamizar as fronteiras e a expandir a guerra justa. O efeito direto deste movimento foi a incorporação da agência sertanista como expediente de conquista do interior da América Portuguesa.

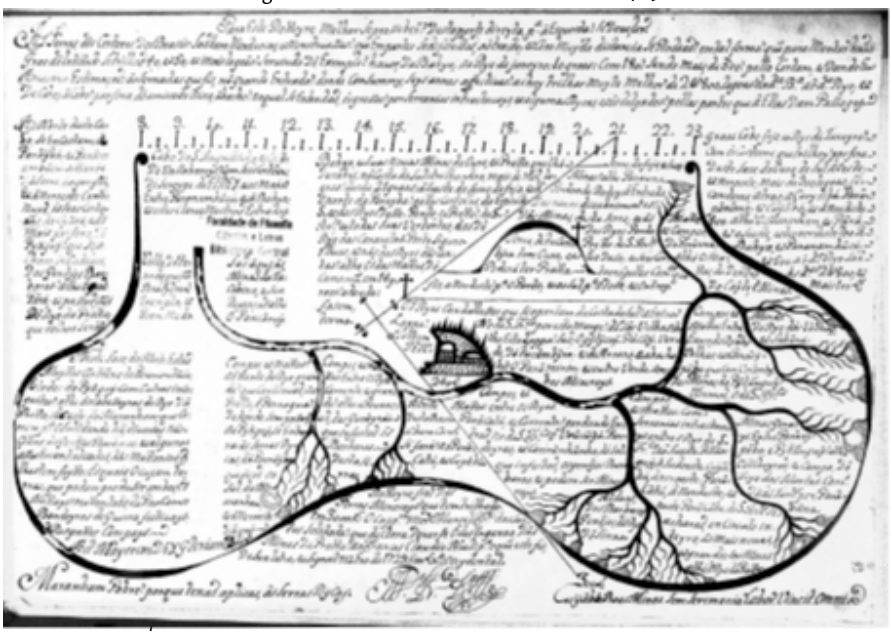
Visto por essa perspectiva o sertanismo foi um fenômeno social da Época Moderna, pois fez circular das periferias para os centros políticos das monarquias ibéricas um conjunto de conhecimentos geopolíticos recolhidos *in loco*, mas utilizados pela cultura letrada e cartográfica, que foram disseminados por meio da comunicação política e administrativa. A longo prazo e de forma específica no que diz respeito à América portuguesa, o resultado deste movimento foi a conexão daqueles espaços periféricos à arquitetura político- jurisdicional da monarquia pluricontinental lusa. Estas conexões também foram fundamentais para o fortalecimento de redes clientelares estabelecidas entre a administração colonial e os práticos do sertão (CONCEIÇÃO, 2020). Tiago Kramer de Oliveira em artigo recente discute a inextrincável relação entre os 'mapas sertanistas', a cultura geográfica europeia da modernidade e o conhecimento indígena, explorando as muitas intenções e a recriação dos espaços imperiais na cartografia sertanista.

> Elaborar narrativas espaciais e mapas eram práticas inerentes à exploração e conquista europeias. Narrativas elaboradas por sujeitos sociais que conheciam diversos idiomas locais e que, muitas vezes, eram mestiços ou integrados por parentesco às sociedades

> nativas estavam longe de ser uma especificidade dos 'bandeirantes paulistas', ao contrário, esses 'homens práticos' eram personagens sem os quais é impossível compreender a exploração e a produção do conhecimento sobre a América, a África e a Ásia. (OLIVEIRA, 2019, p. 235)

Abaixo segue a imagem do *Roteiro das terras Minerais*, o qual será analisado a partir das informações trazidas no documento.

Figura 1 - Roteiro das terras minerais de 1729



Lamego. Manuscrito, 1729

A primeira coisa a ser notada no *Roteiro* é a forma peculiar de proceder a uma representação cartográfica de localidades dos sertões da América Lusa, pois o faz a partir de descrições dos espaços e não através das representações das rotas comumente usadas nos mapas setecentistas. Contudo, o mapa apresenta o curso dos rios de forma esquemática e/ou rústica, seguindo a lógica dos mapas sertanistas. O autor cria uma

interessante metáfora ao apresentar o espaço dos sertões no formato de uma algibeira, ou seja, uma bolsa de couro utilizada para guardar dinheiro e comumente encontrada entre os mineradores para transportar seus cabedais. O mapa decerto é curioso e inédito, e dado o conhecimento da trajetória de Soledade, suas indicações levantam mais dúvidas do que certezas sobre se o mapa corresponderia realmente aos lugares percorridos por ele em suas alegadas andanças pelo sertão. De todo modo, nas primeiras linhas o autor já informa que "As terras dos sertões dos Brasis são tão montuosas (sic) e monstruosas que em partes se dificultam ao trato e com muita distância se rodeiam em tal forma, que para montar um grau de latitude se trilham 40 e 50 e mais léguas [de sertão]."

Por conta destas dificuldades ele informa que achou mais fácil realizar as jornadas pela linha litorânea do que pelo sertão: "achei trilhar muito melhor de 2.800 léguas da dita Bahia ao dito Rio [de Janeiro], e de Cabo [Frio] a Cabo [De santo Agostinho] por fora do arriscado risco". Informação que intencionalmente reitera os valorosos esforços das entradas pelo território da América, percorridos por entre serras monstruosas e "serranias intratáveis", porém "algumas ricas", que poderiam ser acessadas pelos caminhos dos rios representados pelas linhas delgadas que aparecem no *Roteiro*.

Portanto o autor esclarece que os riscos grossos do mapa indicavam as serras mais difíceis de alcançar, talvez nos limites dos sertões, aludindo a informações já difundidas de que o cume das serras seriam os locais mais propensos a encontrar metais preciosos, como o ouro e a prata.[21] Os riscos delgados, ou seja, os finos orientam os acessos ao interior através do curso dos leitos dos rios, indicando um recurso de orientação espacial largamente utilizado pelos sertanistas e viajantes. O rio de São Francisco e seus afluen-

[21] O sertanista e coronel Pedro Barbosa Leal provido no posto de superintendente dos distritos minerais da Bahia assim descreveu o potencial aurífero das serras da Jacobina: "por que se nestes ribeiros se tiram oitavas de ouro, nas serras se tiram arrobas e eu o que posso fazer é animar aos mais com o exemplo de romper a primeira serra." AHU, Avulsos, Bahia, Cx. 15, doc. 1338.

tes foram registrados com destaque no *Roteiro*, denotando a centralidade da principal bacia hidrográfica que integrava os sertões da Bahia, de Pernambuco e das Minas Gerais. A escolha pela representação do rio de São Francisco não foi aleatória, já que como foi dito linhas atrás, o capitão havia circulado pelos sertões do São Francisco na década de 1710 e desde o século XVI era sabido que aquela bacia possuía uma relevância estratégica na geografia de acesso e povoamento do sertão.

Outros dois elementos chamam a atenção no *Roteiro*. O primeiro refere-se à alegoria que usa para demarcar a rosa dos ventos, indicando a orientação cartográfica do norte e com duas linhas que se cruzam bem no centro da imagem e que faz alusão a um cabo de espada, talvez uma referência para chamar à atenção régia sobre os expedientes da guerra brasílica. O santuário de Bom Jesus da Lapa, assim como uma cruz, também aparece como uma imagem de destaque central, quiçá para referir-se ao fato de que ele como bom súdito lembrava-se que a monarquia era católica. Como se pode perceber, o *Roteiro* é um documento rico em informações geográficas e seu autor considerou fundamental incorporar ao mapa o máximo de referências possíveis, muitas delas já conhecidas e mapeadas em roteiros sertanistas encomendados pelo governo do Estado do Brasil.[22] O mapa indica 35 topônimos (capita-

[22] No ano de 1720 o mestre de campo e engenheiro Miguel Pereira da Costa recebeu a incumbência de elaborar um relatório apontando o roteiro de caminhos da cidade da Bahia até o arraial do Mato Grosso, nas imediações da barra do Rio das Contas. O engenheiro retornou bastante doente após percorrer 105 léguas de sertão, mas entregou ao vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses em 15 de fevereiro de 1721, seu relatório intitulado *Viagem das Minas do rio das Contas*. O relatório foi publicado em NEVES, Erivaldo Fagundes & MIGUEL, Antonieta (orgs.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador, Arcádia, 2007, pp. 25-58. Sob as ordens do governo da Bahia, o sertanista Joaquim Quaresma Delgado foi destacado para empreender outra jornada seguindo os rumos das principais localidades e zonas de minas e criação de gado do sertão baiano até as Minas Gerais. Ao longo de quatro anos (1731-1734) fez inspeções em "Jacobina, Rio de Contas, Minas Novas e Médio São Francisco." Cf. NEVES & MIGUEL, 2007, p. 59-125. Ver também o excelente artigo de Marcio Roberto Alves dos Santos analisando o roteiro. Cf. SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. "Os relatos de reconhecimento de Quaresma Delgado." In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 40. jul/dez 2008. p.689-706.

nias do Estado do Brasil, vilas e freguesias), 25 cursos fluviais, além de referências a relevos, acidentes geográficos, coordenadas geográficas, pontos cardeais, colaterais e observações sobre a paisagem. A ostensiva presença indígena no território foi explicitamente mencionada e espacializada, quando indicou, por exemplo, as "Aldeias dos bárbaros gentios do Rio do Sono", ou quando mencionou que nos sertões do Norte entre Pernambuco, Piauí e Maranhão havia "diversas nações de gentios bárbaros e alguns assas (sic) escandalizados, das matanças que lhes tem feito, os quais ocupam terras que podem produzir ambos os metais, metendo os de paz, como bandeiras de guerra festivas, e resgates com paz." No que pese a complexidade deste tema, podemos rapidamente perceber que estas passagens confirmam que "a cartografia 'sertanista' é incompreensível longe das suas conexões com sociedades indígenas americanas" (OLIVEIRA, 2019, p. 235).

Outro traço do mapa é a duplicidade de sua autoria. Muito embora Manuel Francisco tenha oferecido o mapa como sendo o resultado de suas entradas por mais de seis anos, portanto seu autor intelectual, a autoria dos traçados está atribuída ao francês Claudio Nuil, o qual o fez de sua letra e sinal inserindo duas frases em latim: *Ad mayorem dey gloriam* (para maior gloria de Deus) *e Labor vincit omnia* (o trabalho vence tudo). Esta última afirmação está precisamente colocada na parte inferior direita do mapa ao lado da localização de "Cuiabá, boas minas, sem cerimônia", região que estaria a 300 léguas de distância do litoral da Bahia. Ambas as citações em latim, indicam uma apropriação do vocabulário social da monarquia católica, empregada pelo intrépido sertanejo como uma alusão à retórica de prestação de serviços, com a intenção de tocar a liberalidade régia e cumprir "uma cadeia infinita de actos beneficiais, que constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas" em sociedades de Antigo Regime (HESPANHA & XAVIER, 1998, p. 340). Foi no interior dessa produção lexical que informações geográficas circularam no império e difundiram o uso de um vocabulário político das conquistas que pressupunha a valorização dos

pactos políticos entre as agências locais e o poder central, muito mais do que um uso utilitarista dos mapas e de suas fidelidades geoespaciais.

No espaço deste artigo, pretendemos apontar algumas possíveis traduções para o *Roteiro*, indicando aspectos da percepção e agência sertanista na produção imaginária e real das fronteiras internas da América Portuguesa. Considerou-se os sentidos atribuídos às construções de um vocabulário político das conquistas que traduziam, a partir de interesses ambíguos, as experiências de entradas sertanistas para acessar riquezas minerais, o contato com os indígenas e o ambiente biofísico dos sertões. Estes elementos foram articulados e utilizados nos expedientes geopolíticos de conquista e ocupação das fronteiras dos sertões da América Portuguesa, pois os sertanistas souberam lidar de forma competente com a linguagem da monarquia ao construir e preservar canais de comunicação política de longa duração tanto com os administradores ultramarinos, quanto com a coroa.

FONTES

ROTEIRO de terras minerais do Brasil por onde andou, durante trinta anos, o capitão-mor Manuel F. dos Santos Soledade. Constam dados sobre Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Mencionam-se minas de ouro e prata da Bahia e de ouro de Minas Gerais. Instituto de Estudos Brasileiros. Acervo: Alberto Lamego. Manuscrito, 1729.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da Lingua portugueza**. Reformado e acrescentado por Antonio de Moraes. Lisboa, 1789, Tomo Segundo, pp. 396.

CABRAL, Diogo & MOTA, Maria Sarita. "Escrita e governança socioecológica no Antigo Regime tropical." In: **História Ambiental: Natureza, Sociedade, Fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 79-102.

CALMON, Pedro. *O segredo das minas de Prata. Novos aspectos da conquista da terra*. Tese apresentada à douta Congregação do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1950.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. **O Sertão e o Império : As vilas do ouro na capitania da Bahia - Século XVIII**. 2018. 423f. Tese de doutorado. (Programa de pós-graduação em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. "A trajetória de Pedro Barbosa Leal e as redes de conquistas no sertão da capitania da Bahia, 1690-1730". In: **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 74-102, set.-dez. 2020.

HESPANHA, Antônio Manuel. XAVIER. Angela Barreto. "As redes Clientelares." in: MATTOSO, José (dir.) & HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal. Vol. IV:* **O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa, 1998 [1993].

NEVES, Erivaldo Fagundes e MIGUEL, Antonieta (orgs.). **Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia**. Salvador, Arcádia, 2007.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Cultura geográfica, colonialidade e economia mundo: o centro da América do Sul nos 'mapas sertanistas' (primeira metade do século XVIII). **Colonial Latin American Review**, 28:2, 2019, pp. 229-257.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Os relatos de reconhecimento de Quaresma Delgado. In: **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 24, nº 40. jul/dez 2008. p.689-706.

TERRITORIALIZAÇÃO E MESTIÇAGENS NOS SERTÕES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, 1788 A 1849

Maiara Silva Araújo[1]

INTRODUÇÃO

O processo de ocupação colonial dos sertões da Capitania do Rio Grande, especificamente do território da Ribeira do Seridó, ocorreu de forma efetiva após a Guerra dos Bárbaros (1698-1725). Posteriormente a esse conflito, é possível perceber, na documentação examinada, um número significativo de militares solicitando sesmarias na Ribeira do Seridó. Houve, igualmente, a emergência de instituições da administração colonial (Freguesia, 1748; Vila, 1788) que, nesse contexto, além de delimitar o espaço conquistado, funcionavam como mecanismos de territorialização e organização da vida colonial.

Nesse sentido, o presente estudo pretende examinar como estava organizada a população da Ribeira do Seridó no contexto de ocupação colonial dos sertões e de emergência de instituições da administração civil. Para tanto, faremos uso de fontes paroquiais[2], especificamente de

[1] Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda em História pela UFRN e professora na escola Municipal Professora Ascendina Lustosa.

[2] Essa documentação foi examinada de forma quantitativa. Acerca dos pressupostos que caracterizam essa metodologia, verificar o estudo do historiador francês François Furet (1976).

registros de matrimônio (1788-1849)[3], para analisarmos que grupos sociais constituíram a população do espaço em análise nesse contexto. É importante destacar que essa pesquisa tem como finalidade compreender, de forma específica, a população mestiça residente na Ribeira do Seridó, verificando quais tipologias foram empregadas nas fontes para qualificar essa população, qual a proximidade das pessoas mestiças com o mundo da escravidão e quem eram, de forma particular, os pardos da Ribeira do Seridó.

A realização de um estudo quantitativo sobre a população da Ribeira do Seridó emergiu de lacunas que verificamos na historiografia regional acerca da organização social do espaço supracitado, bem como do contato com as fontes paroquiais, que foram utilizadas pela autora deste texto ao longo da escrita de sua dissertação de mestrado. Desse modo, partindo inicialmente da historiografia regional produzida sobre a Ribeira do Seridó, citamos, primeiramente, a obra *Famílias Seridoenses*, escrita por José Augusto Bezerra de Medeiros e publicada em 1940. José Augusto, nascido em Caicó, em 1884, era membro de uma importante família de políticos do Rio Grande do Norte. Ele era formado pela Faculdade de Direito do Recife e, assim como o seu avô paterno (Silvino Bezerra de Araújo) e materno (José Bernardo de Medeiros), ingressou no cenário político do estado, tendo exercido o cargo de Deputado Federal e de Governador do estado.

O seu estudo, Famílias Seridoenses, para a Ribeira do Seridó, território que, atualmente, a grosso modo, corresponde a atual região do Seridó, pode ser considerado o primeiro trabalho que teve a preocupa-

[3] Apesar da ocupação da Ribeira do Seridó ter tido início de forma efetiva logo após a Guerra dos Bárbaros, infelizmente, não possuímos documentação paroquial para os anos iniciais do século XVIII. Portanto, a análise que será empreendida acerca da população residente na Ribeira do Seridó terá início apenas 1788, o que demonstra o caráter lacunar da documentação que utilizamos bem como a necessidade de realizarmos um cruzamento de fontes de diferentes tipologias (judiciais e militares, por exemplo) para obtermos informações mais precisas acerca da organização social dos sertões da Capitania do Rio Grande.

ção de fazer uma análise acerca das genealogias que teriam ocupado esse território no contexto de ocidentalização das terras da América e de interiorização da conquista. Nessa obra, José Augusto estudou oito genealogias, das quais seis foram identificadas com patriarcas originários de Portugal. Foram essas as famílias Araújo Pereira, Dantas Correia, Medeiros, Lopes Galvão, Bezerra de Menezes e Fernandes Pimenta. As famílias Azevedo Maia e Batista são caracterizadas pelo autor como já estando no Estado do Brasil nesse contexto de ocupação colonial.

As genealogias citadas são examinadas por José Augusto como tendo sido responsáveis pela formação territorial do Seridó no contexto colonial da história brasileira. Em sua análise, essas parentelas possuem uma forte relação com a terra, com o gado e com a política, como demonstra a citação abaixo:

> Thomas de Araujo Pereira, Caetano Dantas Correia, Cypriano Lopes Galvão, todos os povoadores iniciaes do Seridó, troncos das tradicionais familias que ainda hoje vivem na região, em que trabalham e a que servem, foram criadores de gado, opulentos fazendeiros, proprietarios de grandes rebanhos. (MEDEIROS, 1940, p.14).

José Augusto examinou apenas oito famílias, como elucidamos, mas essas foram abordadas como representantes da totalidade da população da Ribeira do Seridó. Em sua análise, esse território é constituído por "famílias tradicionais" e de grande destaque, tanto no sentido econômico e social quanto no político. Importante destacar que essas genealogias são vistas de forma linear e contínua. Os sertões, território antes habitado pela "indiada bravia", após a Guerra dos Bárbaros (1698-1725) passou a ser ocupado pelos "da melhor estirpe", que teriam dado forma ao espaço e continuavam se destacando no cenário político e econômico do mesmo. (MEDEIROS, 1940, p. 14).

Seguindo um percurso analítico semelhante ao de José Augusto, José Adelino Dantas, em 1977, publicou o livro *Coronel de Milícias Caetano Dantas Correia: Um inventário revelando um homem*. A obra de José

Adelino é um estudo de caráter biográfico, voltado de forma específica para a análise da vida de Caetano Dantas Correia, patriarca da família Dantas Correia estudada por José Augusto. José Adelino, Bispo da Igreja Católica, seria descendente de Caetano Dantas Correia, sendo ele próprio membro "dessas grandes famílias do Seridó".

Nesse livro, José Adelino compreende Caetano Dantas Correia, filho de José Dantas Correia, natural da Vila de Barcelos, Arcebispado de Braga, Portugal, e de Isabel da Rocha Meireles, natural da Paraíba, como o patriarca de uma extensa genealogia, "desbravador e sentinela do sertão de outrora, criador de gados". (DANTAS, 1977, p. 10). Em sua obra, ao analisar a vida de Caetano Dantas, assim como José Augusto, definiu esse indivíduo e sua genealogia como uma grande família do Seridó, como representativo das famílias que "povoaram" esse território e que obtiveram destaque na vida política e econômica através da criação de gado. Família, território e gado estão interligados tanto no estudo de José Augusto quanto no de José Adelino.

É pertinente destacar que José Adelino, em seu estudo, feito a partir de uma fonte judicial, um inventário *post-mortem* datado de 1798, cita pessoas não brancas e que não teriam vindo de Portugal. Na análise dos bens que Micaela Dantas Pereira, filha de Caetano Dantas Correia, teria recebido em dote ao casar-se com Antônio de Azevedo Maia, pessoas de outras qualidades são listadas na condição de escravos, como é o caso de Rita, identificada como nação da costa e Vicência, denominada como crioula. (DANTAS, 1977, p. 22-24). Portanto, esse território não seria constituído apenas por homens vindos de Portugal e definidos como brancos.

Outra obra importante e representativa dessa historiografia regional produzida no século XX sobre as genealogias que teriam ocupado a Região do Seridó em seu contexto colonial é o livro *Velhas Famílias do Seridó*, escrito por Olavo de Medeiros Filho e publicado em 1981.

Medeiros Filho, apesar de não ser um historiador de formação, teve um papel importante na catalogação de documentos e na escrita de tra-

balhos sobre o contexto colonial do estado do Rio Grande do Norte. No que concerne, em específico, à obra Velhas Famílias do Seridó, trata-se de um trabalho semelhante ao de José Augusto, onde as famílias estudadas são caracterizadas como sendo representativas das genealogias que povoaram a Ribeira do Seridó após os conflitos sangrentos entre indígenas e colonizadores, ocorridos ao longo da chamada Guerra dos Bárbaros (1698-1725).

Um total de onze famílias foram estudadas por Medeiros Filho e tiveram as suas genealogias reconstituídas. Foram essas: Ferreira das Neves, Araújo Pereira, Rodrigues da Cruz, Pereira Monteiro, Garcia de Sá, Alves dos Santos, Azevedo Maia, Lopes Galvão, Rocha Gama, Fernandes Pimenta e Carneiro de Freitas. Segundo o autor, teriam vindo de Portugal, especificamente do norte desse país, os patriarcas das genealogias que constituíram a "elite social, econômica e política da região". Medeiros Filho não ignora a existência de pessoas de outras qualidades nos sertões da Capitania do Rio Grande. Em seu livro *Índios do Açu e Seridó*, publicado em 1984, esse historiador erudito fez uma análise pertinente acerca do modo de vida indígena antes da chegada dos colonizadores nos sertões do Rio Grande. Nessa obra, o indígena foi reconhecido como um povo que tinha cultura, identidade e um modo de vida próprio antes da chegada do colonizador. No entanto, no que concerne aos estudos genealógicos produzidos sobre o território citado, a representação que nos é oferecida é a de um espaço territorializado apenas pelo homem branco, sendo esse oriundo do Reino ou descendente de lusitanos[4].

Partindo dessa análise bibliográfica, a nossa pesquisa, em diálogo com estudos recentes produzidos na academia sobre a Ribeira do Seridó, tem como finalidade entender quais populações viviam nesse território para além das genealogias brancas, que já foram estudadas por essa historiografia regional.

[4] Sobre a presença de portugueses na constituição social da Ribeira do Seridó, verificar o estudo do historiador Helder Macedo, publicado na revista Clio, em 2011.

Nessa perspectiva dos estudos recentes produzidos na academia sobre a Ribeira do Seridó, citamos o livro do historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo, intitulado *Outras Famílias do Seridó: Genealogias Mestiças nos Sertões do Rio Grande do Norte*, publicado em 2020. Nessa produção, Macedo fez uma pesquisa pertinente sobre genealogias no contexto colonial do Rio Grande do Norte que oferece visibilidade para essas famílias do Seridó que não eram brancas e que tiveram práticas importantes no processo de constituição territorial e social da Ribeira da Seridó após 1720, ano em que cessaram os conflitos entre indígenas e colonizadores nesse território.

ANÁLISE QUANTITATIVA SOBRE A POPULAÇÃO DA RIBEIRA DO SERIDÓ

A ocupação dos sertões da Capitania do Rio Grande pelo colonizador, através dos requerimentos de sesmarias e do desenvolvimento da pecuária, como já elucidamos, ocorreu de forma efetiva após a Guerra dos Bárbaros (1698-1725). Entre os anos de 1700 a 1750, constatamos um número significativo de militares solicitando sesmarias na Ribeira do Seridó. No entanto, só foi possível encontrar informações precisas acerca da qualidade da população residente nesse território colonial em documentos de fins do século XVIII e posteriores, mais precisamente a partir do ano de 1788. Os registros paroquiais que foram conservados e a que temos acesso datam apenas desse contexto.

Desse modo, partindo da documentação que temos disponível, optamos, inicialmente, por trabalhar com os registros de matrimônio referentes a dois livros de casamentos, sendo o primeiro concernente a 1788-1809 e o segundo referente a 1809-1821. Posteriormente, em outros estudos, essas informações serão cruzadas com os registros de batismo e de óbito. Além das fontes paroquiais, em pesquisas posteriores, pretendemos também analisar os mapas populacionais, relatórios de presidentes de províncias e os primeiros censos produzidos para esse território. É importante destacar que não temos o objetivo de realizar um estudo de de-

mografia histórica, mas sim uma pesquisa quantitativa, com a finalidade de entender como estava organizada essa população da Ribeira do Seridó ao longo do século XVIII e da primeira metade do século XIX.

Esse exame quantitativo parte do nosso desejo de entender com mais clareza, através de um estudo qualitativo, quais os sentidos de ser mestiço, particularmente de ser pardo, e até mesmo de ser branco na Ribeira do Seridó em um contexto histórico em que a qualidade era algo móvel. Nesse sentido, antes de problematizarmos os dados quantitativos que localizamos nos registros de matrimônio, citamos um dos casos que encontrados nas fontes que consultamos e que demonstram esse caráter mutável da qualidade[5] de um indivíduo no cenário colonial.

Estamos nos referindo ao caso de Alexandrina, definida como branca em seu registro de batismo, ocorrido em 1822[6]. Alexandrina era filha de Maria Francisca da Conceição e José Joaquim de Sana Ana, qualificados como pardos. Essa família, teve como patriarca Martinho Soares de Oliveira, identificado como natural do Alentejo, casado com Rosa Maria, aludida como natural de Angola. Alexandrina, como membro da família Soares Oliveira, ocupava a posição de bisneta do casal citado, ou seja, pertencia a uma parentela marcada por mesclas. No entanto, assim como Alexandrina, mais 5 bisnetos e 1 neta de Martinho Soares e Rosa Maria foram qualificados como brancos, ou seja, na segunda e na terceira geração da genealogia citada, ocorreram casos de pessoas que foram qualificadas como brancas nas fontes, mesmo sendo descendentes de um casal marcado por mesclas e que tiveram os seus descendentes ao longo da primeira geração definidos como pardos. Desse modo, a qualidade não era algo fixo e dentro de uma mesma família podíamos encontrar casos de indivíduos qualificados de formas distintas[7].

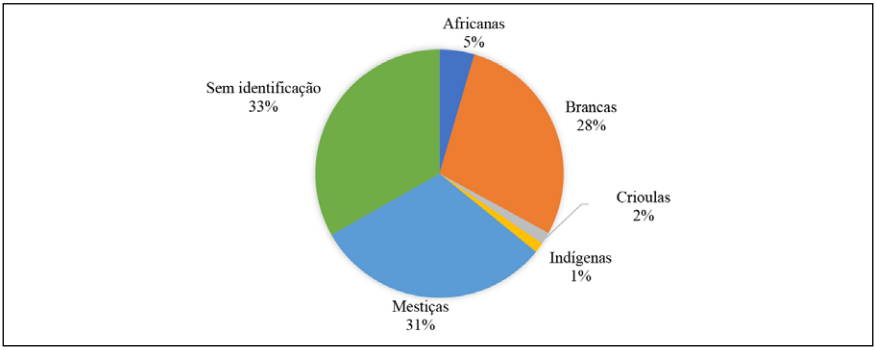
5 Sobre os conceitos de qualidade e condição, verificar os trabalhos do historiador Eduardo França Paiva. (PAIVA, 2012).

6 PSC. CPSJ. Livro Batizados nº 2. FGSSAS, 1818-1822, fl. 238. (Manuscrito).

7 Um caso pertinente e que demonstra esse caráter mutável das qualidades foi examinado por Macedo. Esse historiador, com base em fontes paroquiais e judiciais, re-

Nesse sentido, os dados quantitativos que iremos elucidar em nossos gráficos devem ser vistos de forma cautelosa, visto que a qualidade não era algo imutável e podia ser modificada a depender do olhar do observador que fazia o registro de batismo, matrimônio ou óbito, bem como do lugar social (posse de cabedal – terras, escravos e gados – e relações de parentesco consanguíneo ou espiritual) que o indivíduo em questão ocupava no cenário colonial da Ribeira do Seridó. Nessa perspectiva, de acordo com os registros de matrimônio que investigamos, houve 1.166 registros de casamentos entre os anos de 1788 a 1821. Os indivíduos que contraíram núpcias entre esses anos foram qualificados como brancos, mestiços, africanos e indígenas, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Qualidade da População feminina nubente da Ribeira do Seridó[8]



Fonte: elaborado pela autora com base em 1.166 registros de matrimônio da Ribeira do Seridó, 1788 a 1821.

constituiu a genealogia do crioulo forro Nicolau Mendes da Silva e constatou que alguns membros dessa parentela foram definidos como pardos e brancos. Cito aqui o caso de Tomázia Fernandes da Silva, bisneta de Nicolau Mendes, neta do português Manoel Antônio das Neves, que foi definida como branca nos registros de paróquia. Tomázia Fernandes casou-se com João da Silva Lira, pardo. Dessa união, marcada por mesclas, nasceu 13 filhos, sendo 2 qualificados como pardos, 3 como brancos e 8 não tiveram as suas qualidades evidenciadas. (MACEDO, 2020, p. 117). Portanto, o caso de Tomázia Fernandes, assim como o de Alexandrina, demonstram a pertinência de não tomarmos as qualidades como elementos fechados e lineares.

8 Os dados referentes à população masculina são semelhantes às informações localizadas sobre a população feminina. Desse modo, como representativos dessa heterogeneidade das qualidades na Ribeira do Seridó, optamos por considerar em nosso texto as informações concernentes apenas à população nubente feminina.

O gráfico acima demonstra que a população residente na Ribeira do Seridó era constituída por indivíduos de diferentes qualidades. Salientamos que as tipologias mestiças e africanas não estavam presentes nos registros examinados. No gráfico 1, quando fizemos uso da tipologia mestiça, referimo-nos a indivíduos que foram qualificados nos registros de matrimônio como produtos das mesclas biológicas e sociais ocorridas nesse cenário histórico, ou seja, como produtos das dinâmicas de mestiçagens. (PAIVA, 2012). As categorias de distinções sociais empregadas para definir os indivíduos mestiços nas fontes foram as seguintes: pardos, cabras e mulatos. Quanto à tipologia africana, faz referência a pessoas que foram definidas como pretas, gentio de angola, gentio da guiné, angola e negra, que eram termos empregados para aludir aos habitantes da colônia que haviam sido trazidas do continente africano[9].

A população nubente presente no gráfico 1 não é concernente à população total da Ribeira do Seridó no recorte temporal em análise, visto que nessa representação quantitativa consideramos apenas aqueles que casaram nesse contexto histórico, em específico a população nubente feminina. No entanto, os dados presentes no gráfico 1 são pertinentes para compreendermos as diferentes tipologias que eram empregadas no cenário colonial brasileiro para qualificar os habitantes dessa época. Ademais, são informações que, em contraposição à historiografia regional produzida sobre o território citado e problematizada na introdução desse trabalho, demonstram que não foram apenas genealogias brancas que residiram nessa ribeira.

Outro dado pertinente presente nessa documentação é referente à imprecisão das qualidades de um habitante da sociedade colonial que, como já aludimos, não estava restrita apenas aos aspectos biológicos, mas também aos elementos de ordem sociojurídicos e econômicos. Acerca disso, deparamo-nos com um total de 58 nubentes que foram

[9] Sobre essas categorias de distinção social, verificar os estudos do historiador Eduardo França Paiva.

qualificados de dois modos em um mesmo registro de matrimônio. Citamos aqui o caso de Francisco, definido como cabra na qualidade expressa e como pardo na averbação[10]. Esses casos não foram registrados no gráfico 1, visto que consideramos importante problematizar a heterogeneidade da fonte examinada e evidenciar o caráter complexo dessa sociedade colonial. Desse modo, acerca dessa população nubente qualificada de dois modos, organizamos no quadro abaixo os nomes e as qualidades da população feminina presente nos registros de matrimônio compulsados:

Quadro 1 – Qualidades da população feminina nubente da Ribeira do Seridó

Nome	Qualidade expressa	Qualidade na Averbação	Condição
Maria	Crioula	Preta	Cativa
Inácia	Crioula	Preta	Cativa
Josefa	Crioula	Preta	Cativa
Maria	Gentio de Angola	Preta	Cativa
Maria	Gentio de Angola	Preta	Cativa
Maria	Crioula	Cativa	Cativa
Maria	Gentio de Angola	Cativa	Cativa
Antonia Maria	Gentio de Angola	Preta	Cativa
Maria de Freitas	Gentio de Angola	Preta	Cativa
Luzia	Preta do Gentio da Guiné	Preta	Cativa
Luzia	Crioula	Negra	Cativa
Maria	Preta	Cativa	Cativa
Maria	Gentio de Angola	Negra	Cativa
Maria	Gentio de Angola	Negra	Cativa
Maria da Penha	Gentio de Angola	Negra Cativa	Cativa
Paula Maria	Negra	Parda Forra	Forra
Mariana	Gentio de Angola	Negra	Cativa
Rosa	Gentio de Angola	Negra	Cativa
Manuel	Crioulo	Negro	Cativo

[10] A qualidade expressa é aquela que é posta no interior do próprio registro de matrimônio e a qualidade na averbação é aquela que é posta ao lado do registro de matrimônio, ou seja, em um mesmo documento, um habitante da colônia podia ser qualificado de duas formas.

Nome	Qualidade expressa	Qualidade na Averbação	Condição
Maria	Crioula	Negra	Cativa
Micaela	Gentio de Angola	Negra	Cativa
Vicência	Crioula	Negra	Cativa
Inácia	Crioula	Parda Cativa	Cativa
Antonia	Mulata	Parda Cativa	Cativa
Joana	Angola	Negra	Cativa
Ana Dias de Sá	Preta	Negra	Não identificada
Vitória Maria	Gentio de Angola	Negra	Liberta

Fonte: elaborado pela autora com base em 1.166 registros de matrimônio da Ribeira do Seridó, 1788 a 1821.

Como é possível observar no Quadro 1, a população feminina nubente, que foi qualificada de duas formas em um mesmo registro, era constituída majoritariamente por indivíduos que estavam na condição de escravizados e que foram qualificados como gentio de angola e, dentre outras qualificações, como crioulas. Em algumas ocasiões, a condição jurídica da nubente em questão era considerada como sendo a sua qualidade na averbação. Portanto, tendo como base apenas os registros de matrimônio, é possível concluir que a população cativa da Ribeira do Seridó, que contraiu núpcias entre os anos de 1788 e 1821, foi qualificada em um mesmo registro de duas formas, aspecto que não ocorreu entre os indivíduos aludidos como brancos e que também não ocorreu de forma significativa entre os habitantes dessa territorialidade colonial definidos como produtos das mesclas. No entanto, entre a população mestiça já examinada, como já mencionamos nesse texto, ocorreram situações em que a qualidade de um mesmo indivíduo foi definida de forma distinta em relação à de seus familiares ou foi modificada ao longo da sua vida.

Sobre o caráter móvel das qualidades, já citamos o caso de Alexandrina, membro de uma parentela marcada por mesclas e que foi definida como branca em seu registro de batismo. Acerca dessa mesma temática, elucidamos agora o caso de Catarina Maria de Jesus. Catarina Maria de Jesus, nomeada apenas como Catarina no inventário *post-mor-*

tem de Ana Francisca da Cunha, era cativa da família Taveira da Conceição. Em decorrência do falecimento de Ana Francisca, os seus bens foram inventariados em 1797 e, nesse contexto, Catarina foi qualificada como mulata, de idade de 18 anos, sem nenhuma habilidade e moléstia alguma[11].

Em 1800, Catarina Maria de Jesus foi definida como parda no registro de alforria de seu filho Antonio, ou seja, a sua qualidade de mulata foi invisibilizada e substituída pela de parda. Na ocasião em que Antonio foi alforriado, foi qualificado também como pardo. Este, era filho de Catarina Maria Jesus com Francisco Taveira da Conceição, patriarca da família Taveira da Conceição[12] e viúvo de Ana Francisca, falecida em 1796[13]. Com base na documentação examinada, não é possível inferir quando Francisco Taveira estabeleceu uma relação afetuosa com a sua cativa Catarina. No entanto, no ano de 1800, o casal alforriou o primeiro filho dessa relação, que resultou no nascimento de mais 10 crianças. Portanto, os casos analisados de forma qualitativa demonstram que a qualidade não é algo estático na sociedade colonial que se estabeleceu no Estado do Brasil.

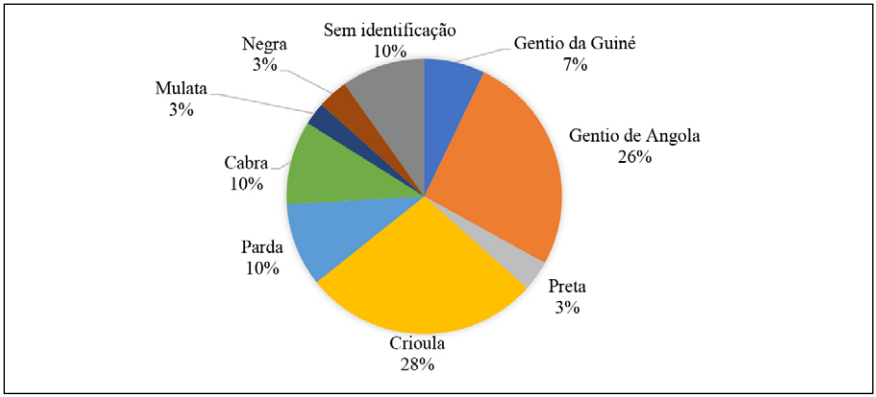
No que concerne à condição da população nubente do espaço estudado, foi possível constatar que em um universo amostral de 1.166 nubentes, um total de 112 noivas foram definidas como cativas e um total de 119 noivos foram considerados pessoas na condição de escravizados. No gráfico abaixo, podemos visualizar as qualidades que foram empregadas na documentação para definir essa população escravizada.

11 Inventário de Ana Francisca Cunha. Inventariante: Francisco Taveira da Conceição. Sítio Serra das Queimadas, Ribeira do Seridó, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1797. (Manuscrito).

12 Cartas de alforrias, 1792-1814.

13 Inventário de Francisco Taveira da Conceição. Inventariante: Catarina Maria de Jesus. Ribeira do Seridó, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1816. (Manuscrito).

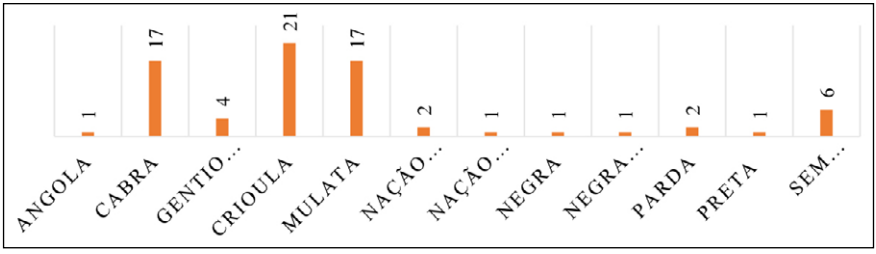
Gráfico 2 - Qualidade da População feminina nubente escrava da Ribeira do Seridó



Fonte: elaborado pela autora com base em 1.166 registros de matrimônio da Ribeira do Seridó, 1788 a 1821.

De acordo com o gráfico 2, as pessoas definidas como crioulas e gentio de angola possuíam uma maior proximidade com o universo da escravidão. Quando esses dados são comparados com as informações presentes nas cartas de alforrias, percebemos que as pessoas na condição de escravizados que foram definidos como crioulos permanecem sendo um quantitativo significativo. Em contrapartida, como demonstra o gráfico abaixo, a população parda mantém certo distanciamento da condição de escravizados:

Gráfico 3 - Qualidade da população feminina liberta da Ribeira do Seridó, 1792 a 1814



Fonte: elaborado pela autora com base em 120 cartas de alforrias da Ribeira do Seridó, 1792 a 1814.

Nos registros de matrimônio, a população nubente feminina que foi qualificada como parda correspondeu a 10% das pessoas na condi-

ção de escravos. No entanto, nos inventários *post-mortem*, onde a população cativa é listada como um bem, e nas cartas de alforria, o número de pardos na condição de escravizados não é significativa, o que demonstra o distanciamento dessa população mestiça do universo da escravidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação examinada ao longo desse estudo, demonstrou o caráter heterogêneo da população residente na Ribeira do Seridó, que não foi constituída apenas por genealogias de origem lusitana, como destacou a historiografia regional produzida no século XX sobre essa territorialidade colonial. Outro elemento evidenciado por essas fontes foi o quanto as qualidades são móveis.

Sobre a população definida como parda, especificamente, e residente no território em estudo, esses foram definidos, em seus registros de matrimônio, como descendentes de pardos, crioulos e indígenas. No entanto, foram diminutos os casos em que as qualidades dos pais dos nubentes pardos foram aludidas. De forma precisa, em apenas cinco ocasiões esse dado esteve presente. Todavia, o que conseguimos observar sobre essa população mestiça, tendo como base, principalmente, os estudos de casos que já realizamos em estudos anteriores, é que a categoria parda deve ser entendida a partir dos seus aspectos sociais, jurídicos e políticos. O pardo, em algumas ocasiões, podia figurar como o descendente do indígena, como foi o caso de Florência Maria da Conceição, qualificada como parda, filha de Tomé Gonçalves da Silva e Maria Egipcíaca, aludidos como índios[14]. Todavia, no sentido político, social e jurídico, o pardo era o indivíduo que estava distante do universo da escravidão, que, em alguns casos, figurava nos inventários *post-mortem* como inventariantes ou inventariados, que conseguia adquirir terras,

[14] PSC. CPSJ. Livro Matrimônio nº 2. FGSSAS, 1809-1821, fl. 459. (Manuscrito).

fosse através da compra ou do instituto da sesmaria e que conseguia, em algumas situações, ter os seus descendentes definidos como brancos.

Portanto, percebendo a mobilidade da qualidade de um habitante da colônia, a nossa preocupação maior deve ser com os sentidos políticos do ser pardo, do ser branco ou do ser mulato em uma sociedade marcada naturalmente pela desigualdade social. Segundo a historiadora Larissa Viana, o termo pardo era acionado, muitas vezes, para criar uma identidade mais positiva do mestiço, enquanto que a definição de mulato era descrito como um qualitativo inferior, associado à escravidão e que dificultava o acesso aos cargos públicos das instituições coloniais. (VIANA, 2007, p.37-38). Isso explica, por exemplo, o fato da mestiça Catarina Maria de Jesus, ao se relacionar com Francisco Taveira da Conceição e ao figurar em seu inventário *post-mortem* como inventariante, ter passado a ser definida como parda e não mais como mulata.

As diferentes tipologias mestiças empregadas na sociedade colonial eram categorias de distinções sociais, portanto, ser pardo, cabra, mulato ou, dentre outras nomenclaturas, trigueiro, implicava em maior ou menor inserção social nessa conjuntura histórica. Um exemplo dessa assertiva é o Requerimento do pardo Paulo Coelho, enviado em 1754 à Coroa portuguesa solicitando que a sua cor não fosse impedimento para exercer funções públicas no Estado do Brasil[15]. Por fim, as qualidades dos habitantes da colônia presentes nas fontes indicavam o lugar social daquele indivíduo naquele contexto histórico. Todavia, como as qualidades são móveis, é pertinente entender as categorias de distinções sociais com cautela e a partir das especificidades de cada territorialidade colonial estudada, bem como de cada caso examinado.

[15] Requerimento de Paulo Coelho ao rei [D. José I], pedindo provisão para que sua cor parda não lhe sirva de impedimento para exercer qualquer função pública em qualquer parte do Brasil, 1754. AHU-Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx. 76, doc. 6.377.

FONTES

Livro de Casamentos nº 1, 1788-1809. Freguesia do Seridó.

Livro de Casamentos nº 2, 1809-1821. Freguesia do Seridó.

LABORDOC. FCC. 1ºCJ. Inventários *post-mortem*. Inventário de Ana Francisca Cunha. Inventariante: Francisco Taveira da Conceição. Sítio Serra das Queimadas, Ribeira do Seridó, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1797. (Manuscrito).

LABORDOC. FCC. 1ºCJ. Inventários *post-mortem*. Inventário de Francisco Taveira da Conceição. Inventariante: Catarina Maria de Jesus. Ribeira do Seridó, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1816. (Manuscrito).

Cartas de alforrias – 1792-1814.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, José. **Famílias Seridoenses**. 2.ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

FURET, François. A História quantitativa e a construção do fato histórico. In.: SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.). **Teoria da História.** Editora Cultrix, 1976.

DANTAS, José Adelino. **O coronel de milícias Caetano Dantas Correia – um inventário revelando um homem**. Natal: CERN, 1977.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras Famílias do Seridó: Genealogias Mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte. (séculos XVIII e XIX)**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Colonos Portugueses e luso-Brasílicos na formação de agrupamentos familiares na Freguesia do Seridó (1788-1811). **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, Pernambuco, v. 29.2, p. 1-25, 2011.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Índios do Açu e Seridó. Brasília: Centro Gráfico do Senado 1984.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho).** Tese. (Concurso para Professor Titular em História de Brasil – Departamento de História). UFMG, 2012.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

OS INDÍGENAS E AS EXPEDIÇÕES DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ AO MATO GROSSO (1750-1777)

Vanice Siqueira de Melo[1]

Os rios Madeira, Mamoré e Guaporé foram utilizados como via de comunicação, oficial, entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso a partir de novembro de 1752. Tratava-se de um contexto de preocupação com as fronteiras ibéricas em decorrência da assinatura do Tratado de Madri em 1750. Elaborado a partir do princípio do *Uti possidetis*, o Tratado de Madri estabelecia que a posse de um território era definida através da sua ocupação. Havia, também, uma preocupação em garantir o abastecimento da recém-criada Vila Bela, no Mato Grosso, e garantir o escoamento do ouro de Mato Grosso por uma rota que consideravam mais segura, evitando o contrabando pelos caminhos terrestres que tinham como destino São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia (TEIXEIRA, 1998). Nesse sentido, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e D. Antonio Rolim de Moura, governador da capitania do Mato Grosso, defenderam a revogação do alvará que proibia a navegação pelo rio Madeira (REIS, 1993).

Dessa maneira, inúmeras expedições percorreram os rios Madeira, Mamoré e Guaporé, navegando entre o Grão-Pará e o Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. Nessas expedições, a presença in-

[1] Doutoranda em História pela Universidade Federal do Pará e professora do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará. Esse texto faz parte da pesquisa que desenvolvo no doutorado e é produzida com apoio da bolsa prodoutoral CAPES / UFOPA

dígena era fundamental. Tal importância, por sua vez, não era característica do Estado do Grão-Pará. Analisando, por exemplo, uma série de conflitos entre luso brasileiros e indígenas no atual nordeste brasileiro, Pedro Puntoni aponta como a maior parte do terço do mestre de campo Morais Navarro era formado por indígenas de diversas etnias (PUNTONI, 2002). Assim, esse texto pretende analisar os indígenas que participaram das expedições entre o Grão-Pará e o Mato Grosso a partir das expedições que saíam daquele Estado e iam para o Mato Grosso. Objetiva-se discutir a recusa dos indígenas em participar dessas expedições, bem como os possíveis interesses deles em embarcar nelas e ir ao Mato Grosso. Antes de iniciar essa reflexão será analisada a política indigenista implementada no Estado do Grão-Pará a partir da década de 1750.

A POLÍTICA INDIGENISTA POMBALINA: A LIBERDADE INDÍGENA E O DIRETÓRIO

Os anos iniciais do reinado de D. José I, a partir de 1750, foram caracterizados pelas novas diretrizes coloniais projetadas América portuguesa. A coroa lusa dedicou mais atenção aos espaços situados em áreas confinantes com os domínios espanhóis em função da assinatura do Tratado de Madri. Além disso, importantes transformações manifestaram-se na política indigenista. Essas novas diretrizes pensadas para as populações indígenas do Estado do Grão-Pará e Maranhão estavam conectadas, primeiramente, às questões que eram fundamentais para a coroa portuguesa naquele contexto e norteavam as instruções que foram dadas ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, que assumiu o posto de governador desse Estado em 1751.

As orientações dadas ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado perpassavam, assim, por três eixos, como lembrou José Alves de Souza Júnior: a demarcação dos novos limites do norte da América portuguesa; incremento das atividades econômicas do Estado do Grão-Pará para que gerassem proveitosos rendimentos para coroa portuguesa; e

reorganização da utilização da mão-de-obra indígena, tornando-a mais proveitosa para a coroa portuguesa e eliminando a escravidão indígena (SOUSA JUNIOR, 2012, p. 91). Nesse sentido, para o projeto político e econômico pensado e implementado a partir de 1750, era imprescindível regular a liberdade concedida aos indígenas para que viessem a ser povoadores das ocupações coloniais e se tornassem sujeitos que produzissem as riquezas esperadas. Como lembrou Ângela Domingues, as diretrizes pombalinas pretendiam que os indígenas participassem do desenvolvimento econômico do Estado do Grão-Pará como mão-de-obra a serviço dos colonos ou como proprietários dos seus próprios bens (DOMINGUES, 2000).

Essa política indigenista foi, então, sistematizada em, basicamente, três leis: a lei de liberdade indígena, de 06 de junho de 1755, que proibia a escravização indígena; a de 7 de junho de 1755, que retirava dos missionários o poder temporal sobre as aldeias; e, finalmente, o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário,* conhecida como Diretório dos Índios, que embora tenha sido assinado em 3 de maio de 1757, tornou-se lei através do Alvará de 17 de agosto de 1758. É importante lembrar que essa liberdade está relacionada ao estatuto jurídico dos povos indígenas, uma vez que, como lembrou Patrícia Melo, é "carregada de nuances e limitada por mecanismos diversos que permitem a compulsão ao trabalho" (SAMPAIO, 2011).

Mauro C. Coelho pontua que o Diretório dos Índios é resultado de um processo histórico no qual forças sociais disputavam seus interesses. Ou seja, a elaboração das diretrizes anunciadas no Diretório expressa os conflitos decorrentes dos interesses de diversos grupos sociais em relação a questão indígena. O Diretório dos Índios seria, assim, uma reformulação das diretrizes pombalinas para o Estado do Grão-Pará e Maranhão na medida em que é, também, resultado de demandas gestadas no mundo colonial pelos colonos e missionários. Por essa razão, o Diretório dos Índios seria uma lei colonial (COELHO, 2016, p. 206).

Perspectiva semelhante é compartilhada pelo José A. de Souza Júnior. Dessa maneira, Souza Junior defende a ideia de que as pressões dos colonos pela mão-de-obra indígena foram fundamentais para a inflexão nos princípios pombalinos projetados para o Estado do Grão-Pará e Maranhão em meados do século XVIII. José Alves de Souza Júnior, contudo, distancia-se do argumento defendido por Mauro C. Coelho, pois acredita que as diversificadas práticas indígenas contribuíram, igualmente, para tal inflexão nas projeções, uma vez que os povos indígenas não foram sujeitos passivos durante o processo de colonização portuguesa (SOUZA JUNIOR, 2012). Apesar das diferenças, Mauro Coelho e José Alves Júnior compartilham da ideia de que o Diretório dos Índios foi um instrumento legislativo construído a partir dos conflitos de interesses de diversos grupos sociais que construíam o processo histórico Estado do Grão-Pará e Maranhão e a administração portuguesa.

Implementado inicialmente no Estado do Grão-Pará e Maranhão, o Diretório dos Índios era composto por noventa e cinco parágrafos e normatizava diversas questões, que podem ser agrupadas em três tópicos: colonização (povoamento, edificação de povoações, descimento e controle das populações aldeadas; economia (a agricultura, fiscalização, tributação, comércio e distribuição da força de trabalho indígena); civilização dos índios (ALMEIDA, 1997, p.166). O Diretório dos Índios possuía, assim, um caráter integracionista, uma vez que seus parágrafos norteavam diversas estratégias de inserção dos grupos indígenas na sociedade colonial. Nesse sentido, por exemplo, incentivava os casamentos mistos, entre brancos e indígenas, proibia do uso da palavra "negro" para se referir aos indígenas, orientava acerca do aprendizado da língua portuguesa em detrimento das línguas nativas e do Nheengatu (língua geral) e incentivava os indígenas a residirem em habitações e povoações construídas a partir das normas urbanísticas europeias.

O Diretório dos Índios modificou, também, a maneira pela qual os indígenas eram repartidos para o trabalho. Assim, o parágrafo sessenta e três esclarecia que a forma da repartição dos Índios em três partes

(uma pertencente aos missionários, outra parte ao serviço dos moradores; e outra ao aldeamento) cessaria e que a partir daquela data os indígenas seriam divididos "em duas partes iguais", das quais:

> uma delas se conserve sempre nas suas respectivas Povoações, assim para defesa do Estado, como para todas as diligências do seu Real serviço, e outra para se repartir pelos Moradores, não só para esquipação [sic] das Canoas, que vão extrair Drogas ao Sertão, mas para ajudar na plantação dos Tabacos, canas de Açúcar, Algodão, e todos os gêneros, que podem enriquecer o Estado, e aumentar o Comércio (DIRETÓRIO, 1757).

O Diretório estabelecia, dessa maneira, que a mão-de-obra indígena seria dividida em duas partes: uma parcela destinava-se aos diversos serviços reais e a outra parte era canalizada para os serviços dos moradores do Estado. O acesso a esses indígenas perpassava, por sua vez, pelos diretores e chefias indígenas, pois, ainda que considerados livres, os povos indígenas eram tutelados por um diretor e, consequentemente, os religiosos perderam espaço na distribuição dos indígenas.

O acesso aos indígenas seria feito através de uma portaria emitida pelo governador. Essas portarias deveriam ser apresentadas às chefias indígenas das povoações, incumbidas de distribuir os indígenas aos solicitantes conforme a quantidade determinada pelas portarias. Esse processo, por sua vez, deveria ocorrer sob a supervisão dos diretores das povoações. Assim, não era incomum que os diretores de povoações estivessem envolvidos em conflitos e problemas inerentes ao controle e distribuição dos trabalhadores indígenas. Vejamos, então, as denúncias que eram feitas sobre o comportamento dos diretores e os interesses e recusas dos indígenas em irem ao Mato Grosso.

POLÍTICAS INDÍGENAS: FUGAS E OPORTUNIDADES

A implementação da Lei de Liberdade indígena e do Diretório não representou o fim dos conflitos pela utilização dos trabalhadores indígenas. Um dos principais envolvidos nessas confusões eram os diretores das povoações, uma vez que exerciam a tutela sobre os povos indígenas. Assim, não é por acaso que alguns expedicionários que iam ao Mato Grosso queixavam-se das atitudes dos diretores quando solicitavam indígenas para participarem das expedições. Teotônio da Silva Gusmão foi um dos que experimentou essa dificuldade. Na expedição que fazia da cidade de Belém para a povoação de Salto, em uma cachoeira do rio Madeira, Silva Gusmão fez uma parada na vila de Borba, onde escreveu uma carta para o governador do Estado do Grão-Pará. Na correspondência relatava que na vila de Monte Alegre "foi prontamente socorrido dos índios" que pediu e "da mesma forma em Santarém" e em Vila Franca. Em Serpa, contudo, Silva Gusmão teria vivenciado algumas dificuldades para conseguir os índios (APEP, Códice 54, doc.30).

Embora Teotônio da Silva Gusmão carregasse uma portaria do governador que previa que deixasse na vila de Serpa seis indígenas e completasse a expedição com outros indígenas, recebeu "do diretor o soldado Vitoriano Gomes as maiores vilanias e desatenções que nunca nesta estrada" lhe tinham feito. Teotônio Gusmão pediu ao dito diretor "12 índios 6 pela troca e 6 de mais" e Vitoriano Gomes respondeu a ele que "tinha ordem do senhor general do rio Negro para não dar cumprimento a portaria alguma" do governador do Estado "nesta matéria e que não conhecia" ele "por seu governador senão ao senhor Joaquim de Mello Povoas" (APEP, Códice 54, doc.30).

As justificativas que foram dadas pelos diretores poderiam estar relacionadas às transgressões que cometiam e ao aproveitamento do posto para alcançar seus interesses. Vinicius Zuniga argumenta que muitas transgressões dos diretores eram denunciadas e que nem sempre os agentes dessas denúncias eram integrantes da administração co-

lonial. Assim, lembra que a população indígena aldeada, também, fazia denúncias acerca das más práticas dos diretores e que essas transgressões se baseavam em dois fatores: a violência cometida pelos diretores e a utilização de mão de obra dos indígenas nos serviços particulares dos diretores. Nesse sentido, a queixa do Teotônio da Silva Gusmão poderia estar relacionada à tentativa de utilização ilegal, pelos diretores, dos indígenas aldeados (MELO, 2016).

A justificativa utilizada pelo diretor, de que não havia indígenas disponíveis para o trabalho das expedições ao Mato Grosso, pode ser pensada, também, a partir da falta de interesse dos indígenas em participar das expedições. Heather Roller argumentou que a participação dos povos indígenas nas expedições de coleta era, provavelmente, um recurso utilizado para evitar serviços mais onerosos ou um meio de resistir aos pleitos coloniais e deles engajarem-se a partir de seus próprios termos (ROLLER, 2013). Assim, talvez os indígenas acreditassem que era mais interessante participar das expedições que iam colher as "drogas", ou de outra atividade, do que ir em uma expedição para capitania do Mato Grosso.

A partir dessa perspectiva, é possível cogitar que a recusa em participar dessas expedições começava na arregimentação desses indígenas. Nesse sentido, ao terem ciência de que deveriam ir para o Mato Grosso, alguns indígenas fugiam das povoações. Esse é o caso do índio Vicente Ferreira. Geraldo Correa Lima, diretor da Vila de Boim, escreveu uma carta ao governador do Estado do Grão-Pará, em 25 de agosto de 1765, informando que estava em vila Franca, no Pará, o "índio Vicente Ferreira agregado ao procurador da Câmara da mesma vila". Esse índio teria desertado de Boim "há dois anos depois de o ter nomeado para o serviço do Mato Grosso" (APEP, Códice 157, doc. 34, fl. 146).

Observa-se nesse episódio que Vicente Ferreira não saiu do mundo colonial: a arregimentação dele para uma tropa ao Mato Grosso teria feito ele ir de uma vila para outra. Nessa perspectiva, Patrícia Melo lembra que os indígenas realizavam fugas temporárias que eram motivas

por diversas razões e que não implicavam em uma saída definitiva do mundo colonial. Tratavam-se de fugas individuais, em grupos familiares ou étnicos, cujos destinos eram diversificados e poderiam ser: as adjacências das vilas, os mocambos, as aldeias localizadas nos "matos" e propriedades de colonos estabelecidos (SAMPAIO, 2011, p.211). Assim, a fuga do indígena Vicente Ferreira não era uma evasão do mundo colonial: é provável que fosse apenas uma maneira de não ir na expedição ao Mato Grosso.

Semelhante perspectiva pode ser pensada para o relato feito por Constantino Leal. Esse diretor relatou, da vila de Faro, em setembro de 1763, que José Paulo da Silva ia encontrar o governador do Estado do Grão-Pará e levava uma devassa, relações, guias e recibos. O dito cabo, por sua vez, não teria "partido mais cedo", pois os índios deveriam "roçarem primeiro as suas roças" e ele mandou "apanhar uma pouca de gente que estavam fugidos com suas famílias, que tinham desertado dos socorros que" ele "mandou para o Mato Grosso" (APEP, Códice 131, doc.13). Dessa maneira, pode-se pensar nesse episódio como mais uma fuga temporária utilizada para não ir ao Mato Grosso.

Durante uma expedição ao Mato Grosso, o número de indígenas variava. Isso ocorria não apenas em função das mortes que acometiam muitos deles nas viagens. A quantidade de indígenas era modificada em função das fugas que eles faziam no caminho fluvial. Uma carta de Carlos Daniel de Seixas, provavelmente escrita em meados da década de 1770 e na Cachoeira do Salto, no rio Madeira, relata que seguia a expedição que ele conduzia até capitania do Mato Grosso e aproximava-se das cachoeiras quando fugiram dela vinte índios da vila de Pombal e teriam levado diversos materiais, como armas de fogo e linhas de pescar (APEP, Códice 312). Uma vez que esses indígenas eram do mesmo local de moradia, Pombal, a fuga pode ter sido facilmente planejada por eles. Esse plano, por sua vez, incluiu o assalto a alguns instrumentos que a expedição levava e que, certamente, ajudariam os fugitivos a se manterem no caminho escolhido por eles. Além disso, os índios de Sousel

e Veiros, que participavam da mesma expedição, "vinham fugindo até Borba" (APEP, Códice 312). Ou seja, além da fuga de vinte indígenas no Madeira, a expedição experimentava continuas baixas com as escapadas dos indígenas durante a viagem.

As fugas dos índios do Estado do Grão-Pará que participavam das expedições poderiam acontecer, também, no Mato Grosso. Exemplar disso é um relato feito pelo José Manoel Cardoso da Cunha, comandante do forte de Bragança. No mês de janeiro de 1777, esse comandante escreveu ao governador do Mato Grosso relatando que "dos quatro índios do Pará que vieram dessa vila [Vila Bela], um morreu" e três "fugiram com mais cinco dos que trouxe João Nunes Valente" (APMT, CA 129, Cx. 002). Essa escapada dos índios do Pará ocorreu na expedição de retorno para esse Estado, quando pousaram no forte de Bragança e fugiram. Como essa fortificação estava localizada na margem do Guaporé, é provável que um dos destinos desses índios fugitivos tenha sido os domínios espanhóis.

Meses depois, o mesmo comandante escrevia ao governador do Mato Grosso explicando que os índios do Pará não poderiam permanecer naquela fortaleza, pois poderiam fugir. Assim, relatou o comandante José Manoel Cardoso da Cunha que, no dia 28 de agosto de 1777, o sargento Mateus Espinha havia chegado da vila de Borba e que logo o mandaria "com todos os índios que trouxe daquela vila [de Borba] porque [se] os demorar aqui certamente fugirão" (APMT, CA 148, Cx. 002). O relato do comandante manifestando a preocupação com a fuga dos índios do Pará, certamente, é fundamentada a partir de experiências como a que ele relatou na carta anterior, a de janeiro de 1777.

Ainda que possivelmente escassos, há indícios de indígenas que desenvolveram atividades, com frequência, "no caminho do Mato Grosso" e de que, em algumas situações, teria sido uma escolha deles. Um dos índios que, provavelmente, atuou constantemente no caminho fluvial que comunicava o Estado do Grão-Pará e a capitania do Mato grosso foi o prático Agostinho José Neres. Uma vez que a comunicação entre

esses dois espaços da América Portuguesa era realizada através de uma rota fluvial, a presença de um prático nas expedições era essencial. Os práticos eram aqueles que conheciam os caminhos fluviais e sabiam identificar em que condições poderia ser realizava uma navegação segura dos rios. Elias Abner Ferreira argumenta que, no Estado do Brasil, o prático era distinto do piloto, pois ele serviria apenas para guiar nas expedições e, hierarquicamente, estava acima do piloto. Enquanto no Estado do Grão-Pará, a função de prático confundia-se com a do piloto, conhecido, também, como jacumaúbas (FERREIRA, 2016).

A ideia de que um índio desempenhasse, simultaneamente, a função de piloto e prático em uma expedição, como sugere Elias Abner, não pode ser pensada para o prático Agostinho José Neres. Segundo o comandante Manoel Caetano da Silva, esse "índio prático do Pará" deslocava-se do Mato Grosso para o Estado do Grão-Pará, provavelmente, no final de outubro ou início de novembro de 1775. Manoel Caetano da Silva relatou isso ao governador da capitania do Mato Grosso dizendo que "marcharam para Borba o cabo de esquadra Bernardo Gomes e os dois soldados que o acompanharam" e que eles "levaram quatro botes da fazenda e uma pequena igaritê" que seriam "entregues ao comandante de Borba" e "neles foram o índio pratico Agostinho José Neres e cento e quatorze índios" (APMT, CA 092, cx. 002).

Essa expedição do Mato Grosso ao Estado do Grão-Pará foi apenas uma das que foram feitas pelo prático Agostinho José Neres. No ano anterior, esse prático fez o mesmo trajeto. Nesse sentido, em 1774, Agostinho José Neres é citado na lista de pessoas que foram do Forte de Bragança, no Mato Grosso, para o Estado do Grão-Pará. Assim, segundo a relação, a dita expedição era composta por índios remeiros, como Nazario Ferreira e Custódio Pereira, os pilotos Jacinto de Carvalho, Marcos da Costa e Félix da Silva Campelo, bem como o índio Agostinho José Neres e "um escravo do dito prático" (APMT, CA 063, Cx. 001).

Embora Agostinho José Neres tenha sido identificado em apenas duas expedições que desceram da capitania do Mato Grosso, é possível

que, na condição de prático, ele tenha participado de outras que navegaram nesse caminho fluvial. A referida relação de pessoas que, naquela ocasião, desciam do Mato Grosso em direção ao Estado do Grão-Pará, classifica os índios que são pilotos, práticos e remeiros. Assim, nem sempre o índio prático de uma expedição desempenhava a função de piloto, pelo menos para o caminho entre o Estado do Grão-Pará e o Mato Grosso.

Além da provável frequência com que o prático Agostinho José Neres viajava entre o Estado do Grão-Pará e Mato Grosso, havia um índio que queria trabalhar no "caminho do Mato Grosso". Ele chamava-se Manoel e era natural de Santarém, no Pará. Manoel assistiu ao astrônomo João Ângelo Brunelli nas expedições demarcatórias do Estado do Grão-Pará. No final da década de 1750, Manoel já havia ido ao Mato Grosso, retornado dessa capitania com Teotônio da Silva Gusmão, bem como assistiu a esse juiz na cidade de Belém. No final da década de 1750, encontrava-se na povoação de Salto, com Silva Gusmão, e iria "na canoa del rey para o Mato Grosso, e tornar em companhia do Sr. D. Antonio" (APEP, códice, 54, doc. 31, fl. 128). Parece, assim, que o índio Manoel conhecia, por experiência, a navegação no oeste do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Manoel era casado com uma índia, chamada Anastacia e "filha de um mameluco chamado Inácio", que viviam em Santarém. Após participar das expedições, quando Manoel retornava para Santarém, o dito Inácio fugia com Anastácia e a levava para o mato. Averiguando isso, Teotônio da Silva Gusmão soube que o mameluco Inácio estaria "amancebado com ela [Anastácia] e que agora estava pejada dele". Como, segundo o vigário de Santarém, "era preciso tirar aquela mulher dali e entrega-la ao seu marido", Teotônio Gusmão solicitava ao governador do Estado do Grão-Pará que João de Moura Colaço conduzisse a índia Anastácia até a povoação do Salto, no rio Madeira. A condução da Anastácia para essa povoação justificava-se pelo fato de que o índio Manoel, marido dela, teria dito ao Teotônio da Silva Gusmão que não retornaria

para Santarém e como era "acostumado ao caminho do Mato Grosso", nele queria "ganhar a vida e ser povoador neste Salto" (APEP, códice, 54, doc. 31, fl. 128).

Ainda que o caminho fluvial entre o Estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso fosse difícil, alguns índios escolheram desenvolver atividades nesse trajeto. O índio Manoel, de Santarém, pode ser exemplar dessa perspectiva. Assim, o caminho fluvial entre esses espaços não representou, apenas, uma via útil para atender aos interesses coloniais da coroa portuguesa e seus colonos. Os indígenas procuraram aproveitar, também, essa rota, uma vez que nela escolhiam trabalhar e alcançar seus ganhos.

É provável que esses indígenas, que visualizaram oportunidades nesse caminho fluvial, não tenham sido índios remeiros. Assim, talvez fossem os índios que, em uma hierarquia dos trabalhadores indígenas, estivessem situados em posições de prestigio, como o prático Agostinho José Neres, que possuía até um escravo que o acompanhava. Quanto ao índio Manoel, não é classificado como prático, piloto ou remeiro. Como ele pretendia exercer suas atividades no "caminho do Mato Grosso", possivelmente era um prático indígena. Ou as boas práticas que mantinha com Teotônio da Silva Gusmão o fizeram escolher residir na povoação de Salto e trabalhar no "caminho do Mato Grosso".

Igualmente, é possível pensar como a capitania do Mato Grosso pode ter sido visualizada como um espaço promissor para os indígenas. Em junho de 1760, o diretor da vila de Pombal, no Pará, Manoel Moura, escreveu ao governador do Estado do Grão-Pará relatando que o índio Duarte Teixeira havia ido na canoa do negócio da vila de Sousel e "tinha fugido da mesma canoa, trazendo mais dois consigo". Tal fuga teria acontecido depois de ter "quase persuadido parte da esquipação" para fazer uma "sublevação e deserção para o Mato Grosso" com João de Moura. Para convencer os índios a fugirem, Duarte Teixeira teria falado "aos mais senão cansassem a trabalhar, pois eram enganados com umas varas de pano em casa do tesoureiro" (APEP, Códice 106).

As palavras que o índio Duarte Teixeira teria dito aos que estavam na canoa do negócio revela que ele estaria insatisfeito com as varas de pano que recebia como pagamento pelo trabalho que ele realizava. Analisando a devassa do cabo Caetano José Marreiros, datada de 1765, Heather Roller aponta como os indígenas poderiam provocar motins nas expedições quando questionavam os demais participantes das expedições acerca das baixas remunerações que eram dadas a eles (ROLLER, 2013).

Além disso, na fuga, Duarte Teixeira acompanharia João de Moura ao Mato Grosso. É provável que fosse o João de Moura Colaço, um homem de negócio que frequentava o caminho fluvial. No mês de janeiro de 1754, por exemplo, João de Moura Colaço teria chegado no porto de Vila Bela "com suas cargas de negócio do Pará, para onde tinha ido em abril de 1751" (Anais de Vila Bela, p. 54). Em junho de 1754, João de Moura Colaço, acompanhado do vigário Fernando M. de Sousa e Abreu e outros sujeitos, teria retornado para o Estado do Grão-Pará, com ouro, para "buscar negócio" para Vila Bela (Anais de Vila Bela, p. 58). Assim, os sujeitos que faziam o deslocamento, frequentemente ou não, entre a capitania do Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará, poderiam arriscar ter acesso à mão de obra indígena convencendo os índios a fugirem das povoações e seguirem viagem com eles. Nesse sentido, uma vez que o dito João de Moura Colaço transportava ouro, é provável que ele tenha utilizado isso para persuadir Duarte Teixeira a seguir com ele, argumentando que no Mato Grosso esse indígena teria melhores rendimentos.

O índio Duarte Teixeira conseguiu ir somente até Borba, pois foi remetido preso para o governador do Estado do Grão-Pará (APEP, Códice 106). Provavelmente, ainda que tenha sido persuadido pelo João de Moura a ir para o Mato Grosso, Duarte Teixeira percebeu na fuga para essa capitania uma possibilidade de conseguir um tipo de remuneração que considerava mais interessante que as varas de pano comumente utilizadas no Estado do Grão-Pará. Semelhante aos indígenas que participavam do comércio do sertão como mecanismo para alcançar suas agendas sociais e recursos materiais, como lembrou Heather Roller

(ROLLER, 2013), o Mato Grosso ou o "caminho para o Mato Grosso" poderia representar outro meio utilizado pelos índios para alcançarem suas demandas, como mostrou o indígena Duarte Teixeira, insatisfeito com as varas de pano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão de um projeto colonialista ensejou inúmeras transformações nos povos indígenas que habitavam a América. A historiografia mais recente está apontando que nesse processo, embora tenha sido caracterizado por diversos tipos de violência, os povos indígenas não podem ser resumidos a vítimas. Assim, a análise dos indígenas nas expedições ao Mato Grosso ajuda a refletir acerca da maneira pela qual esses sujeitos agiam a partir das suas demandas.

Na condição de trabalhadores, juridicamente livres, os povos indígenas no Estado do Grão-Pará, durante a segunda metade do século XVIII, escolheram quais eram os caminhos que mais interessavam a eles. Nesse sentido, optavam por participar das expedições ao Mato Grosso ou fugiam dessas viagens. Tais fugas, por sua vez, não eram, necessariamente, uma fuga do mundo colonial: era uma fuga para um espaço, ou atividade, que atendesse aos interesses deles. Dessa maneira, as escolhas dos indígenas são fundamentais para refletir acerca das viagens que eram feitas entre o Estado do Grão-Pará e o Mato Grosso.

FONTES

Impressas

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli (Org.). **Anais de Vila Bela: 1734-1789**. Cuiabá, MT: Carlini e Caniatto; EdUFMT, 2006.

Manuscritas

• Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Ofício de Teotônio da Silva Gusmão. Vila de Borba, 31 de outubro de 1759, APEP, Códice 54, doc. 30.

Carta de Geraldo Correa Lima para o governador do Estado do Grão-Pará. Vila de Boim, 25 de agosto de 1765. APEP, Códice 157, doc. 34, fl.146.

Carta de Constantino Leal para o governador do Estado do Grão-Pará. Faro, 6 de setembro de 1763. APEP, Códice 131, doc. 13.

Carta de Teotônio da Silva Gusmão para o governador do Estado do Grão-Pará. Povoação de Salto, 9 de dezembro de 1759. APEP, códice, 54, doc. 31, fl, 128.

Ofício de Manoel de Moura. Pombal, 30 de junho de 1761. APEP, Códice 106.

Carta do Cosme Damião da Silva para o governador do Estado do Grão-Pará. Sousel, 28 de julho de 1761. APEP, Códice 106.

Carta de Carlos Daniel de Seixas para o governador do Estado do Grão-Pará. Cachoeira do Salto. APEP, Códice 312.

• Arquivo Público do Estado do Mato Grosso (APMT)

Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 01 de janeiro de 1777. APMT, Fundo Forte de Nossa Senhora da Conceição, CA 129, Cx. 002.

Carta do comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao governador do Mato Grosso. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 30 de agosto de 1777. APMT, Fundo Forte de Nossa Senhora da Conceição, CA 148, Cx. 002.

Carta do comandante Manoel Caetano da Silva ao governador do Mato Grosso. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 09 de novembro de 1775. APMT, Fundo Forte de Nossa Senhora da Conceição, CA 092, Cx. 002

Relação das pessoas que que marcham dessa fortaleza embarcada para o Estado do Pará, feita pelo comandante Manoel Caetano da Silva. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 22 de fevereiro de 1774. APMT, Fundo Forte de Nossa Senhora da Conceição, CA 063, cx. 001

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII.** Brasília: UnB, 1997.

ARAUJO, Renata Malcher. "Pouco mais ou menos em meio caminho, daqui para Pará": a povoação de Nossa Senhora da Boa Viagem e a ocupação das cachoeiras do rio Madeira. In: JESUS, Nauk Maria de (org.). **Cenários da fronteira oeste: História e historiografia de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX).** Cuiabá: EdUFMT, 2020.

COELHO, Mauro C. **Do sertão para o mar: estudo sobre a experiência portuguesa na América - o caso do Diretório dos índios (1750-1798).** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FERREIRA, Elias Abner Coelho**. Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777).** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MELO, Vinicius Zuniga. **Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do Diretório (1757-1798).** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

PUNTONI, Pedro**. A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: Hucitec/EdUSP, 2002.

REIS, Arthur Cézar F. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira. As fronteiras com as colônias espanholas.** Vol. 2. Série Lendo o Pará. Pará: SECULT; CEJUP, 1993.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. **Revista de História**, São Paulo, nº 168, Janeiro / junho 2013, p. 201-243.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SOUZA JUNIOR. José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: EdUFPA, 2012.

TEIXEIRA, Marco Antonio Domingues. O comércio e as rotas fluviais na sociedade guaporeana colonial. **Presença**, Porto Velho, ano V, nº 11, 1998.

TROPAS INDÍGENAS NA CONQUISTA DO SERTÃO DE PALMARES (1660-1695)

Wesley de Oliveira Silva[1]

A expansão das capitanias do Norte do Estado do Brasil no século XVII para o interior foi marcada por vários conflitos contra povos indígenas e palmaristas, aproximadamente no mesmo período, efetivando a colonização dos chamados "sertões" da América portuguesa. Contra os indígenas, os esparsos conflitos ficaram conhecidos na historiografia como a "Guerra dos Bárbaros"; contra os palmaristas, a "Guerra de Palmares". O presente artigo tem por objetivo analisar a participação das tropas indígenas na guerra contra os palmaristas em sua fase final, que vai de 1660 a 1695, ano da morte de Zumbi, o mais destacado líder da história do quilombo (GOMES, 2019, p. 151).

O surgimento do Quilombo dos Palmares ainda é incerto, mas estima-se que foi formado ainda em fins do século XVI, quando os primeiros agrupamentos de escravizados fugitivos começam a ser relatados. Em 1597, o padre Pero Rodrigues descreveu a existência "negros da guiné levantados" em algumas serras da Bahia e saem a provocar "saltos e dar algum trabalho" aos moradores da região (ABNRJ, 1898, v. 20, p. 255). Outro documento que informa a existência de mocambos, desta vez especificamente no interior de Pernambuco entre o final do século XVI e

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH-UFRPE). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

início do XVII, é a carta de Manoel Mascarenhas Homem, capitão-mor da capitania de Pernambuco, escrita em 1603. Nela, Manoel alertava ao governador-geral Diogo Botelho da existência de mocambos nessa região e que foi feita uma entrada para combater "os danos e opressão pelos muito roubos e latrocínios que faziam e contínuos assaltos que davam" os palmaristas aos moradores locais (GOMES, 2010, 157-158).

Nas décadas seguintes, o Quilombo dos Palmares se tornou a maior comunidade de escravizados fugitivos da América, constituído por vários mocambos espalhados pelo sertão da capitania de Pernambuco no século XVII, uma vastíssima área que cobria as partes próximas ao Cabo de Santo Agostinho e se estendia até a zona ao Norte do curso inferior do São Francisco, no atual estado de Alagoas região chamada no período de "sertão de Palmares" (CARNEIRO, 2011, p. 19).

Por sua vez, o termo "sertão", em sua compreensão colonial, é entendido como um espaço ainda não dominado pela administração colonial, vazio e vasto de súditos da colônia. Contudo, ao decorrer do tempo seu sentido foi sendo alterado, ganhando noções não apenas limitadas a uma perspectiva geográfica, mas também cultural e móvel (ALMEIDA, 2013, p. 88). Logo, o "sertão de Palmares" era a região do interior sul da capitania de Pernambuco, onde os escravizados fugitivos do mundo colonial criaram suas comunidades, localizadas em áreas próximas aos rios desse território (Mundaú, Sirinhaém, Una, Paraíba, entre outros). Já o nome "palmares" (plural de "palmar") veio das diferentes espécies de palmeiras (*Rhapis pyramidata*, *Attalea humilis*, ou ainda *Attalea oleifera* e *Attalea speciosa*), bastantes presentes na mata fechada que dominava o agreste pernambucano (DAMASCENO, 2018, p. 26).

Com a invasão e ocupação holandesa em Pernambuco (1635-1654), o Quilombo dos Palmares cresceu bastante. Devido ao caos dos conflitos travados entre forças coloniais e os holandeses durante quase todo o período de ocupação, muitos escravizados aproveitaram a instabilidade para fugir em direção ao sertão (FREITAS, 1981, p. 58; GOMES, 2019, p. 61). Foi também nesse período que o quilombo se organizou politi-

camente, passando a ser não apenas populoso, mas também poderoso (THORNTON, 2010, p. 50-51). Nas décadas seguintes, Palmares apresentou muita resistência para as tropas coloniais, seja quando invadiam as árduas matas da região ou quando atacavam os núcleos de povoamento coloniais. Inclusive, para justificar a conquista da região, os relatos do período tenderam a agigantar não somente a resistência dos palmaristas, mas também a área onde os mocambos estavam instalados e os feitos dos "heróis" que participaram da sua conquista (FREITAS, 2004, p. 13; GOMES, 2019, p. 64;). Em muitos relatos, as matas aparecem como impenetráveis, o que dificultava bastante o envio de expedições ou o encontro de mocambos:

> É o sítio naturalmente áspero, montanhoso, e agreste, semeado de toda a variedade de árvores conhecidas, e ignotas, com tal espessura, e confusão de ramos, que em muitas partes é impenetrável a toda luz; a diversidade de espinhos, e árvores rasteiras nocivas servem de impedir os passos, e de intricar os troncos; entre os montes se espraião algumas várzeas fertilíssimas para as plantas; e para a parte do Oeste do sertão dos Palmares se dilatão campos largamente estendidos, porém infrutíferos, e só os para pastos acomodados (IHGB, v. 22, p. 304-305).

Embora não se saiba o nome do autor da "Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678", o documento é rico em descrições acerca da geografia da região de Palmares, sobre os combates aos palmaristas e sua organização política, econômica e social. Na relação, é informado que o número de habitantes dos vários mocambos girava entre 16 e 20 mil pessoas, e achá-los em meio as matas era tarefa custosa, porque "são monstruosas as serras" (IHGB, v. 22, p. 309-310). O documento menciona também algumas das expedições feitas entre 1675 e 1678, mas apesar do patamar da guerra ter acontecido entre os anos 1670-1680 (ALENCASTRO, 2010, p. 74), a administração colonial passou a enfrentar o quilombo com mais seriedade ainda na década de 1660, quando

recrudescem as campanhas militares (GOMES, 2019, p. 69). Em 1661, algumas expedições são organizadas pelo então governador de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, para localizar e destruir mocambos no sertão de Sirinhaém. Em uma das incursões organizadas em 1661, foi passado para o cabo da tropa um regimento com informações de como se deveria proceder a expedição:

> Marchará em 7 de Janeiro sem falta alguma com 150 ou 200 homens que os oficiais da câmera lhe hão de nomear em que entrarão os soldados das 2 companhias que naquelas Alagoas estão de guarda, e o capitão Jorge Pires com todos os índios que tem a seu cargo, e entrando pelo meio do rio Mundaú e o da Paraíba, irão a demandar os mocambos dos negros, subindo ao sertão quanto seja necessário para lhes dar pelas costas, vindo buscar também os que estão sobre o Porto Calvo, onde se irá encontrar com eles a gente que vai destas partes (AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 62v).

Como visto, no regimento foi dada a ordem de arregimentar os indígenas "que tem ao seu cargo", em um contingente não especificado. Certamente o recrutamento seria feito dos aldeamentos próximos dos rios Mundaú e Paraíba, bem como da vila de Porto Calvo, localizada no litoral Sul da capitania de Pernambuco. Desde o início do século XVII que indígenas são enviados para combater escravizados fugitivos nessa região. Inclusive, aldeamentos foram criados justamente para este propósito: evitar fugas e combater os fugitivos que saíam dos mocambos encontrados nas matas. Exemplo disso foi a criação do aldeamento Santo Amaro, entre 1602 e 1614 (IHGAL, 1879, p. 15), e a aldeia Ananases, antes de 1660, mas que teve sua população reforçada em 1661 (AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 49), sendo localizada no sertão de Sirinhaém, onde alguns mocambos próximos foram construídos.

O envio de aldeamentos para regiões com maior incidência de ataques dos palmaristas fez parte de uma estratégia da administração colonial como forma de conter as incursões inimigas em propriedades

rurais ou vilas. A estratégia consistia na criação ou deslocamentos de aldeias e famílias de indígenas para áreas fronteiriças aos mocambos. Em 1673, o governador geral Afonso Furtado de Castro Rio de Mendonça escreveu uma carta para Pedro de Almeida e Antônio Vás Gondim (respectivamente o governador de Pernambuco e o capitão-mor do Rio Grande) "acerca das pessoas que se devem propor nas Aldeias da jurisdição de D. Diogo Pinheiro Camarão" (DHBN, v. 10, 1929, p. 73), então governador dos índios. A medida certamente visava reforçar a população dos aldeamentos situados em Palmares, pois em outra carta escrita para Pedro de Almeida sobre a conquista dessa região, Afonso Furtado valoriza a ação de Diogo Pinheiro Camarão para as expedições que estavam sendo organizadas no momento, "por ser sua pessoa muito necessária para acompanhar, com elles a conquista" (DHBN, v. 10, 1929, p. 109); já em uma outra escrita para o mesmo capitão-mor do Rio Grande sobre a Guerra de Palmares, o governador-geral ordena que o Antônio Vás Godim "escolha de todas as Aldeias dessa Capitania os índios, que forem sufficientes para aquella guerra" e os envie para Palmares (DHBN, v. 10, 1929, p. 116).

Além de destacar a participação dos nativos aldeados na Guerra de Palmares, a criação ou reforço da população das aldeias também ajuda a entender os processos de mistura entre vários grupos étnicos que então passavam a viver em conjunto nessa nova realidade. Tal processo foi denominado por João Pacheco de Oliveira de "territorialização", que foi definido como:

> O movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a 'etnia', na América espanhola as 'reducciones' e 'resguardos', no Brasil as 'comunidades indígenas' – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). (OLIVEIRA, 2004, p. 24).

Ao todo, houve alguns processos de mistura, tendo a "primeira mistura" ocorrido durante a criação das aldeias, entre fins do século XVI e início do XVII, quando "famílias de nativos de diferentes línguas e culturas foram atraídas para os aldeamentos missionários, sendo sedentarizadas e catequizadas" (OLIVEIRA, 2004, p. 24). Em decorrência disso, os territórios das aldeias coloniais passaram a ser as principais referências dos indígenas, o que explica a formação dessas identidades através do contato interétnico e da colaboração mútua nessa nova realidade, impulsionadas por este sentimento de pertença e pelos compartilhamentos culturais na vivência conjunta, ocasionando em novas identidades étnicas (cf. BARTH, 2011, p. 193-195; POUTIGNAT, 2011, p. 103; WEBER, 1944, p. 270). É por meio da cooperação conjunta neste contexto colonial que ocorre justamente o que Mary Louise Pratt denominou como "zona de contato", conceito que consiste em entender como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros em termos de interação e trocas no interior das relações assimétricas de poder (PRATT, 1999, p. 32).

Nessa nova realidade, novas dinâmicas aparecem através das relações entre os indígenas e os agentes coloniais. Por meio das alianças, uma vez na categoria de aldeados, os indígenas passaram a lutar por seus direitos através dos próprios colonos ou religiosos, mas também pelas lideranças constituídas com as alianças. É também nesse contexto que aparece, por exemplo, o Terço de Camarão, a maior tropa indígena da colônia, regularizada nos padrões coloniais. Constituindo-se inteiramente por indígenas, inclusive suas lideranças, estas divididas entre cabo, sargento, tenente, capitão e capitão-mor (LOPES, 2003, p. 75; SILVA, 2004, p. 106-107). No topo da hierarquia estava o Governador de Índios (ou governador do Terço dos Índios, como aparece em alguns documentos), cargo responsável pela administração dos aldeamentos que estivessem sobre sua jurisdição, cuidando de todos os assuntos referentes aos indígenas, como resoluções referentes a posse e uso de terras, intermediações entre seu povo e o próprio rei, solicitação

de missionários para assistência religiosa nos aldeamentos, nomeação de cargos militares aos indígenas e, principalmente, buscar solicitações para manutenção de sua tropa (LOPES, 2003, p. 76; SILVA, 2010, p. 144).

Por meio do terço, os indígenas aldeados eram arregimentados e enviados para as expedições contra os Palmaristas. Em 1661, foi organizada uma expedição na qual foram recrutados trezentos indígenas liderados pelo capitão-mor Antônio Pessoa Arcoverde:

> O sargento-mor Damião da Rocha me avisou de como em 28 do mês passado deram os negros do mato em casa de Álvaro Gomes, e o mataram. Das Alagoas me escreveu a Câmara e o capitão-mor, que saltearam algumas casas dos moradores, e levaram seus escravos, de que venho a entender que o pouco efeito da jornada que fez o mestre de campo Antônio Dias Cardoso os vai desaforando e fazendo cada vez mais insolentes; e se ficarem com esta vaidade, será pior pelo tempo adiante, e que resultará um (sic) desserviços grandes de Deus e de S.Mag.e, e ruína aos povos destas capitanias; e assim convém acudir ao remédio deste dano com a maior atividade que se possa; pelo que ordeno a vosmicê que juntos com o sargento-mor Damião da Rocha elejam um cabo e 150 homens dos mancebos solteiros, e alguns casados mais suficientes desse Rio em que entrem os Tapuias a cargo de Antônio de Faria, e os mandem a dar nos mocambos que acharem, partindo para essa parte até as Alagoas, aonde se hão de ir encontrar as tropas que meto por seis partes, de 250 homens cada uma, e o capitão-mor Camarão leva 300, porque faz maior jornada (AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 63).

Na expedição de 1663 organizada por Francisco de Brito Freire, foi arregimentado "hum poderoso exercito de gente auxiliar com 300 de Infantaria companhias de cavallo, Trem de artelharia, Indios e pretos" (AHU_CU_015, Cx. 7, D. 700). Nas décadas seguintes, o Terço de Camarão continuou sendo convocado para os conflitos. Entre 1671 e 1672, grandes contingentes são mobilizados por determinação de Fernão de Souza Coutinho, e as tropas que saíram em expedição eram compostas também por um vultoso contingente indígena, como é expresso em carta

do governador para o príncipe regente em 1671, acerca da composição das tropas que deveriam marchar para Palmares, na qual todos os "índios da Comarca" para "dar fazer guerra a estes Mocambos e palmares instantemente sem se cesar" (AHU_CU_015, Cx. 10, D. 917). Como visto, nem sempre o quantitativo extado de indígenas recrutados era mencionado no documento, sendo então convocados de maneira genérica. Como as lideranças do terço se encarregavam da arregimentação, provavelmente eles organizavam ao seu consentimento a composição da tropa que marcharia para o conflito em questão.

No governo de Pedro de Almeida (1974-1978), nas várias expedições organizadas contra os palmaristas também identificamos a participação de indígenas aldeados, como expressado em um bando do governador Pedro de Almeida sobre as tropas que estavam sendo organizadas para marcharem na expedição de 1674:

> Dom Pedro de Almeida, governador da capitania de Pernambuco e das mais anexas por sua alteza que Deus guarde, porquanto, considerei o grande aperto em que vivem os moradores destas capitanias principalmente os do Porto Calvo e Alagoas oprimidos com a insolência dos negros levantados dos Palmares de quem recebem roubos e desacatos contínuos sem haver quem lhes possa atalhar a maldade com que o fazem me pareceu mandar lhes fazer entrada com assistência no Arraial de donde as tropas se hão de expedir para com ela ver se pode extinguir parte dos que naquela conquista se acharem e para este efeito mandei prevenir a gente que entendi era necessário de soldados pagos, brancos, índios, homens pardos da ordenança e pretos do terço que foi de Henrique Dias que até o fim do corrente hão de marchar (CARNEIRO, 2011, p. 192-193).

Dois anos mais tarde, algumas incursões são organizadas e lideradas por Sebastião Pinheiro Camarão, então capitão-mor do terço de Camarão. Na expedição foram encontrados alguns mocambos e batalhas foram travadas. Segundo Loureto Couto, a tropa liderada por Sebastião Camarão conseguiu encontrar um mocambo protegido por mais de 6 mil

negros, com qual travou batalha, embora certamente tivesse exagerado o resultado da batalha, pois informou que "nenhum ouve, que escapasse de morto, ou prisioneiro". Seguindo caminho, encontrou outro mocambo "habitado de inumeráveis negros, que venceu, e destruiu a fogo e ferro" (COUTO, 1904, p. 450-451). Acerca desses ataques, Décio Freitas alerta que:

> Não é possível acreditar na versão de que seis mil palmarinos tenham sido mortos ou capturados em um só combate, mas pode-se compreender que Camarão fizesse semelhante afirmativa num requerimento que pleitava do monarca uma polpuda recompensa, que afinal conseguiu (FREITAS, 1981, p. 99).

Logo, os indígenas também buscavam ganhos pessoais enquanto súditos da Coroa e participantes das tramas coloniais, o que demonstra que a agência indígena nesses contextos deve ser analisada com maior atenção, pois seus interesses nas guerras também são acentuados ao fazer uma análise mais atenta. É importante ressaltar a liderança de um indígena no comando da tropa, que evidência não somente a participação do terço de Camarão, mas também a inserção de nativos na hierarquia militar da colônia e o protagonismo indígena na guerra contra os palmaristas. Anos mais tarde Sebastião Camarão se tornaria governador dos índios, em um contexto em que as excursões contra Palmares continuaram cada vez mais frequentes. Outra expedição organizada em 1677 e liderada por Fernão Carrilho contou com contingente do terço indígena. Para a composição da tropa, era esperado pelo menos quatrocentos soldados, mas "achou Fernão Carrilho muito menos e, feita a resenha, contaram-se 185, entre brancos e índios do terço do Camarão". Apesar do número ínfimo para o enfrentamento dos palmaristas, a tropa marchou:

> Era tão pouco este número para a multidão dos negros, que dificultou a Câmara de Porto Calvo se era conveniente fazer-se a entrada: porém como Fernan carrinho tinha conhecido bem o empenho de D. Pedro, atreveo-se a todas as dificuldades, e pedin-

> do se fizesse algum ato de religião para que patrocinasse o céu a jornada. Cantou se solenemente uma Missa a que assistiu a no preço daquela Vila e todos os que haviam de entrar naquela Campanha (IHGB, v. 22, p. 316).

Em um parecer escrito em 1685 pelo então ex-governador Dom João de Sousa sobre as tentativas de paz com os palmaristas, foi advertido que de maneira nenhuma "lhes admitão, porque a experiencia tem mostrado a cavillação com que as intentão" (ENNES, 1938, p. 148). Ou seja, baseado na antiga tentativa de paz que foi feita com Ganga Zumba, o ex-governador aconselhava a agir com cautela, sugerindo a construção de dois arraiais nas áreas expostas aos ataques dos palmaristas no momento: as vilas de Alagoas do Sul e Porto Calvo. Estes arraiais seriam os aldeamentos indígenas,

> [...] que se julguem sufficientes a impedir-lhes as correarias que fação, sendo presidiadas com oitenta soldados pagos e cento e vinte índios, com seus casais que é o que basta para a sua conservação e para deficultar aos negros os seos insultos e estourar-lhes o plantar os mantimentos que é a maior opressão que elles padecem, e dano que se lhes pode seguir (ENNES, 1638, p. 148).

No mesmo documento, D. João de Sousa explica que a estratégia é eficaz, pois foi usada durante o governo em um período "perto de dois annos no matto e por falta de meios, com que socorrê-lo, foi forçoso extingui-lo" (ENNES, 1938, p. 148). Em julho de 1690, o governador Antônio Félix Machado da Silva, o Marquês de Montebelo, ordenou ao governador de índios Antônio Pessoa Arcoverde que estabelecesse "nas cabeceiras das villas das Alagoas, Porto do Calvo, e Serinhaem" três aldeias com mais de cem casais de indígenas, para a proteção das vilas (AHU_CU_015, Cx. 15, D. 1509). Nos anos finais da guerra contra os palmaristas, os nativos aldeados continuaram sendo arregimentados, e o terço de Camarão esteve presente no ataque final ao mocambo de Macaco,

onde residia Zumbi, em fevereiro de 1694 (ALVES FILHO, 2008, p. 135-140). Posteriormente, uma vez vencido todos os principais mocambos e, portanto, principais focos da resistência palmarista, além das aldeias criadas ou deslocadas para as regiões fronteiriças aos mocambos, mais aldeamentos foram sendo construídos na área, especialmente para ocuparem a região e impedirem que novos agrupamentos de escravizados fugitivos fossem criados nesse território.

Entre 1690 e 1694, foram criadas no sertão de Palmares a aldeia Jacuípe, próximo ao rio Uma, uma região de intensa produção açucareira (DANTAS, 2015, p. 44-45); e a aldeia Urucú, na região próxima ao rio Mundaú, em Alagoas (ANTUNES, 1987, p. 11; SILVA, 2008, p. 45). Aldeamentos localizados na Serra do Ararobá, no atual agreste pernambucano, foram listados para servirem indígenas ao capitão Francisco Dias Leite, que organizou no início de 1694 uma expedição "a sua custa" para destruir um "mocambo de negros levantados para a parte do Orobo" (AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 558). Mesmo depois da destruição de Macaco, o governador Caetano de Melo e Castro ordenou a construção de duas aldeias na região próxima onde o mocambo esteve instalado, para evitar "os negros a se valer daquela sua rochela em que cento e tantos anos se defenderam e aumentaram-na" (FREITAS, 2004, p. 130).

O estudo da composição das tropas enviadas para a Guerra de Palmares demonstra não apenas os grandes esforços coloniais nas décadas de guerras contra os Palmaristas e a forte resistência do quilombo, como também destacam a agência indígena em todas as fases do conflito e ajudam e auxiliam também no estudo do protagonismo indígena durante o período colonial. Como se pôde observar, por meio das alianças os indígenas agiam e barganhavam direitos para o seu povo, se inserindo nas tramas coloniais em busca de reconhecimento e recompensas, o que destaca também uma busca pela realização dos próprios interesses pessoais. Além disso, a construção de aldeamentos também fez parte do plano de ocupação da região de Palmares, temas que precisam de mais reflexões.

FONTES

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

ABNRJ. “Cópia de uma carta do padre Pero Rodrigues, provincial da Província do Brazil da Companhia de Jesus, para o Padre João Alvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral, 1597”. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ), v. 20, 1898, p. 255.

Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos/Pernambuco:

A.H.U. Arquivo Histórico Ultramarino. “Carta dos oficiais da Câmara de Pernambuco ao rei [D. Afonso VI] sobre o zelo com que o governador da dita capitania tem tratado a administração pública”. Cx. Nº 7, D. 700.

A.H.U. Arquivo Histórico Ultramarino. “Carta do governador da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a organização dos negros fugidos nas terras dos Palmares, informando que está refazendo os Terços militares, e alistando homens capazes para guerrear com os ditos negros”. Cx. Nº 10, D. 917.

A.H.U. Arquivo Histórico Ultramarino. “Carta do [governador da capitania de Pernambuco], marquês de Montebelo, [Antônio Félix Machado da Silva e Castro], ao rei D. Pedro II sobre a carta dos oficiais da Câmara de Porto Calvo, em que pedem sejam aliviados da contribuição do dote da Rainha da Inglaterra, e acerca da ida para Palmares do paulista Domingos Jorge Velho”. Cx. Nº 15, D. 1509.

Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra) - Coleção Conde dos Arcos, Disposições dos Governadores de Pernambuco, 1 vol. (1648-1696):

A.U.C. Arquivo da Universidade de Coimbra. “Escreveu ao mesmo [governador-geral do Estado do Brasil, Francisco Barreto de Meneses] sobre os negros dos Palmares, e sobre os índios que foram povoar a aldeia dos Ananases”. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 49.

A.U.C. Arquivo da Universidade de Coimbra. “Regimento que deu ao cabo da tropa, que ia das Alagoas a demandar os mocambos”. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 62v.

A.U.C. Arquivo da Universidade de Coimbra. “Escreveu à Câmara do Rio de S. Francisco sobre as tropas que haviam de ir aos mucambos e regimento que deu ao cabo”. AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 63.

A.U.C. Arquivo da Universidade de Coimbra. "Ordenou ao capitão Francisco Dias fizesse entrada em um mocambo de negros levantados". AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 558.

Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

DHBN. "Carta que se escreveu ao Governador de Pernambuco e ao Capitão-mor da Capitania do Rio Grande sobre as pessoas que se devem propor nas Aldeias de D. Diogo Pinheiro Camarão". Volume 10, Rio de Janeiro, 1929, p. 73.

DHBN. "Carta que se escreveu a Dom Pedro de Almeida Governador de Pernambuco sobre a Conquista dos Palmares". Volume 10, Rio de Janeiro, 1929, p. 106-109.

DHBN. "Carta para o Capitão-mor do Rio Grande Antônio Vás Gondim para mandar os índios para a conquista dos Palmares". Volume 10, Rio de Janeiro, 1929, p. 116.

Outros documentos:

"A tomada da Serra da Barriga". In: FREITAS, Décio. **República de Palmares**. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: Edufal, 2004, p. 129-130.

"PARECER do ex-Governador de Pernambuco, D. João de Sousa". In: ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história).** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938, p. 148-149.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. "História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares". In: GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos de Palmares**. Histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, pp. 61-99.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas:** identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013.

ALVES FILHO, Ivan. **Memorial dos Palmares**. 2ª ed. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, Editorial Abaré, 2008.

ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas:** documentário. Maceió: Governo do Estado, 1984.

BARTH, Fredrik. "Grupos étnicos e suas fronteiras". In: POUTIGNAT, P., STREIFF FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CABRAL, João Francisco Dias. "Vestígios de uma antiga família estabelecida no território de Santa Maria Magdalena da Lagos do Sul". **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.** Maceió, v. II, nº. 11, 1879.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

COUTO, Domingo L. **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco** [c. 1757]. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. **A ocupação das terras dos Palmares de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)**. Tese (Doutorado em História). UFRJ: Rio de Janeiro, 2018.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro**: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848). Tese (Doutorado em História). UFF: Rio de Janeiro, 2015.

ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares** (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938.

FREITAS, Décio. **Palmares:** a guerra dos escravos. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FREITAS, Décio. **República de Palmares**. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: Edufal, 2004.

GOMES, Flávio. **Palmares:** escravidão e liberdade no Atlântico Sul. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2019.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). **A Viagem da Volta:** Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. 2a. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF FENART, J. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart. – 2.ed. – São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SILVA, Edson. "Nós vencemos a Guerra!" História, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai". CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 25, p. 39-65, 2008.

SILVA, Geysa Kelly Alves da. **Índios e identidades:** formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **"Nas solidões vastas e assustadoras"** – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. – Recife: Cepe, 2010.

THORNTON, John K. "Angola e as origens de Palmares". In: **Mocambos de Palmares:** histórias e fontes (Séc. XVI-XIX). Flávio Gomes (org.). – Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

VIEIRA, Geysa Kelly Alves. "Entre perdas, feitos e barganhas: a elite indígena na capitania de Pernambuco, 1669-1732". In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). **A presença indígena no Nordeste:** processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

WEBER, Max. **"Relações Comunitárias Étnicas"**. In: Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v.1, 3. ed., Brasília, UNB, 1944.

ESPAÇOS E INSCRIÇÕES DA DIFERENÇA EM UMA CIDADE DO SUDESTE PIAUIENSE: SEMÂNTICAS DA INDIANIDADE EM QUESTÃO

Camila Galan de Paula[1]

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de uma pesquisa de doutorado em andamento e os resultados são provisórios. Na região em que eu faço pesquisa, na região de São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, há pessoas que reconhecem ter ascendentes indígenas, mas não existem presentemente na região processos de emergência étnica indígena.[2] Conforme detalho adiante, meus interlocutores no município de Coronel José Dias dizem descender de "índios legítimos" "pegos no mato", e alguns referem-se a essa ascendência explicando seu "sangue de índio". Como estudar esses sentidos associados a antepassados indígenas no município em que estudo?

---

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo e Professora Assistente no Colegiado de Antropologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Parte desta pesquisa foi financiada por uma bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo no. 2019/00395-1. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

[2] Afirmo que não há processos de etnicidade indígena na região de São Raimundo Nonato a partir de minha pesquisa de campo e de outros trabalhos sobre a temática indígena na região (ASSIS, 2016; SANTOS, 2019) – ver ainda a dissertação de mestrado de Carmecília Ferreira dos Santos recém-defendida na UFPI (Antropologia).

Trabalhos com abordagens processuais da antropologia do parentesco e da família vêm notando a importância de processos articulados de mapeamento de famílias, lugares e reputações (COMERFORD, 2003; MARQUES, 2015) em diversas partes do Brasil. É a partir dessa interlocução que desdobro a questão inicial: De que modo as pessoas fazem presentes ou afastam seus antepassados indígenas em suas histórias familiares e relações cotidianas? Ter antepassados indígenas conforma diferenciações entre famílias? Se sim, em que contextos, e em articulação a quais outros modos de inscrever as diferenças entre pessoas e famílias. Nesta comunicação, interrelaciono minhas questões ao tema da territorialidade, central nos estudos antropológicos sobre o Nordeste indígena (CARVALHO; REESINK, 2018).

SITUANDO A QUESTÃO TEORICAMENTE

Grande parte da produção antropológica sobre os povos indígenas no Nordeste brasileiro, a partir do final dos anos 1980, se centrou no estudo dos processos sócio-político de etnicidade e no correspondente processo de territorialização (OLIVEIRA, 1998; SAMPAIO, 2012). Como argumentou João Pacheco de Oliveira (1998), as emergências étnicas indígenas na região configuram-se como processos de territorialização contemporâneos, mas assentam-se em territorializações e desterritorializações pretéritas; ou seja, no modo como agentes e ordenamentos coloniais, imperiais e republicanos geriram território e população.

Embora busquem compreender situações contemporâneas, os estudos sobre emergência étnica estudam as gêneses das etnicidades. Se essas pesquisas reconhecem que os povos indígenas estudados não existiram com os mesmos contornos em toda a história – inclusive criticando pesquisas que pressupõe um povo contemporâneo como sujeito histórico de outras épocas (ARRUTI, 2009) –, seguem indagando sobre quem eram e onde viviam aqueles que vieram a se constituir em dado momento histórico como um povo específico.

Minhas questões partem de um cenário em que não há processos de emergência étnica contemporâneos a partir do qual indagar pela gênese. Como estudar? Quais os processos de gestão de população e território na região em estudo que contribuíram para as atuais configurações de uma semântica da indianidade em que os "índios" ou "caboclos" são sempre os outros ou os antepassados, e não figuram como possibilidades identitárias – isso é, possibilidades de presente e de futuro? Não se trata de perguntar por que não há ali emergência étnica – o que pressuporia este como o único caminho possível de relação com a indianidade[3]-, mas de indagar o que, afinal, existe, e como veio a ser assim.

SEMÂNTICAS DA INDIANIDADE

"Semânticas da indianidade" é um empréstimo que faço do trabalho de Carlos Guilherme do Valle (2004) em sua pesquisa sobre a experiência étnica entre os Tremembé no Ceará. Este antropólogo refere-se a um "campo semântico da etnicidade" para tratar da experiência da etnicidade nas três situações etnográficas que estuda entre os Tremembé. Sua pesquisa atenta ao fato de que essa semântica ultrapassa os Tremembé, e está entranhada na vida social da região como um todo. Em outras palavras, várias pessoas da região dizem descender de avós "pegadas a dente de cachorro", reconhecem uma distinção entre caboclos brabos e mansos, por exemplo. No caso daqueles que estavam em processo de etnicidade, isso é, os Tremembé, esse campo semântico pas-

[3] Estou usando o termo "indianidade" de forma ampla, como um campo semântico polissêmico e disputado que se relaciona àqueles que foram entendidos como "índios"/"caboclos" (entre outras categorias de gestão da população que tem relações históricas com os habitantes pré-cabralinos) ou que são atualmente "povos indígenas". Na literatura internacional, a indianidade (*indigeneity*) é contemporaneamente compreendida como correspondente aos modos político-culturais de inscrição de minorias em estados (pluri-)nacionais (MAYBURY-LEWIS, 2006; MERLAN, 2009), ou seja, como a categoria transnacional "povos indígenas". Defendo que ideias associadas a "índio" e "caboclo" na região são mais amplas do que essa compreensão.

sava a ser acionado com maior rendimento de sentido, e indicava um presente e futuro identitários indígenas. Essa pista aberta por Valle, a meu ver, permite fazer algo que ele próprio não se propôs a fazer: investigar como se dão as semânticas da indianidade em locais em que não existe etnicidade indígena.

Ao assumir essa perspectiva, coloco-me do lado de pesquisadores que vêm notando que, antes dos processos de emergência étnica, aqueles que passam assumir-se indígenas eram já reconhecidos como caboclos ou, ao menos, existiam diferenças expressas por categorias substantivas da alteridade (REESINK, 1999, 2011). Ou seja, reconheciam-se diferenças da ordem do "sangue", família, "nações", e outros termos desse tipo. Tal perspectiva analítica não deixa de reconhecer que os processos de emergência étnica instauram novas relações sociais e provocam processos de fechamentos identitários que as noções prévias da alteridade não possuíam. Tampouco se trata de uma perspectiva essencialista; o ponto central é reconhecer que as alteridades indígenas (e não só) foram enquadradas em semânticas locais que são elas próprias históricas e que precisam ser estudadas.

OS INDÍGENAS NA REGIÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO

A pesquisa mais completa sobre a presença indígena nesta região é a tese de doutorado de Ana Stela de Negreiros Oliveira (2007) sobre as guerras contra os Pimenteira. Muito resumidamente: no final do século XVIII a região era habitada pelos índios Pimenteira, localmente conhecidos como Prassaniu e Coripó, que provavelmente descendiam de grupos indígenas outrora aldeados no submédio São Francisco. A partir de 1870, reclamações dos proprietários sobre os ataques desses indígenas às fazendas de gado da região fez com que houvesse sucessivas entradas contra eles até 1815.

Apesar de a guerra ter acabado, alguns relatos dão conta da presença de indígenas na região, como um documento assinado pelo Ba-

rão de Parnaíba em 1827 (NAUD, 1971, p. 336): viviam às margens do rio Piauí "seis índias grandes e dez pequenas da dita nação Pimenteira, já domesticadas e um cristão denominado José Dias brabo que foi criado com os gentios". Quando Spix e Martius (1981) cruzaram o Piauí em 1819 e estiveram no antigo aldeamento de São Gonçalo do Amarante (atual município de Regeneração), tiveram notícias dos Pimenteira, que ainda vagariam em bandos pelas caatingas.

Mas os relatos sobre os Pimenteira parecem diminuir a partir da metade do século XIX. Em sua *Memória cronológica histórica e corográfica da província do Piauí*, publicada em 1857, Alencastre escreveu sobre os Pimenteira:

> Não havendo mais no Piauí nação alguma indígena que precisasse ser chamada ao seio da religião e civilização (!), pois que *os Pimenteiras estavam completamente aniquilados* por amor da civilização, e as demais aldeadas em várias localidades [...] (ALENCASTRE, 2015, p. 64, grifo meu)

Um século e meio depois, a tese de Oliveira (2007, p. 136) não fala em aniquilamento, mas em mestiçagem como o destino dos indígenas na região. Embora sua tese termine aludindo às possibilidades de reelaboração identitária por meio de processos de emergência étnica, a ideia da mestiçagem completa, da indistinção de origem, é a que emerge de seu trabalho. Mas afinal, a diferenciação entre descendentes dos indígenas e populações de outras origens da região foi efetivamente apagada?

Algumas poucas fontes primárias e secundárias, obtidas em levantamento inicial, indicam que não, ao menos para o restante do século XIX. Em uma carta de 1856 o padre Sebastião Ribeiro Lima, vigário da vila de São Raimundo Nonato, descreve a população da vila a pedido do presidente da província Frederico d'Almeida Albuquerque:

> Está porém ainda muito atrasada a povoação da maior parte de todo este território [...] Portanto, deve hoje a população exceder de

> 6 mil almas livres e escravas, sendo muito inferior o número dos últimos por serem os habitantes em sua maioria paupérrimos, e espacialmente d'escravatura. Situada sobre caatingas, entrecortadas de íngremes serras, montes, outeiros e [?]; regada somente na estação invernosa pelo estreito e arenoso Piauí, e por outros riachos parciais, habitada em sua maior parte por um povo ainda originariamente descendente de Indígenas, que há menos de 40 anos ocupavam muitos d'estes lugares, esta Paróquia por ter de isto está em uma posição assaz apoucada, precisa a todos os respeitos de desenvolvimento.[4]

Assim, percebe-se que grande parte da região, segundo o relato do padre, era habitada por descendentes de indígenas. Em sua dissertação de mestrado sobre escravidão em São Raimundo Nonato na segunda metade do século XIX, Nayanne Viana (2018) refere-se a uma carta do pároco de São Raimundo Nonato remetida ao presidente da província em 1884, em que ele escreve que, entre as dificuldades de manter regularidade no Registro Eclesiástico dos vivos e mortos estava "o estado de civilização dos povos que ainda se recente das centenas de indígenas" (apud VIANA, 2018, p. 36-37). Esses são indícios de que havia no último quartel do século XIX indígenas vivendo de modo não completamente integrado à sociedade regional.

Viana também é a primeira pesquisadora a apresentar os dados censitários de 1872 para pensar a questão indígena nesta região: contabilizaram-se 172 pessoas como "cabocla", o que perfazia 3,6% da população da freguesia de São Raimundo Nonato, sendo 69,19% mulheres. Já o recenseamento de 1890, primeiro Censo republicano, é até o momento documento inexplorado para a história indígena na região. Vê-se nas tabelas que elaborei, a seguir, a composição racial da região.

[4] Arquivo Público do Estado do Piauí – Série municípios/ subsérie: São Raimundo Nonato. Vigário. 13 de janeiro de 1856.

Tabela 1. Elaborada a partir de Directoria Geral de Estatísticas (1898, p. 100). Obs: Há uma inconsistência na soma do total de homens na tabela original; corrigi nesta tabela.

População da Freguesia de São Raymundo Nonato, quanto a raça e sexo - 1890										
Homens					Mulheres					
Brancos	Pretos	**Caboclos**	Mestiços	Total	Brancas	Pretas	**Caboclas**	Mestiças	Total	**TOTAL**
750	265	**1350**	756	3.121	681	259	**1320**	616	2.876	5.997
24%	8,5%	**43,3%**	24,2%		23,7%	9,0%	**45,9%**	21,4%		

Fonte: Elaborada a partir de Directoria Geral de Estatísticas (1898, p. 100).

Abaixo da categoria "caboclos" e "caboclas", nas tabelas, leem-se as traduções em francês "*indiens*", "*indiennes*". João Pacheco de Oliveira pondera que após o final da escravidão, o aumento de casamentos de pretos e pardos libertos com índios redefiniu a categoria caboclo, passando a incluir não só os indígenas "mas também os seus descendentes por linha paterna ou materna, em uniões com ex-escravos, fossem estes 'pretos' ou 'pardos'. Isto permitiria explicar o grande aumento de 'caboclos' no censo de 1890" (OLIVEIRA, 1997, p. 74). De todo modo, vê-se que em 1890, 75 anos após o fim das guerras contra os Pimenteira, 44,5% da população da região de São Raimundo Nonato era "cabocla", o que indica ao menos ascendência indígena de grande parte da população. No estado do Piauí como um todo, cerca de 20% da população era "cabocla" e 36,6%, "mestiça" (DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1898).

Se um levantamento inicial indica que existem indícios de presenças indígenas ou caboclas na região para a segunda metade do século XIX, o que dizer quando avançamos para o século XX? Como indica a literatura, no início do século XX a questão indígena configurou-se no Brasil como uma questão de fixação populacional e controle territorial, em que "populações e terras [foram organizadas] numa rede nacional de vigilância e controle" (SOUZA LIMA, 1995, p. 75)

A partir do estabelecimento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910, "os índios", essa categoria jurídica transitória, passaram a ser vistos como futuros trabalhadores nacionais. Já estes, os "trabalhadores nacionais", eram entendidos como "os descendentes dos mártires da escravidão africana e da espoliação indígena, em parte argamassados com os herdeiros dos usurpadores" (RMAIC, 1911 apud LIMA 1995: 127). Como se sabe, o não houve povoações indígenas geridas pelo SPI no estado do Piauí.[5]

É possível ligar os pontos entre os rastros de presenças indígenas (ou caboclas) na região de São Raimundo Nonato no final do século XIX e o momento presente? Dada minha ignorância em pesquisas em arquivo – eu sequer saberia o que procurar e onde –, parei este caminho investigativo. No lugar de uma história indígena, ou de uma antropologia histórica, parto para o presente e para tentar compreender como se inscrevem hoje as diferenciações sociais em um município da região de São Raimundo Nonato, para averiguar se e de que modo esses processos articulam-se à indianidade. Apresento, a seguir, um resumo do modo como as semânticas da indianidade se configuram ali. Por último, retorno ao tema da espacialização das diferenças, buscando voltar ao tema central deste Seminário Temático, a territorialidade.

SEMÂNTICAS DA INDIANIDADE NO MUNICÍPIO DE CORONEL JOSÉ DIAS

Muito resumidamente, apresento a seguir alguns elementos do modo como a semântica da indianidade apareceu em minha pesquisa

[5] Note-se, acontudo, que o estado do Piauí foi um dos primeiros a manifestar interesse na criação de centros agrícolas após a fundação do SPILTN (BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, 1911, p. 54). O Centro Agrícola David Caldas, localizado no município de União, estava em 1914 instalado em caráter provisório, vivendo ali os antigos ocupantes das terras (BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, 1915, p. 72). Além de um livro de memórias do agrônomo Francisco de Assis Iglesias (1951), que foi diretor do Centro Agrícola David Caldas (em 1914), não localizei pesquisas sobre esse Centro.

de campo – frisando que é uma pesquisa ainda fragmentada e inicial. Começo apresentando elementos que sugerem uma ruptura radical entre meus interlocutores e seus antepassados indígenas. Depois, apresento alguns modos em que a indianidade aparece como possibilidade (efetiva ou virtual) de ligar passado, presente e futuro.

Minha pesquisa de campo tem acontecido no município de Coronel José Dias, e apesar de eu ter visitado algumas localidades rurais, conversei sobretudo com pessoas na sede do município. Coronel José Dias é um município que se emancipou em 1992; é a porta de entrada para o Parque Nacional Serra da Capivara. Fazer pesquisa neste município e não em outros da região resulta de certo acaso; fui levada por uma estudante a conversar com uma senhora que disse ter "sangue de índio" e segui a pesquisa ali; por eventos ligados à pandemia, acabei criando e reforçando redes de pesquisa neste município. Contudo, é preciso registrar que ao conversar com algumas pessoas da região de São Raimundo Nonato – sobretudo estudantes e profissionais de antropologia e arqueologia, bem como condutores de visitantes do Parque Nacional Serra da Capivara –, indicavam-me sempre que seria mais pertinente fazer pesquisa sobre a temática indígena nos municípios no entorno do Parque Nacional Serra das Confusões (Caracol, Guaribas e Jurema). Ali teriam se refugiado os últimos indígenas da região; ouvi inclusive rumores de que existem índios isolados dentro desse Parque Nacional. A associação entre uma região menos ocupada e a indianidade, a meu ver, pode se referir tanto a eventos factuais – os últimos indígenas que viviam de modo não integrado da região terem vivido nos entornos do atual PARNA Serra das Confusões – quanto a uma associação regional entre indianidade e não-civilização, como abordo adiante. De toda forma, é importante registrar que no município de Caracol, por exemplo, parece existir um conjunto de pessoas associados a uma família reconhecida localmente como sendo de origem indígena.[6]

[6] Para isso, ver a dissertação de mestrado de Carmecília Ferreira dos Santos, mencionada na primeira nota.

No caso do município de Coronel José Dias não parece haver um conjunto de pessoas que são tidas por "caboclos"; não parece haver uma associação fixa entre indianidade e certas famílias e territórios. No entanto, registro que mais de uma vez, quando eu expliquei meu interesse nas histórias de antepassados indígenas e caboclos, alguns moradores da sede do município mencionaram a localidade Sítio do Mocó: lá, no passado, as pessoas viveriam "que nem índio"; cheguei a ouvir que foi "a Niède [Guidon] quem civilizou eles". Com efeito, conversei com uma família nessa localidade cuja uma das antepassadas tinha "parte com os índios". Contudo, a associação entre esta localidade e os índios, por parte de gente do centro da cidade, parece encapsular também tanto certa distinção entre localidades quanto um sentido mais geral de associação entre índios e um passado não civilizado, em que as pessoas "casavam entre si". Viver "que nem índio" pode inclusive se referir aos tempos da fundação das fazendas que originaram o povoado de Várzea Grande, o antecessor do município de Coronel José Dias.

Conversando com um senhor conhecedor das relações genealógicas das famílias do município, ele me explicou que antigamente ali era "que nem índio", o que não significava efetivamente descender de índios (embora esse fosse também o caso), mas efetuar casamentos na mesma família. Ele se referia na ocasião à família do fundador da região Vitorino Dias Paes Landim. Vitorino é reconhecido por ter acabado com os índios; a fundação de lugares associa-se ao extermínio dos indígenas da região (ASSIS; MEDEIROS, 2017). Os índios pertenciam ao passado, Vitorino tinha corrido com todos. No entanto, como disse-me adiante o mesmo interlocutor, sua tataravó era índia, fora "pegada a dente de cachorro".

Percebe-se um corte temporal instaurado entre "os índios" e o presente. Os "índios legítimos" (sobretudo mulheres) "pegos no mato" são os ascendentes de muitas pessoas dali. Como me disse Salvador[7], quan-

[7] Os nomes de pessoas foram trocados, para não as identificar.

do me explicava que não tinha muito a dizer sobre a sua ascendência indígena por via materna, "é difícil ter uma família pra cá que não tem" sangue de índio. Quase sempre que eu era apresentada a alguém que tinha tais ascendentes na família, as histórias eram poucas, o conhecimento sobre a vida dessas pessoas, pequeno.

A ascendência indígena, genealogicamente distante, é evocada com ambiguidade. Ao perguntar a dona Joana se ela tinha descendência de índios, ela me respondeu "nós não têm mais descendência de índio", isso porque, prosseguiu, "meus pais não eram índios legítimos", embora arranchassem "índios legítimos" que passavam pela Serra Branca[8]. Contudo, explicou também: "meu avô era índio, moreno do cabelo lisinho, falava puxado". Percebe-se nesse caso um distanciamento entre os "índios legítimos" e seus descendentes. O avô índio é aludido por seu tipo de cabelo, bem como pelo modo de falar.

Nas vinhetas sobre antepassados pegos "no mato", a brabeza e não saber falar foram características reforçadas. Ana assim me explicou, sobre seu avô, pegado no mato "em Pernambuco": "não queria saber de gente como nós, não", ficou amarrado até amansar; não sabia conversar, com o tempo aprendeu, mas nunca foi muito de conversar.

Percebe-se, assim, que existem muitas pessoas que descendem de indígenas no município. Algumas descendem de índios "da Capivara", já outros, de regiões um pouco mais distantes, como a Serra Branca, enquanto outras famílias, ainda, têm antepassados de origens indígenas de Pernambuco, alguns da região de Tacaratu. Até o momento, como indiquei, não parece haver uma associação exata entre um local e pessoas de origem indígena, embora eu tenha ouvido sobre a Serra Branca, o Zabelê e o Sítio do Mocó como lugares com pessoas de origens indí-

[8] A região da Serra Branca localiza-se atualmente no município de São Raimundo Nonato e dentro do Parque Nacional Serra da Capivara; sua ocupação nas primeiras décadas do século XX está associada à extração de borracha de maniçoba. Muitas pessoas – como o avô de minha interlocutora – vieram de outros estados para extrair maniçoba.

genas – todas localidades (existentes ou extintas) próximas às serras. Também dona Joana me disse que os "índios legítimos" que seu pais arranchavam na Serra Branca eram do Gongo, fazenda que se localiza no atual município de João Costa. É possível perceber, até aqui, uma associação entre indianidade, serras e matas. Ainda, uma associação entre índios e um passado superado, de bruteza e incapacidade de falar, de incivilidade. Os indígenas associam-se a um passado interrompido, a uma passagem à civilização, na qual ocupa um lugar importante a figura de fundadores como Vitorino Dias Paes Landim.

Não é só no passado, contudo, que os sentidos de indianidade aparecem. Como mostrei na fala de dona Joana, acima, é ambígua a associação entre os ascendentes indígenas do passado e o momento presente. Existem brechas para a indianidade presentificar-se, sobretudo nos aspectos corporificados e no campo do que um interlocutor chamou de "ciências ocultas". Duas foram as mulheres que mais me contaram da indianidade a partir de uma relação mais explícita com o presente. Rita, irmã de Ana (cujo avô foi pego no mato "em Pernambuco"), diz categoricamente ter "sangue de índio". Isso expressa-se em seu corpo: na cor de pele, cabelos lisos e que foram pretos quando era mais jovem. Ela e alguns de seus filhos e irmãos têm "sangue de índio": aponta fotomontagens na parede de sua casa para atestar, através dos corpos retratados, a indianidade visível. Já Ana, sua irmã, não tem sangue de índio, pois puxou para o pai. Outra pessoa interessada presentemente por suas ascendentes indígenas é Marivânia. Sua família chegou na região nos anos 1940, vinda de Tacaratu, Pernambuco. Sua avó materna, Quitéria era "índia legítima". Marivânia, que mantém relações com parentes em Pernambuco, colocou-me em contato com sua tia Nalva, que me contou, sobre os pais de Quitéria: "Os pais dela eram índios legítimos. [...] Moravam na Serra, naquela Serra de Tacaratuzinho, naquela Serra que tem lá, tocas por lá. Mas eu não sei se eles tinham aldeia, sei que eles eram de lá. Aí Quitéria, ela era a rezadeira, ela sabia de oração." Chegamos aqui ao outro aspecto da relação entre indianidade e o presente: as

rezas. Antes, é preciso explicitar que alguns primos de Marivânia em Tacaratu estão com "questão com os índios" em Tacaratu, o que pode ter levado essa família a reavivar seus vínculos com as ascendências indígenas.

Foi Salvador, o senhor que pouco tinha a me contar sobre sua ascendência indígena, junto com sua esposa (também com sabida ascendência indígena de uma mulher ali "da Capivara"), que me contou sobre as "ciências ocultas". Quando eu perguntei se não tinha ainda um pouco de descendência de índio na sua família e na região, me contaram que uma de suas filhas, que vive em uma capital, "parece cabocla". Certa vez essa filha consultou um rezador nesta cidade em que vive, e ele disse: "você "tem uma parte de índia", e tem "uma índia que acompanha você". O casal segui me contando sobre ocasiões em que consultavam rezadores, benzedeiras e "pontos de trabalho". Parece haver uma possibilidade de relação presente com a indianidade no campo daquilo que Salvador chamou "ciências ocultas".

O que a semântica da indianidade parece sugerir é um duplo modo de relacionar presente, passado e futuro.[9] À primeira vista, uma ruptura completa com a ascendência indígena; por outro lado, algumas possiblidades de relação com essa ascendência, seja pela materialização nos corpos de características associadas aos indígenas, seja pelos caminhos das rezas.

MÚLTIPLAS DIFERENÇAS

Chegando ao fim deste trabalho, a questão da relação entre indianidade e território ou espaço ainda não apareceu. Como disse, parece ser o caso de não haver em Coronel José Dias uma associação unívoca

[9] Não tenho espaço para detalhar, mas esse duplo modo de tratar da indianidade sugere o estudo dos modos locais de historicização, isso é, de concatenação entre passado, presente e futuro (PALMIÉ; STEWART, 2016).

entre um lugar e um conjunto de pessoas "caboclas", embora certas localidades próximas às serras sejam apontadas como locais associados aos índios e seus descendentes. Mas é possível apreender alguma outra relação entre indianidade e espacialidade? No estágio em que se encontra minha pesquisa, posso indicar que entre as famílias com quem falei na sede do município, as distinções entre famílias parecem se associar a um conjunto articulado de diferenciações sociais.

Diferentes bairros têm origens associadas a determinadas famílias. Algumas das famílias com quem falei, que vivem em bairros mais periféricos (e o termo é precário, para me referir a um município tão pequeno e com aproximações tão grandes entre espaços rurais e urbanos), são formadas por pessoas "que ajudam", algumas das mulheres tendo se empregado no trabalho doméstico. Segundo alguns dos meus interlocutores (que vivem em outras partes do município), certas dessas famílias dizem ter origens indígenas porque na realidade "são pretas". Com efeito, a única pessoa que me contou de ascendência negra foi uma senhora cuja trajetória pessoal e familiar está ligada a trabalho em terra dos outros, carência material e trabalho doméstico. Outra interlocutora que diz firmemente ter "sangue de índio" é também alguém cuja vida familiar é marcada pela criação por outras famílias (e consequente trabalho doméstico), por deslocamentos frequentes dentro da região. Assim, um campo que me parece fértil a ser explorado é o da relação entre essa multiplicidade de pequenas diferenças[10] e a conformação espacial da sede do município. E a indianidade, com a qual comecei esta pesquisa e esta apresentação? Minha hipótese, pelo momento, é que ela se articula a outros sistemas de diferenças, que precisam ser etnograficamente estudados.

[10] Refiro-me a pequenas diferenças porque é preciso deixar claro que todos meus interlocutores são trabalhadores: lavradores com pequenas propriedades, pequenos comerciantes, professores, aposentados etc. não pertencendo a elites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando-se de uma comunicação que apresenta o estado de uma pesquisa em desenvolvimento, não se trata de fazer comentários conclusivos. Conforme indiquei ao longo da apresentação, dois caminhos são os que me parecem os mais promissores para apreender a indianidade na região, e entendo que não são percursos exclusivos. Por um lado, dar prosseguimento a pesquisas em fontes escritas, a fim de delinear os contornos de uma história indígena local (o que demandaria outra pesquisa, com desenhos e métodos distintos para ser aprofundada). Por outro, prosseguir como possível (em meio à pandemia que segue) a pesquisa de campo, as conversas e o estudo das histórias das famílias, dos bairros e a apreensão das pequenas diferenças. É aqui que será possível reencontrar a bibliografia que animou as hipóteses iniciais de pesquisa, aquela referente a abordagens processuais da família e parentesco que estudam processos locais de mapeamentos de reputações e conformações de famílias e localidades.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira De. **Memória cronológica histórica e corográfica da província do Piauí**. 4. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

ARRUTI, José Maurício. Da memória cabocla à História Indígena: conflito, mediação e reconhecimento (Xocó, Porto da Folha/SE). In: SOIHET, RACHEL et al. (Org.). **Mitos, projetos e práticas políticas**. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 249–270.

ASSIS, Rafael da Silva. **Os índios do Território Serra da Capivara**: História, memória e ensino. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.

ASSIS, Rafael da Silva; MEDEIROS, Euclides Antunes De. História de muitas vidas: memória dos índios do Piauí. **Escritas**, v. 9, n. 1, p. 61–78, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. **Relatório [de 1910-1911] apresentado ao Presidente da República dos Estados Uni-**

dos do Brazil pelo Ministro dos Negócios da Agricultura Industria e Commercio Dr. Pedro de Toledo no Anno 1911. [S.l.]: Officinas da Directoria Geral de Estatistica. 1911. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108>. Acesso em: 9 set. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. **Relatorio [de 1914] apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura**. [S.l.]: Typographia da Directoria Geral de Estatistica. 1915. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108/items>. Acesso em: 9 set. 2020.

CARVALHO, Maria Rosário De; REESINK, Edwin. Uma etnologia no Nordeste brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações. **BIB**-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, n. 87, p. 71–104, 2018.

COMERFORD, John. **Como uma família**: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação culto e analphabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de1890**. Rio de Janeiro: Officina da Estatistica, 1898. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25487.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

IGLESIAS, Francisco de Assis. **Caatingas e chapadões**: (notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro) 1912-1919. São Paulo: Ed. Nacional, 1951. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/42>. Acesso em: 31 jul. 2020.

MARQUES, Ana Claudia. **Percurso e Destino**: Parentesco e família no sertão de Pernambuco e Médio-Norte do Mato Grosso. 2015. 246 f. Tese de Livre Docência – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAYBURY-LEWIS, David. Indigenous Peoples. In: MAAKA, ROGER C. A.; ANDERSEN, CHRIS (Org.). **The indigenous experience**: Global perspectives. Toronto, ON: Canadian Scholars', 2006. p. 17–29.

MERLAN, Francesca. Indigeneity: Global and Local. **Current Anthropology**, v. 50, n. 3, p. 303–333, 1 jun. 2009.

NAUD, Leda Maria Cardoso. "Documentos sôbre o índio brasileiro" (1500-1822) - 2a parte. **Revista de Informação Legislativa**, p. 228–336, 1971.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O Povoamento Colonial do Sudeste Do Piauí**: Indígenas e Colonizadores, Conflitos e Resistência. 2007. 167 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco De. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, v. 3, n. 6, p. 61–84, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco De. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47–77, abr. 1998.

PALMIÉ, Stephan; STEWART, Charles. Introduction: For an anthropology of history. **HAU**: Journal of Ethnographic Theory, v. 6, n. 1, p. 207–236, jun. 2016.

REESINK, Edwin. Alteridades Substanciais: Apontamentos diversos sobre índios e negros. In: CARVALHO, MARIA ROSÁRIO G. DE; REESINK, EDWIN; CAVIGNAC, JULIE A. (Org.). **Negros no Mundo dos Índios**: imagens, reflexos, alteridades. Natal, Brazil: EDUFRN, 2011. p. 245–288.

REESINK, Edwin. Uma questão de sangue. In: BACELAR, J.; CAROSO, C. (Org.). **Brasil: Um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas/CEAO, 1999. p. 187–206.

SAMPAIO, José Augusto L. De caboclo a índio: Etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâne os no nordeste do Brasil; o caso Kapinawá (com apresentações de Maria Rosário de Carvalho e João Pacheco de Oliveira). **Cadernos do LEME**, v. 3, n. 2, p. 88–191, [1986] 2012.

SANTOS, Pablo Patrick Jovino Dos. **Memórias e narrativas sobre as populações indígenas em São Raimundo Nonato - PI e microrregião**: uma descrição sobre as produções históricas antecedentes, abordagens precursoras e relatos orais. 2019. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2019.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos**. Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil. Petropolis, Brazil: Vozes, 1995.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Viagem de Oeiras, passando pela Vila de Caxias, a São Luís, capital do Maranhão. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. 4. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: USP, 1981. v. 2. p. 247–268.

VALLE, Carlos Guilherme Do. Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará. In: OLIVEIRA, JOÃO PACHECO DE (Org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa / LACED, 2004. p. 281–342.

VIANA, Nayanne Magna Ribeiro. **Traquejos e labutas**: trabalhadores escravizados no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, segunda metade século XIX). 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

INDÍGENAS DOS SERTÕES DE SÃO PAULO (1730-1822)

Marcio Marchioro[1]

Os grupos étnicos que fizeram parte dos aldeamentos em seu início (século XVI, XVII e XVIII) eram provenientes de grupos Tupi-Guarani, dentre eles os Tupinambá, os Tupiniquim e os Carijós (oriundos da etnia Guarani). Os Guaianá também foram levados para os aldeamentos nesse período, atualmente são reconhecidos como ascendentes dos Kaingang, além de ascendentes dos grupos Guarulhos também. A partir da metade do século XVIII, segundo Petrone (1995, p. 133) os Pareci começaram a ser o contingente maior trazidos para os aldeamentos. Neste artigo nosso objetivo é desenvolver a impressão da bibliografia e de alguns fragmentos da documentação a respeito dos povos indígenas que habitavam a região do planalto paulista e aqueles povos que foram trazidos de regiões distantes graças a expansão paulista. Nesse sentido, a intenção é dar ao leitor um panorama étnico dos indígenas que participaram do empreendimento colonial em São Paulo, seja por vias da escravidão, da administração particular ou dos aldeamentos, tendo em vista que essas fronteiras de estatutos dos indígenas eram bem fluídas como apuramos em nossa dissertação (MARCHIORO 2018).

Segundo Prezia (2000, p. 133-4) durante a chegada dos portugueses a população predominante no planalto paulista era a de língua tupi. O autor diz que Jean de Léry, famoso viajante francês, relatou que havia

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná.

na região do Sudeste do atual Brasil dois grupos de indígenas: "os de língua tupi – Touaiat [Tobajara] ou Margaiat [Marakajá], Tououpinambaoults [Tupinambá], Toupinenquim [Tupinikim], Teureminon [Temiminó] e Kario [Karijó] – e os de língua não tupi – Ouétaca [Guaitaká], Ouèanen [Guaianã] e Karaia [Karajá]" (Prezia 2000, p. 139). Ao elaborar uma lista de cronistas e etnônimos atribuídos aos Tupi paulistas, Prezia (2000, p. 157-60) identifica que 75% dos autores atribuí aos indígenas na região a nomeação de Tupi e 25% de Tupiniquim.

Além dos Tupi, ocupavam o planalto paulista indígenas do tronco linguístico macro-jê. Esses povos denominados Guarulhos e, depois, Maromomi, foram colocados para viverem na aldeia de Nossa Senhora dos Guarulhos (PREZIA 2000, p. 169; KOK 2011, p. 48). Outros grupos que teriam sido colocados em Guarulhos seriam os "Guaianás e Ibirabaquiyaras (prováveis Kayapó do Sul)" (KOK 2011, p. 48) Há poucos vocábulos identificados do povo Maromomi nos cronistas da época. Entretanto, mesmo com pouco material a disposição, Prezia (2000, p. 173) consegue identificar uma possível associação dos Maromomi a família linguística puri. Segundo consta, havia algumas diferenças básicas da cultura Tupi para a cultura dos Maromomi. Os Tupi normalmente habitavam regiões dos grandes rios ou do litoral, enquanto os indígenas Maromomi eram nômades e se deslocavam pelas florestas a procura de caça e de frutos para a coleta. Estes indígenas eram de grupo linguístico macro-jê e se sustentavam, principalmente no inverno, com a pinhão oriundo da Araucária e, em outros períodos, do fruto da sapucaia. Teria sido uma grande dificuldade fazer com que os Maromomi permanecessem no aldeamento por conta de sua mobilidade intensa e por conta de não serem povos horticultores (PREZIA 2000, p. 178). Como vimos, Prezia (2010, p. 172) sustenta que os indígenas Moromomi falavam uma língua da família puri e, por isso, eram aparentados dos grupos "Karajá do Sudoeste, Papaná, Guaianã, Sacaru, Gessaruçu e Coroado". Pelo que consta, os Maromomi participaram intensamente do processo de aldeamento nas capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito San-

to. De modo geral, eram considerados aliados dos portugueses, embora classificados como Tapuia por eles.

Além dos Maromomi, habitavam também o planalto paulista indígena denominados de Guaianá. Há uma grande discussão etnológica e histórica sobre o etnônimo Guaianá. Umas das pistas deixadas por cronistas é de que os Guaianá se utilizavam de "covas" abertas no chão como moradia. A dicotomia entre Tupi-Tapuia tão ressaltada por John Monteiro (1994; 2001) em suas obras, surge também como algo importante no contexto paulista. "No momento em que os portugueses se estabeleceram na região, suas relações tiveram de incorporar os Tupiniquins e Guaianás, estes jês e aqueles Tupis" (MONTEIRO 1994, p. 20-1). Segundo informações extraídas de cronistas por Monteiro, os Tupiniquim eram mais sedentários, habitantes do planalto e, talvez por isso, viviam, sobretudo da agricultura. Enquanto isso, os Guaianá eram indígenas que se destacavam pela prática da caça e da coleta. Em sua tese de livre-docência intitulada *Tupis, tapuias e historiadores*, Monteiro (2001, p 180-193) revisita o tema dos Guaianá tentando mostrar que a historiografia paulista do século XIX e XX tentou ocultar que os Guaianá eram na verdade Tapuia, muito provavelmente, ancestrais diretos dos grupos Kaingang. Conhecidos, já no final do século XIX e século XX, por atitude aguerrida diante da pressão da fronteira de expansão paulista, admitir que os paulistas fossem descendentes mestiços desses indígenas era quase que uma ofensa à constituição da identidade paulista, sempre enfocada nos Tupiniquim (Monteiro 2001, p 180-193).

Os Kaingang pertencem ao tronco linguístico macro-jê. Segundo o linguista Greg Urban (1992, p. 90), os Kaingang e Xokleng do sul do Brasil teriam migrado da região do Rio São Francisco no Nordeste - local de provável origem dos grupos do tronco-linguístico macro-jê - por volta de 3 mil anos AP. Na perspectiva do linguista Greg Urban (1992, p. 88), os Kaingang e Xokleng pertencem a um ramo antigo do tronco linguístico jê que se diferenciou bem antes de ocorrer a diferenciação interna dos jês do norte: Xavante, Xerente, Kayapó, Suyà ou Krahô (URBAN 1992, p. 90).

A história dos Kaingang, não é, como podem pensar alguns erroneamente, recente. John Monteiro (1994, p. 20) em seu livro clássico sobre escravidão indígena durante o bandeirantismo paulista, intitulado *Negros da Terra*, nos alerta sobre a presença dos Kaingang, na época chamados de Guaianá, na região do interior de São Paulo no período colonial. Ao se basear em descrições de Gabriel Soares de Souza do século XVI, temos um pouco do retrato de como a cultura Kaingang era no início da chegada dos europeus:

> Já fica dito como os tamoios são fronteiros de outro gentio, que se chamam os guaianases, os quais têm sua demarcação ao longo da costa por Angra dos Reis, e daí até o rio de Canaéia, onde ficam vizinhando com outra casta de gentios, que se chama os carijós. (...) não usam entre si lavoura, vivem de caça que matam e peixe que tomam nos rios, e das frutas silvestres que o mato dá; são grandes flecheiros e inimigos de carne humana. Não costuma este gentio fazer guerra a seus contrários, fora dos seus limites, nem os vão buscar nas suas vivendas, porque não sabem pelejar entre o mato, senão no campo aonde vivem (...) Não vive este gentio em aldeias com casas arrumadas, como os tamoios seus vizinhos, mas em **covas pelo campo, debaixo do chão**, onde tem fogo de noite e de dia e fazem suas camas de rama e peles de alimárias que matam. (G. SOUSA 1971, p. 115) (grifos nossos)

Os Kaingang teriam sido alvo, em menor grau em relação aos Guarani, das expedições paulistas de apresamento de indígenas, sobretudo nos séculos XVII e XVIII. A própria estrutura social dos antigos Kaingang era distinta da dos Guarani, por isso, que entre os Kaingang a maioria dos indígenas escravizados eram homens, enquanto entre os Guarani eram as mulheres, pois o tamanho do grupo, no período colonial, era normalmente menor comparando-se com os grupos da etnia Guarani (MONTEIRO 1994, p. 82). Basicamente, segundo Monteiro (1994, p. 83-4), os Guaianá eram caçadores-coletores.

Como vimos na citação de Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 115) acima, as chamadas "covas" – casas subterrâneas – eram usadas como moradia pelos Kaingang. Nos três estados do sul do Brasil foram identificados "228 sítios com 1.174 buracos (REIS 2002, p. 23). Segundo Reis (2002, p. 35) os chamados "buracos de bugre", como ficaram conhecidos na cultura popular, tem ligação com a cultura dos jês meridionais; os Kaingang e os Xokleng, ancestrais dos Guaianá referidos por Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 115) em seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587* na citação vista acima. Essas moradias têm algumas características que são enumeradas por Reis (2002):

- A forma preponderante dos buracos é circular, e funções residenciais cerimoniais, econômicas (...);
- Evidências de contatos interétnicos são encontradas nos trabalhos arqueológicos;
- A sazonalidade e a mobilidade entre ambientes diferentes é apontada na etnologia e etnografia, como referente a um "tempo cíclico";
- A distribuição e localização dos buracos na paisagem, sejam isolados ou agrupados, estão principalmente associados a construções denominadas de montículos mortuários e/ou cerimoniais;
- Informações etnográficas apontam para um controle social político dos pinheirais pelos grupos humanos do Planalto (REIS 2002, p. 35)

A estrutura da sociedade Kaingang se forma em torno da natureza e do uso das araucárias. Estudos atuais com análise de pólen e carvões antigos demonstraram que as florestas de araucária têm um crescimento exponencial justamente no momento de expansão dos jês meridionais. Por volta de 1.500 AP (antes do presente), a diminuição das secas anuais e o aumento da pluviosidade faz com que a expansão da floresta se inicie de forma mais contundente começando pelo atual território do Paraná e, por volta de 1.000 AP, para Santa Catarina, terminando

sua expansão vertiginosa por volta de 850 AP no Rio Grande Sul atual (COPE 2020, p. 157; BEHLING 2009, p. 17). Com aumento da floresta no planalto sulista há um aumento da quantidade de alimento disponível – o pinhão – que faz com que a população de animais também aumente. Assim a população de indígenas da região se sedentariza de forma mais efetiva. Segundo Cope (2020, p. 157), "à medida que a floresta de araucárias se expande, vão domesticando o espaço, construindo-o socialmente, resultando em uma verdadeira arquitetura da paisagem". A Floresta de Araucária, onde o pinhão brota exponencialmente depois da intervenção humana dos Kaingang e Xokleng, aparece predominantemente na região Sul do Paraná e parte do estado de São Paulo entre as latitudes 24° e 30°S (COPE 2020). Em geral, se forma em áreas de altitude entre 1000 e 1400 metros ao nível do mar e possui temperatura média anual entre 12° e 18°C (COPE 2020).

Além dos indígenas Kaingang há outros grupos que participaram do empreendimento colonial paulistas e estavam presentes em um número considerável nos aldeamentos e nas expedições sertão adentro. A documentação nos traz alguns indícios dessa presença. Temos um caso em uma petição escrita por volta da década de 1740, quando o capitão-mor da vila de Itú, Salvador Martins Bonilha, solicitou a justiça da capitania de São Paulo, que dezenove indígenas oriundos das minas de Cuiabá "da nação Paresi" fossem restituídos para seu domínio (MARCHIORO 2005). Conforme o relato do capitão, dezesseis eram homens que "lhe teriam dado por administrados" e três eram mulheres que "(...) lhes mandarão entregar por um termo como seu administrador, pelos haverem tirado do poder de alguns moradores com quem haviam ficado culpadas no crime de mancebia (...)" (MARCHIORO 2005, p. 64-8; BDAESP 1948, p. 32). Chegando na cidade de São Paulo, o tenente-general Manoel Rodrigues de Carvalho não quis permitir que os indígenas permanecessem com o capitão Salvador. O tenente-general não usou nenhuma justificativa para tirar os nativos das mãos do capitão, que solicitava a administração dos mesmos indígenas e essa disputa serviu

como "pretexto de se mandarem para as aldeias" os ditos indígenas Pareci (Marchioro 2005, p. 64-8; BDAESP 1948, p. 32). Essa intensa movimentação dos indígenas entre o sistema de administração particular e os aldeamentos eram bastante presentes em São Paulo do século XVIII, como identificamos em nossa dissertação (MARCHIORO 2018)

Segundo Loiva Canova (2003), há uma série de possibilidades de grafar o nome Pareci: Parecy, Paracisses, Perecises, Pereci, Paresi, dentre outras. Estes indígenas foram "descobertos" no século XVII pelos portugueses por ocasião da exploração das minas de Cuiabá no atual estado do Mato Grosso. A década de 1730 seria o auge da penetração paulista nas terras dos Pareci, sendo que os indígenas eram capturados e escravizados para serem posteriormente vendidos. Por volta de 1757 esse processo de apreensão dos indígenas cessou. Os Pareci compõem um grupo étnico na classificação etnológica de língua Aruak e vivem num território de tipo "chapadão arenoso e árido".

Os Pareci, na perspectiva de Canova (2003, p. 01) teriam sido indígenas visto como mais propensos ao cristianismo em comparação com os demais *gentios* que habitavam as regiões das minas de Cuiabá e Mato Grosso. A imagem dos Pareci como indígenas dóceis diante do aparato colonizador tem muito a ver com a oposição criada entre eles e os Paiaguá e Guaicuru (CANOVA 2003, p. 12). Os Pareci, segundo imagem do colonizador, não se caracterizavam por ser um povo guerreiro, entretanto, tinham apenas o hábito de fazer guerra defensiva. Suas características culturais são descritas abaixo na citação por Canova (2003, p. 25):

> Suas armas eram o arco e a flecha; suas casas eram muitos grandes e as portas tão pequenas que, para se entrar, era preciso ficar de *gatinhas*. Tinham uma casa separada que servia para adoração aos ídolos, que eram figuras de vários feitios. Nessa casa só os homens podiam entrar e em dia de festa eram eles os únicos a usá-la. Ali vestiam-se ricamente e dançavam. Costumavam criar araras, papagaios e outros pássaros em suas casas. Desses pássaros tiravam as penas, que serviam para o vestuário. Não usavam

> instrumentos de ferro e nem de aço, faziam machados de pedra e os demais instrumentos de madeiras muito duras (CANOVA 2003, p. 25)

O fluxo de expansão paulista por conta do ouro e da busca de mão de obra indígena se dá em Minas Gerais por volta de 1698, em Cuiabá por volta de 1718 e em Goiás em 1725. Como podemos observar na documentação, muitos indígenas eram trazidos dessas regiões em um mecanismo de retirar os nativos das terras a serem exploradas e tendo em vista a necessidade de trabalhadores nas minas e nas fazendas paulistas.

Então, partimos para uma análise mais detalhada dos casos paulistas. Para isso, levaremos sempre em conta esse caráter não fixo dos lugares ocupados por indígenas com determinados estatutos na São Paulo setecentista. Em uma situação envolvendo um família bororo que solicita a volta de um dos seus membros, ocorrida no ano de 1741, o coronel regente Antônio Pires de Campos, reclama de Ângelo Preto Nobre. Este haveria, por meio de uma portaria, retirado dele "um carijó da nação Bororó" para ser utilizado "na conquista do gentio Kayapó" que havia invadido suas possessões (BDAESP 1948, p. 35). Em consciência da portaria, sem maiores questionamentos, o coronel regente lhe concedeu um indígena bororo seu administrado "na suposição de que o suplicante vinha fazer a dita conquista" (BDAESP 1948, p. 35). A missão de conquista de Ângelo Preto Nobre, contudo, acabou não ocorrendo e como o indígena era um dos membros de um plantel maior de administrados, sendo que estes "atualmente o estão persuadindo a que o mande recolher a companhia dos mais" (BDAESP 1948, p. 35). Esta petição feita para o retorno do indígena bororo pelo coronel regente Antônio têm dois intuitos principais: o primeiro consiste em "satisfazer a vontade de seus parentes" e o segundo seria a volta do Bororo ao seu administrador de direito (BDAESP 1948, p. 36). Desprovida de um dos seus membros, como podemos ver, então, uma família de administrados bororos pres-

siona o coronel regente Antônio para exigir seu retorno e este, conforme o despacho do juiz, obtém sucesso.

Os dois casos analisados anteriormente, em clara conexão com as regiões de Goiás e Mato Grosso, merecem uma atenção conjunta. No primeiro caso vemos os Pareci sendo trazidos para São Paulo, enquanto no segundo caso vemos um bororo da região de São Paulo sendo tomado de empréstimo para guerrear com os Kayapó. A rivalidade tradicional entre Bororo e Kayapó, segundo a bibliografia que consultamos, moldou inclusive a implantação de aldeamentos em Goiás (Ravagnani 1996, p. 221-44). Uma pesquisa mais minuciosa, buscando analisar em mais quantidade documentação a esse respeito, pode trazer conclusões interessantes no que diz respeito às etnias indígenas que vêm para os aldeamentos paulistas e para os administradores particulares da capitania. A pouco documentação que temos em mão nos permitem sugerir que Bororo, Pareci e, quem sabe, Kayapó constituíam grupos razoavelmente presentes na capitania. O fato, no entanto, de a etnia de ambos serem referenciadas contentemente pode indicar o caráter de mais "estrangeiros" dado aos indígenas vindos do atual Brasil Central. Segundo a hipótese que tecemos, então, os grupos indígenas que habitavam os aldeamentos e as casas da região tinham um padrão étnico e, por isso, como veremos, eram designados pelos colonos de forma "genérica". Quando um indígena de grupo mais desconhecido era trazido para a região rapidamente traçava-se sua alteridade por meio da designação étnica atribuída pelos não indígenas

Por volta de 1606, como relata John Monteiro (1994, p. 60-1) os Kayapós meridionais atacaram uma expedição de paulistas que buscavam mão de obra indígena no sertão dos Bilreiros. Os Kayapó meridionais que eram, nos séculos XVII e XVIII, denominados de bilreiros viviam no noroeste da vila de São Paulo (MONTEIRO 1994, p. 64). A captura desses indígenas se demonstrou ao longo do tempo muito difícil, por conta da natureza guerreira da sociedade kayapó. Com isso, os paulistas, em geral, não utilizavam os Kayapó como cativos, nem faziam

guerra contra eles. Mas várias expedições foram feitas ao sertão dos Bilreiros. No entanto, os cativos que lá foram feitos normalmente eram não Kayapó o que pode determinar que os portugueses tiveram ajuda destes para apresarem indígenas na localidade. No século XVIII, os Kayapó meridionais continuavam a dar trabalho aos colonos nos sertões de Minas Gerais, como relata Resende (2003, p. 113). Segundo a autora, sesmarias que foram distribuídas no arraial Rio das Abelhas em 1743, ficaram desocupadas por conta dos ataques dos Kayapó até cerca de 1760. Além disso, os Kayapó imprimiram forte resistência também na ocupação do sertão da Farinha Podre na mesma época (RESENDE 2003, p. 113). Dessa forma, como é dito abaixo na citação, uma série de estratégias para enfrentar os Kayapó foram utilizadas:

> Para enfrentar a resistência dos Caiapós, não se pouparam estratégias, a mais das vezes, explorando as rivalidades existentes entre as próprias nações indígenas, que os colonizadores souberam – com o aprendizado de longos anos – tirar todo o proveito, como entre Coroados e Botocudos, Bororos e Caiapós (RESENDE 2003, p. 116).

Há, ainda, uma outra petição que aponta para mesmas conclusões tiradas acima. Na nossa opinião, entretanto, os Arari tratados aqui não são oriundos de Goiás ou Mato Grosso. A petição do diretor dos índios José Joaquim do Nascimento se presta, além das comunicações quanto a nova orientação da aldeia de Queluz. O diretor pede a permissão para que seis índios "de uma nação chamada dos Araris", acompanhados de seu respectivo capitão "índio chamado pelo seu idioma Manquita", passem a residir no aldeamento de Queluz, conforme pedem os mesmos (BDAESP 1948, p. 97-8). O capitão Manquita se compromete, em retribuição ao possível acolhimento, a "a ir catequizar quantos existem naqueles sertões, para com ele se sujeitarem a mesma aldeia" (BDAESP 1948, p. 97-8). A promessa, então, gira em torno da possibilidade de novos indígenas se agregarem ao aldeamento, sendo fortalecida a hipótese da bibliografia a qual afirma que tanto a deserção como a decisão

de se reunirem em aldeias coloniais, eram feitas, na maioria quase absoluta dos casos, em conjunto pelos indígenas, isto é, por um grupo de parentes ou por aldeias inteiras.

Como comprovam os casos referentes à indígenas Bororos, Parecis, e Kayapós, o sertão indígena de São Paulo incluía Mato Grosso e Goiás certamente. Além disso, como menos certeza, podemos afirmar que o atual Rio Grande do Sul e Minas Gerais também eram pontos de passagens de paulista, por uma série de motivos, dentre eles a preação de nativos que se tornariam administrados e/ou aldeados.

Segundo Glória Kok (2011, p. 51) ao atacarem as missões indígenas do Guairá, Tape e Itatim entre as décadas de 1620 e 1640, a maioria dos escravos e aldeados nativos passou a fazer parte da etnia Guarani, na época chamados de Carijós. Como relata Kok (2011, p. 51) o número de Guarani trazidos do sertão fica entre 33 mil e 55 mil indígenas.

Os Guarani (ALMEIDA; NEVES 2015, p. 516) habitam a região do Sul do Brasil desde o início da Era Cristã, segundo as escavações arqueológicas feitas na região. Pesquisas mais recentes evidenciam que os Guarani ocupam historicamente terras extremamente férteis nas regiões dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai e do sopé da Cordilheira dos Andes na Argentina e Bolívia. São terras perfeitamente adaptadas para o cultivo de milho, mandioca, feijão, amendoim, abóbora e batata (MÉLIA 1990. p. 33-4).

Atualmente, por isso, essas terras são alvos dos maiores conflitos agrícolas, tanto no Brasil, como nos demais países em que os Guarani habitam. Mélia (1990, p. 36) considera o conhecimento Guarani sobre a terra uma forma particular de etnoagronomia. A migração dos Guarani surge na medida em que é preciso equilibrar as relações com a natureza e o solo sem agredi-los excessivamente ao contrário do que ocorre na perspectiva Ocidental de exploração da natureza. Então, apesar da vinda de outros grupos como Kayapó, Bororo, Pareci, Kaingang e Puri para São Paulo no período colonial, os Guarani eram com certeza predominantes no número de indígenas, sejam eles aldeados, escravos ou administrados.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (BDAESP). São Paulo: Secretaria da Educação, Maço 2, Volume 5, 1945.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (BDAESP). São Paulo: Secretaria da Educação, Maço 2, Volume 7, 1947

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (BDAESP). São Paulo: Secretaria da Educação, Maço 2, Volume 8, 1948.

BEHLING, Hermann et al. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. **Campos Sulinos**, p. 13-25, 2009.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem**. Editora Cosac Naify, 2014.

COPE, Silvia Moehlecke. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. Estud. av., São Paulo, v. 29, n. 83, p. 149-171, Apr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103014201500010014 9&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Ago. 2020.

CORRÊA, Dora Shellard. O aldeamento de Itapecerica: de fins do século XVII a 1828. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999.

D'ANGELIS, Wilmar R.; SANTOS, Juracilda. Habitação e acampamentos Kaingang hoje e no passado. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 17, n. 18, p. 213-242, 2014.

FERNANDES, Ricardo Cid; PIOVEZANA, Leonel. Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 111-128, 2015.

HIDALGO, Jorge. Los indios de América del Sur meridional a mediados del siglo XVI. Historia de América Latina. Crítica, p. 76-98, 1990.

KOK, Glória. A presença indígena nas capelas da capitania de São Vicente (século XVII). **Espaço Ameríndio**, v. 5, n. 2, p. 45, 2011.

MARCHIORO, Marcio. **Questão indígena no Brasil**: perspectiva histórica. Curitiba: Intersaberes, 2018.

MARCHIORO, Marcio. 2002. O inimigo em pedaços: um ensaio de discussão bibliográfica acerca dos Tupi-Guaranis. **Revista Vernáculo**, Curitiba, n. 6-7, p. 20-52, Set 2001/ Abr 2002.

MARCHIORO, Marcio. **Fome de onça**: um estudo comparativo sobre aldeamentos fluminenses e paulistas no século XVIII. Monografia final de curso. UFPR, 2005.

MELIÀ, Bartolomeu. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia. **Revista de Antropologia**, p. 33-46, 1990.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1995.

PREZIA, Benedito Antônio Genófre. **Os indígenas do planalto paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas**. São Paulo: Humanitas, 2000.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins, 1996. Os primeiros aldeamentos na província de Goiás: Bororó e Kaiapó na estrada do Anhanguera. **Rev. de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 39, n. 1, p. 222-44.

REIS, José Alberione dos. **Arqueologia dos buracos de bugre:** uma pré-história do planalto meridional. Caxias do Sul: Educs, 2002.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos**. Índios coloniais em Minas Gerais setecentista. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2003.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: **Companhia Editora Nacional,** 1971. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf. Acessado em: 13/07/2020

SOUZA, Paulo Castro Afonso de. Ângelo **Cretã e a retomada das terras indígenas no sul do Brasil.** Tese de Doutorado (Antropologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

TOMMASINO, Kimiye. **A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi**. A bacia do rio Tibagi. Londrina: ME Medri, p. 81-100, 2002.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segunda às línguas nativas. In: CUNHA, M (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ZANOLLI, Carlos. **Tierra, encomienda e identidad**: Omaguaca (1540-1638). Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2005.

ZANOLLI, Carlos Eduardo; ALONSO, Claudia P. Santa Bárbara, una cofradía de indios en San Antonio de Humahuaca (1713-1785). **Anuario de Historia Regional y de las Fronteras**, v. 9, n. 1, p. 79-94, 2004.

"TERRENO OCCUPADO POR INDIGENAS FEROSES": REPRESENTAÇÕES DOS SERTÕES PAULISTA NO *ATLAS DO IMPERIO DO BRASIL* (1868) E AS RESISTÊNCIAS AOS LEVANTAMENTOS

Maria Leopoldina Dantas Máximo[1]
Ravenna Rodrigues Cardoso[2]

INTRODUÇÃO

Em setembro de 1868, começavam a ser publicadas nas primeiras páginas dos jornais cariocas cartas remetidas a Candido Mendes de Almeida o parabenizando por sua última publicação e especificando a importância de seu trabalho para a nação brasileira. Tratava-se do *Atlas do Império do Brasil,* um compilado de mapas de todas as províncias brasileiras e de um texto histórico que descrevia as fronteiras provinciais e nacionais, a partir do processo de ocupação desses territórios.

Dedicado ao imperador e destinado ao colégio Pedro II, o trabalho fazia parte do projeto mais amplo de construção da nação brasileira, que vinha sendo desenvolvido pela elite intelectual da época que procuravam construir um Estado nacional a partir da organização de um governo representativo, da criação de uma identidade nacional e sobe-

[1] Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Bolsista da FUNCAP. Email: Leopoldina.desenho@gmail.com.
[2] Ravenna Rodrigues Cardoso. Mestranda em História pela Universidade Federal do Maranhão. Bolsista CAPES. Email: ravennacardoso21@gmail.com.

rania de um território definido (DOLHNIKOFF, 2017, p. 08), ou seja, a materialização de um espaço nacional sobre o amplo território.

Segundo Renato Amado Peixoto (2011, p.120), a nação ainda não existia porque não havia território, e não havia território porque este não estava enunciado por uma narração do espaço, uma vez que esta tinha que ser fundamentada numa articulação temporal que deveria ser reconhecida pela elite. Nesse contexto, os produtos cartográficos foram utilizados na produção de um saber intelectualizado do espaço, sendo percebidos como "ferramenta para legitimar os pressupostos da inscrição de uma narrativa espacial que se colocava aos interesses do Estado" (PEIXOTO, 2011, p. 120), possibilitando aos governantes uma consciência do território facilitando dominar, controlar e se fazer presente nesses espaços, efetivando o seu poder e garantido sua continuidade.

Contudo, o território e as fronteiras definidas em mapas como os de Candido Mendes, eram na verdade uma possibilidade, tendo em vista que, os espaços articulados nos mapas não estavam vazios. Sem dúvida, os mapas serviram como instrumento de vigilância e controle desses territórios, no entanto, os sujeitos que ocupavam esse espaço e que não necessariamente estavam envolvidos na sua definição resistiam de diversas maneiras. Como explica Matthew Edney (2016, p. 217), "o Estado não é o monopólio maciço que esmaga qualquer dissidente; o poder é, na verdade, negociado entre classes de uma sociedade, assim como no interior destas", assim, é necessário analisar os sujeitos que vivenciam esses territórios, suas formas de lidar com esse espaço, bem como, de que forma elas resistem a essas definições territoriais e significações que essa elite governamental procurava impor.

O mapa da província de São Paulo que compõe o *Atlas*, por exemplo, apresenta a parte oeste do território paulista em branco, dando a entender que uma grande parcela do território se encontrava 'vazio'. Na realidade, o espaço ainda não era totalmente conhecido pelo governo Imperial, que não possuía domínio sobre o território ocupado pelos indígenas, constantemente denominados como selvagens nos documen-

tos da época e no próprio mapa. Segundo a narrativa oficial, a região teria sido colonizada no início do século XX, a partir do interesse do governo sobre as terras férteis e virgens localizadas a oeste com as expansões das lavouras cafeeiras.

No entanto, a partir das ideias de James Scott no livro *The Art of Not Being Governed* propomos compreender os processos de resistência aos levantamentos empreendidos pelos nativos que ocupavam esse território, impedindo que o governo controlasse a região, aqui entendida como uma "área de refúgio do poder estatal" (SCOTT, 2009). A partir dos mapas e dos relatórios de presidente de província, procuramos analisar os jogos de poder e disputas que circunscreviam esse território desenhado como 'vazio' e que não aparecem à primeira vista nos discursos oficiais. Buscando entender de que modo os sujeitos que ocupavam esse espaço se mantinham "fora do mapa".

NATURALIZAÇÃO DOS MAPAS E CONCEPÇÕES DO ESPAÇO

Na segunda metade do século XIX, a cartografia cumpria um duplo papel no Brasil, sendo utilizada como um instrumento de poder sobre o território, auxiliando no controle e organização dos domínios do Estado, bem como, na materialização de concepções culturalmente construídas a respeito desses espaços, que servissem aos interesses e objetivos do governo. As novas técnicas litográficas que possibilitavam a impressão dos mapas em larga escala, aumentando a produtividade do setor e diminuindo o tempo e os custos da produção (PEIXOTO, 2005, p.) permitiam que esses mapas, antes restritos ao governo para fins estratégicos, fossem popularizados entre a elite e que tais concepções fossem progressivamente difundidas entre um público mais amplo.

Nesse sentido, os mapas que representam, conforme Brian Harley (2005, p. 61), os fenômenos vistos e medidos na paisagem e o mundo social invisível, foram utilizados pelo governo para projetar determinadas concepções, tanto positivas como negativas, sobre os espaços

que ainda estavam sendo definidos dentro do projeto mais amplo de construção da nação brasileira, tendo em vista que, os mapas sempre são uma construção da realidade, imagens carregadas de intenções e consequências.

Em contrapartida, entre o público mais amplo, é comum que esses mesmos mapas sejam percebidos como imagens realistas, não tendo suas origens ou intenções questionadas e sendo colocados enquanto agentes em função de seus próprios atributos (EDNEY, 2016, p. 215). Cotidianamente, tende-se a naturalizar esses mapas e imagina-los enquanto representações neutras do espaço, como documentos auto evidentes que replicam as estruturas do mundo sem nenhuma interferência humana, servindo como uma espécie de "janela transparente para o mundo" (HARLEY, 2005, p. 61).

Esse processo faz com que as informações lidas nas cartas geográficas também sejam entendidas como naturais e auto evidentes, assim como o documento que lhe representava, escondendo o processo e as disputas que envolviam a parcela de terra representada. Assim, a partir do mapa, era possível transformar um vasto território em algo mensurável e aparentemente definido, dando-lhe características que poderiam ser naturalizadas em decorrência do papel do mapa como agente da verdade, o que de acordo Matthew H. Edney (2016, p. 215) obscurece o fato de que os verdadeiros agentes na criação de mapas são os humanos.

É justamente essa ideia que na maior parte das vezes se tem até hoje, dos mapas como uma réplica do mundo, que preserva sua imagem popular de documento natural e que permitia a elite governamental utilizá-los na definição dos territórios e na construção de diversos significados sobre o espaço que servissem aos seus interesses sociais, políticos e econômicos. Por meio dessas representações era possível tanto projetar espaços como modernos, preenchendo-os com características consideradas 'marcas da civilização', como demarcação de estradas, ferrovias e plantas das capitais mostrando ruas – que deve-

riam ser – perfeitamente organizadas. Como também permitia projetar espaços como *vazios,* tornando-os passiveis de ocupação, ocultando todas as disputas e sujeitos que permeavam esse espaço e que, inclusive, se configuravam como um dos responsáveis pelo não mapeamento e domínio dessas regiões pelo governo, como é o caso da província de São Paulo.

Esses terrenos projetados como vazios nos mapas costumavam estar localizados no interior do território, e, geralmente correspondiam as áreas que o governo ainda não havia conseguido dominar e incorporar completamente aos seus domínios. Por diversos meios, sendo um deles a cartografia, esse interior foi sendo construído como um outro geográfico, "áreas distantes do litoral, de natureza ainda indomada, habitada por índios "selvagens" sobre as quais as autoridades portuguesas detinham poucas informações e controle" (AMADO, 2000, p.148), sendo produzido a partir do litoral e como oposto a ele. No entanto, como veremos no mapa de Candido Mendes, a ideia de Sertão como lugar desconhecido e não civilizado, foi construída a partir de parâmetros específicos, definidos por aqueles responsáveis por produzir esses espaços, tendo seus usos e sentidos modificados de acordo com o interesse e objetivos de seus produtores.

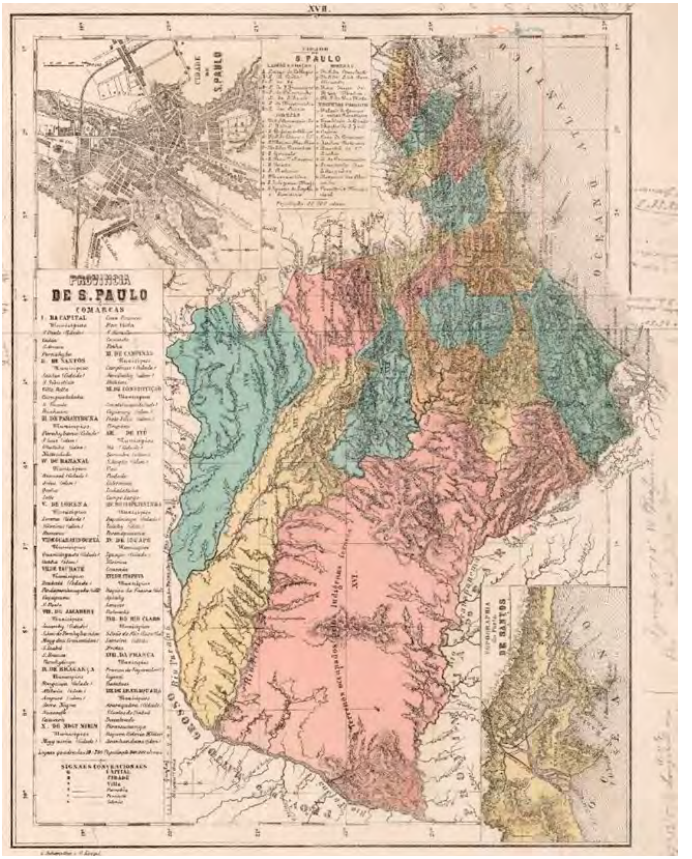
O movimento de desnaturalizar esses mapas e entendê-los como uma perspectiva do território influenciada por interesses específicos, permite utilizá-los como meio para perceber as disputas em torno desses espaços para além da narrativa oficial, que priorizava em seus desenhos informações que servissem a seus objetivos. Compreendendo a existência desses jogos de poder que decorriam mesmo sobre os espaços considerados *vazios* na narrativa oficial, é possível perceber os sujeitos que vivenciavam esses territórios, mas que não necessariamente estavam envolvidos na sua representação e definição, e analisar de que forma eles resistiam a essas definições territoriais e significações que a elite governamental procurava impor.

REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO OESTE PAULISTA NO *ATLAS DO IMPERIO DO BRAZIL*

No mapa de São Paulo (Figura 1) que compõe o *Atlas do Imperio do Brasil,* Candido Mendes, seguindo a tradição de cartas anteriores, apresentou a parte oeste do território, que corresponde a área entre os rios Tietê e Paranapanema, em branco demarcando apenas alguns rios e relevos que compunham o território. Entre os mapas produzidos durante o período Colonial, era comum que os cosmógrafos fossem deixando em branco os espaços sobre os quais ainda não possuíam informações, o que na maior parte das vezes correspondia ao interior do território, ainda não dominado pelo governo e por isso mesmo desconhecido. Na segunda metade do século XIX, no entanto, a maior parte do território brasileiro já havia sido cartografado, o que faz o caso de São Paulo peculiar, principalmente, levando em consideração que a província se configurava como uma das que mais sofria modificações materiais em virtude do fluxo econômico do café.

Segundo Júnia Furtado (2009, p. 174), esses espaços continuavam sendo inseridos no universo da representação cartográfica por serem entendidos como áreas à espera do processo civilizador desse império, mesmo que ainda não compartilhassem dos mesmos valores. Estando exterior a civilização, mas internas à província. A partir dessas representações do espaço, criava-se a ideia de um território 'vazio' e selvagem, que estava à espera de ocupação e civilização e que seria preenchido a partir dos interesses do governo. No entanto, essa narrativa ocultava os sujeitos que já ocupavam esses espaços e os processos de resistências por eles desempenhados com a finalidade de impedir que esses territórios fossem mapeados.

Figura 1: Mapa da província de São Paulo



Fonte: Atlas do Imperio do Brasil, Candido Mendes de Almeida, 1868

Essas resistências não aparecem de forma direta nas fontes, tendo em vista que elas não produzem manchetes de jornais e muito raramente os produtores desses micro-atos buscam chamar atenção sobre eles mesmo, sendo extremamente raro que os oficiais do Estado desejem dar publicidade a essa insubordinação, uma vez que fazê-lo seria admitir que sua política é impopular (SCOTT, 2002, p. 13). Já a ideia comum de que os mapas são uma 'réplica do mundo', faz com que na maior parte das vezes ao deparar-se com trabalhos como o de Candido

Mendes, tende-se a realmente imaginar esses espaços como vazios, não questionando a representação e desconsiderando as histórias, relações e disputas que ocupavam esses espaços e que influenciavam de forma direta na entrada e dominação desses territórios pelo Estado.

A partir dos mapas produzidos nesse período no Brasil, é possível perceber que essa parte do território só foi mapeada no início do século XX[3], após a colonização e ocupação da região por parte do Estado. De acordo com Rogerio Beier e Daniel Marhtin (2019, p. 1), esse processo teve seu fluxo acelerado com a chegada das estradas de ferro, que permitiu a travessia da região de forma mais rápida e segura, barateando o custo do transporte da produção destinada à exportação, permitindo que volumes cada vez maiores fossem escoados desde o interior paulista até o porto de Santos e com a valorização do café, que estimulou a expansão das lavouras cafeeiras em direção as terras férteis e virgens localizadas a Oeste. O progresso das tecnologias, ajudava na projeção do poder estatal sobre essas regiões que ainda encontravam-se fora de seus domínios (SCOTT, 2009, p. 166).

Quando se analisa documentos oficiais, como os Relatórios de Presidente de Província, percebe-se o interesse do governo Imperial nesse território durante toda a segunda metade do século XIX, a partir de tentativas de dominação e conflitos com os indígenas relacionados ao controle desse espaço, demostrando que longe de estar passivos aos interesses do governo, a região se configurava como uma "área de refúgio" na qual os indígenas, possivelmente, conseguiram se manter fora do poder estatal durante boa desse período.

Para James Scott (2009), essas áreas eram espaços localizados geograficamente fora do alcance do governo, na maior parte das vezes no

[3] O território aparece como "vazio" nos seguintes mapas: 1875 - *Carta Ilustrada da Provincia de São Paulo*, Robert Habersham e Jules Martin; 1879 - *Provincia de S. Paulo,* Cláudio Lomellino de Carvalho; 1886 - *Carta da Provincia de São Paulo*, C. D. Rath; e 1908 - *Mapa do Estado de S. Paulo*, extraído do periódico O Immigrante (BEIER & MARHTIN, 2019)

interior, - como no caso de São Paulo - em campos acidentados, isolados das rotas de transporte por barreiras físicas e com paisagens agrestes, nas quais determinados sujeitos conseguiam fugir das opressões dos Estados como: escravidão, recrutamento, impostos, epidemias e guerras. A partir do isolamento e de outros atos, o governo não conseguia conhecer a região nem dominá-la ficando esses territórios e os indígenas fora do seu poder.

Esses espaços costumavam ser denominado nas cartografias como terrenos "desconhecidos", "despovoados" ou, como é o do mapa de Candido Mendes aqui estudado, "ocupados por indígenas ferozes", uma vez que seus produtores concebiam os nativos que ocupavam esse território como *ser-Outro,* que só passaria a existir a partir do contato com colonizador, quando seguissem as regras daqueles que estavam lhe definindo. Por sua vez, os que não aceitavam tais imposições, eram tidos como 'selvagens' ou 'ferozes", identidades imaginadas e impostas pelo discurso civilizacional, que quando, analisadas de perto, eram apenas outras palavras usadas pelo Estado "para descrever qualquer povo autogovernado e não sujeito" (SCOTT, 2009, p. XIII).

A escolha de Candido Mendes em fazer referência aos indígenas que ocupavam a região em seu mapa longe de ser aleatória, era movida por uma visão que considerava avanço sobre as terras ocupadas por populações indígenas como uma luta da civilização contra a barbárie (BEIER & MARHTIN, 2002, p. 09), e servia para 'ocultar' o fato do território ainda ser desconhecido para o governo, pois numa época em que o cunho positivista das ciências dava o tom necessário ao conhecimento, era inconcebível que a única província a não ser mapeada por inteira fosse a que mais sofria modificações materiais (CAVENAGHI, 2006, p. 233).

Assim, em vez de usar o termo "Sertão desconhecido" para nomear a região, como faziam os documentos oficiais e Daniel Pedro Muller em seu *Mappa Corographico da Provincia de São Paulo* publicado em 1837, Mendes optou por não propagar a ideia de "Sertão" e "trabalha-se com um elemento etimológico que tenta aproximar a região e adaptá-la às necessidades em vigor" (CAVENAGHI, 2006, p. 231).

Ao escrever o artigo sobre a província de São Paulo, Candido Mendes não se referiu aos indígenas que ocupavam esse espaço, ou ao fato do território ser totalmente desconhecido pelo governo. Ele dissertou a respeito dos donatários, do desmembramento da província, de como algumas fronteiras eram desconhecidas e como outras ele havia descriminado muito bem em seu mapa, mas ainda precisavam ser definidas por legislações (ALMEIDA, 1868, p. 20). Mas o fato do governo não possuir controle sobre uma considerável parcela da terra foi desconsiderado, não havendo nenhuma menção a esse Sertão, ao mesmo tempo que o trecho inicial da ferrovia São Paulo Railway, inaugurada apenas 3 anos antes da publicação do *Atlas*, já foi apresentada no mapa (figura 2).

Figura 2: Recorte do mapa destacando trecho da ferrovia São Paulo Railway

Fonte: Atlas do Imperio do Brasil, Candido Mendes de Almeida, 1868

Como Explica Nísia Trindade Lima (2013, p. 107) *Sertão,* nessa perspectiva foi "concebido como um dos polos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, [...] espaço dominado pela natureza e pela barbárie. No outro polo, litoral não significava simplesmente a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização". Assim, a inclusão da representação dessa estrada de ferro, que durante a segunda metade do século XIX, era compreendida como um símbolo da nova era, sendo "traduzida como expressão exata do progresso" (REIS, 2015, p. 24) e da modernidade, pode ser compreendida como um artifício utilizado por Candido Mendes para construir a percepção de uma provín-

cia civilizada, ocultando o interior rebelde e os sujeitos que resistiam cotidianamente para se manter fora do controle desse Estado, como veremos a seguir.

A RECUSA DE "ENTRAR NO MAPA": PROCESSOS DE RESISTÊNCIAS AOS LEVANTAMENTOS

Como já foi dito anteriormente, os Relatórios do Presidente da Província de São Paulo possibilitam perceber as formas de resistências dos nativos que ocupavam a parte oeste da província na segunda metade do século XIX. Nesse documento, duas sessões eram destinadas especificamente aos assuntos relacionados aos indígenas: o Relatório do Brigadeiro Diretor Geral dos Índios e o tópico intitulado Catequese e Civilização dos índios. Neles, eram apresentadas atualizações anuais a respeito dos aldeamentos; informações sobre as denúncias e conflitos que ocorriam entre os indígenas e os habitantes das freguesias que avizinhavam aqueles "sertões", bem como, projetos do governo visando o controle dos sujeitos e da região.

Em um primeiro nível de análise, fica nítido que diferente do que se pensa ao ver os mapas ou do que muitas vezes se ler nos discursos civilizacionais, o Estado, durante toda a segunda metade do século XIX, possuiu interesse direto nesse território e, de diversas formas, procurou efetivar seu poder sobre os sujeitos e o espaço, que por sua vez, só foi mapeado no início do século XX. Em um segundo nível, a partir desses indícios, começamos a questionar esses discursos civilizacionais e tentar encontrar nos relatórios indicativos desses processos de resistências empreendidos pelos indígenas para manter o Estado a distância.

De acordo com James Scott, pode-se chamar de formas cotidianas de resistência "a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros" (SCOTT, 2002, p. 11), e praticamente, tudo sobre os meios de vida dessas pessoas – a dispersão física em terreno aciden-

tado, mobilidade, práticas de cultivo, e organização social – podem ser lidas como posicionamentos estratégicos projetados para evitar a incorporação ao Estado (SCOTT, 2009, p. X).

Um dos temas mais recorrentes nos Relatórios era a preocupação do governo com o aldeamento dos indígenas que ocupavam aquela parte do território. Vendida como uma preocupação em civilizar e cristianizar esses sujeitos tirando-os da vida que era considerada errante e bárbara, os aldeamentos, na verdade, deveriam possibilitar que o Estado conseguisse colocar os indígenas sobre seu controle, transformando-os em mão de obra aproveitável e acabando com o "empecilho de dura transposição" que impedia o uso das terras almejadas pela apropriação privada (DORNELLES, 2020, p. 10).

Se mesmo entre aqueles que étnica e religiosamente faziam parte da sociedade, não possuir residência permanente ou optar por um meio de vida itinerante era percebido como uma ameaça coletiva, sendo estigmatizados pelos governantes como vagabundos e "incivilizados" entre os indígenas, tais características eram imaginadas e impostas com mais violência. Parecer "legível" para o Estado e produzir um excedente que prontamente apropriável eram condições que estavam embutidas no conceito de civilização, a partir desses parâmetros socialmente construídos o Estado criou, em seu rastro, uma fronteira barbara de "povos tribais", para os quais era o polo de comparação e, ao mesmo tempo, o antídoto (SCOTT, 2009, p. 99).

Nesse caso, o antidoto deveria vir por meio da bandeira missionaria e dos aldeamentos sendo possível a partir deles formar povoações regulares. Segundo o relatório de 1855, para alcançar esse fim os indígenas deveriam ser

> obrigados ao regular desempenho de certos deveres, de cuja pratica possa resultar sua paulatina civilisação, **quaes, entre outros, os de residirem effectivamente nas aldêas, deixando de viver a mór parte do tempo nas matas**, ocupando-se na pesca e na caça, de **se instituírem na doutrina christã, de aprenderem as primei-**

> **ras letras, de se empregarem na lavoura, ou em officios mecânicos [grifo nosso]** (Relatório de Presidente da Província de São Paulo, 1855, p. 25)

No entanto, é nítido nos relatórios que pelo menos, entre 1855-1869, o controle desses aldeamentos era uma tarefa difícil para o governo que não possuía dados simples como a quantidade de indígenas que viviam em alguns dos onze aldeamentos existentes, sendo informadas constante evasões e conflitos entre esses indígenas e os moradores dos povoados próximos. É perceptível também, que a maior parte dos nativos dessa região resistiam a ser aldeados, habitando o interior do território, locais que eram geograficamente isolados do poder estatal.

No relatório de 1861, Antônio José Henrique, então presidente da província, afirmou que segundo as informações existentes na secretaria da presidência, podia se dizer que nenhum progresso havia sido feito em relação a

> cathequese, e civilisação dos índios, que, habituados á liberdade natural, e desconhecedores das necessidades creadas pela civilisação, preferem viver no interior das mattas, onde a caça, e a pesca lhes fornacem meios abundantes de alimentação, e subsistencia. **A ociosiodade, a que se habituarão, a vida errante, que levão, tornão-os de tal modo indolentes, que com muita dificuldade se consiguirá, que se dêm á occupação útil, e proveitosa [grifo nosso]** (Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1861, p. 30)

Os meios utilizados pelos indígenas para resistir aos projetos civilizacionais e não aceitar serem absorvidos e assimilados foram entendidas e apresentadas no relatório como características de um povo de "vida errante" e selvagem, como aquela apontada por Candido Mendes em seu mapa. O discurso civilizacional, utilizava o termo "bárbaro" para definir qualquer povo que vivesse fora do âmbito do Estado, sem cogitar, no entanto, a possibilidade dessas pessoas conscientemente se colocarem nesse lugar e se utilizar disso para se manter "fora do mapa". A combinação de uma

população móvel e geralmente hostil são características dessas comunidades fugitivas, o que aliado uma topografia acidentada se transformava em uma forma poderosa de manter o Estado a distância, já que transformava as expedições empreendimentos arriscados (SCOTT, 2009, p. 165).

A recusa dos indígenas em se aldearem e os conflitos cada vez mais constantes com os habitantes dos povoamentos próximos a essas áreas de refúgio fez iniciar um debate sobre a possibilidade de por meio da construção de estradas que cortassem o Sertão, ligando localidades já ocupadas pelos considerados civilizados, fosse possível "chamar esses índios para o interior do município, collocando-os em lugar onde lhes falleçam os meios de exercer essas violências, ou afatal-os das localidades occupadas por gente civilisada, laboriosa e ultil ao paiz" (Relatório do Presidente da Provincia de São Paulo, 1859, p. 23).

De acordo com o projeto, que foi debatido nos relatórios dos anos subsequentes, os indígenas se afastariam, uma vez que procurariam "evitar a presença dos nacionaes que se derem a transitar as estradas do sertão" (Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1867, p. 7). Se bem-sucedido, tal empreendimento possibilitaria ao governo conseguir o seu principal objetivo: dominar o "territorio formado de grandes matas e campos de prodigioda fertilidade, como se sabe, e que póde receber uma colonização em grande" (Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1867, p. 7), transformando o "Sertão desconhecido" em região colonial (LIMA, 2013, p. 104).

No entanto, o que se percebe é uma dificuldade por parte do governo em construir as estradas, e uma preocupação em relação a possíveis ataques dos indígenas aos sujeitos que estavam trabalhando nessas construções. Já em 1860 o presidente da província informou que

> Em officio de 25 de outubro do anno findo, participou ao director geral dos índios, que poucos dias antes aparecera ali uma horda de indígenas, que **não mostrarão intenções hostis; porque, parando bem próximo** á **uma habitação, se limitarão a subtração de duas enchadas e um machado.**

> **Tanto o dito felicíssimo, como o directos geral fazem vêr a necessidade de descobrir-se o alojamento dos indígenas, como meio mais efficaz de os afugentar e pôr termo** ás **constinuas depredações, que frenquentemente fazem aos moradores d'aquellas circumvisinhanças [grifo nosso]** (Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1861, p. 31)

Para um melhor entendimento do caso, seria interessante analisar o oficio citado no trecho acima, o que não foi possível, mas a preocupação com os possíveis ataques dos indígenas é evidente nessa passagem. É possível questionar ainda, se tal episódio não teria sido apresentado de uma forma mais "branda", informando que os indígenas não "possuíam intenções hostis" propositalmente, com o objetivo de evitar que o projeto da construção das estradas fosse prejudicado, perdendo apoiadores ou financiadores. Como explica James Scott (2002, p. 29), muitas das formas de resistência podem ser ações "individuais", mas isto não significa que elas não são coordenadas, nesse sentindo, torna-se importante procurar compreender a intencionalidade das ações dos indígenas, mesmo que em um pequeno furto como no em questão e como isso contribuiu para que eles continuassem "fora dos mapas" até o início do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por serem entendidos como uma representação fiel da realidade, os mapas na segunda metade do século XIX foram utilizados pela elite governamental na materialização de concepções culturalmente construídas a respeito dos espaços. Nos mapas da província de São Paulo, que compõe o *Atlas do Imperio do Brasil*, Candido Mendes representou o território oeste paulista em branco, como um espaço vazio, a espera de ocupação do Estado, nem no mapa nem na parte textual do seu trabalho o autor informou o leitor a respeito das disputas que circunscreviam aqueles territórios e de como os nativos,

que ele denominou de selvagens, lutavam para manter o Estado fora dessa região.

Obviamente, não se fazia interessante admitir ou representar de forma direta os confrontos entre o Estado e os indígenas. Porém, a partir da desnaturalização dos mapas, quando passamos a entende-los como uma construção da realidade, influenciada pelos interesses e objetivos dos envolvidos em sua produção, podemos utiliza-los para perceber os processos de resistências desempenhadas pelos sujeitos que ocupavam o que James Scott chamou de "áreas de refúgio do poder estatal". A partir da análise dos discursos utilizados pelos produtores dessas cartografias, o que eles optaram por representar ou não nos seus desenhos e como a escolha do próprio espaço, isolado geograficamente, era uma forma de resistência.

Aliado aos mapas, os Relatórios de Presidente da Província ajudam a perceber de forma mais direta as disputas que existiam entre o Estado e os sujeitos que ocupavam esse espaço, as tentativas do Estado em dominar e ocupar a região e, como os nativos agiam cotidianamente para impedir o avanço do governo, o levantamento do espaço, se mantendo "fora do mapa". Ao contrapor os documentos, se consegue desvencilhar da narrativa oficial de que esse espaço estava *vazio,* a espera de ser colonizado pelo Estado a partir dos seus interesses e necessidades.

Nesse sentido, ao analisar os discursos a respeito da pouca quantidade de informações que se tinham sobre determinados espaços, deve-se levar em conta qual conhecimento geográfico os autores se referem, tendo em vista que os sujeitos que ocupavam esses territórios também os produziam, inclusive, como vazio. Pois como afirmou Pierre Clastres, "a história de povos sem história é uma história de sua luta contra o Estado" (CLASTRES apud SCOTT, 2009, p. 5).

FONTES

Mappa Corographico da Provincia de São Paulo, Daniel Pedro Muller (1837)

Mapa da província de São Paulo - Atlas do Imperio do Brasil, Candido Mendes de Almeida (1868)

Carta Ilustrada da Provincia de São Paulo, Robert Habersham e Jules Martin (1875)

Provincia de S. Paulo, Cláudio Lomellino de Carvalho (1879)

Carta da Provincia de São Paulo, C. D. Rath (1886)

Mapa do Estado de S. Paulo, extraído do periódico O Immigrante (1908)

Relatório de Presidente da Província de São Paulo (1859-1870)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do Império do Brazil.** Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1868.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

BEIER, José Rogério e MARHTIN, Daniel. Aspectos da representação do território paulista em sua cartografia impressa: uma análise cartobibliográfica (1833-1932), **Confins** [Online], 34 | 2018.

CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias: análise de uma herança cotidiana. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. v.14. n.1.p. 195-241. jan.- jun. 2006.

DOLHHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: contexto, 2017.

DORNELLES, Soraia Sales. Expansão da Fronteira Agrícola do Centro-Sudoeste Paulista na Segunda Metade do Século XIX: presença e atuação indígena em terras almejadas pela apropriação privada, "um empecilho de dura transposição". **História (São Paulo),** v.39, 2020.

EDNEY, Matthew H. Teoria e História da Cartografia. **Espaço e cultura,** UERJ, RJ, n.39, p.209-220, 2016.

FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. **Anais do Museu Paulista,** V. 17, N. 2, P. 155-187, 2009.

HARLEY, J. B. **La Nueva Naturaleza de los Mapas. Ensayos sobre la historia de la Cartografia.** México, Fondo de Cultura, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. São Paulo, Hucitec, 2013.

PEIXOTO, Renato Amado. **A Máscara da Medusa: a Construção do Espaço Nacional Brasileiro Através das Corografias e da Cartografia no Século XIX.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

REIS, Ana Isabel R. P. C. **O Espaço a Serviço do Tempo: A Estrada De Ferro De Baturité E A Invenção Do Ceará.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

SCOTT, J. C. "Formas cotidianas da resistência camponesa." **Raízes**. Campina Grande: UFCG, v. 21, nº 01, p. 10-31, jan/jun 2002.

_____. **The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia**. New Haven & London: Yale University Press, 2009.

FILHA DE INDÍGENA, MULHER DE QUILOMBOLA: RELAÇÕES INTERÉTNICAS NO SERTÃO DO PIAUÍ

Rebeca Freitas Lopes[1]
Tatiana Gonçalves de Oliveira[2]

INTRODUÇÃO

Ao longo da História do Brasil os povos indígenas, sendo os primeiros habitantes do território, tiveram que conviver e sobreviver a uma política colonial e imperial que oscilou entre assimilação e tentativas de extermínio. Com a chegada/invasão dos portugueses a diversa população indígena teve que conviver com outros grupos étnicos no interior dos limites do futuro país. A colonização colocou em contato interétnico sujeitos que ocupavam lugares marginais na organização social daquela empresa colonial, como os africanos, que sofreram o processo de diáspora e trazidos à força para servirem de mão de obra escravizada juntamente com os indígenas, ou "negros da terra". Deste encontro/choque de identidades e alteridades surgiram singularidades de formas de relações entre indígenas, africanos e afrodescendentes. Muitas pesquisas no campo da historiografia da escravidão e da temática indígena tem evidenciado que em alguns espaços, como os da fazenda, da casa-grande, e sobretudo, nos aldeamentos e quilombos, esses sujeitos construíram resistências. Este artigo analisa, a partir de um olhar histórico

[1] Graduanda em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).
[2] Doutora em História pela UFRRJ e professora assistente no curso de História da UESPI.

e antropológico um quilombo-indígena no sul do Piauí formado pelos descendentes de uniões entre indígenas e afrodescendentes.

As relações de casamento ou união entre indígenas, negros e afrodescendentes escapavam ao projeto político nacional de branqueamento da população brasileira, sobretudo como se consolidou a partir do final do século XIX. Já no início da República o país assistia o desenvolvimento de teorias raciais que defendiam a miscigenação com o "branco" como solução para o desenvolvimento da nação. As ideias evolucionistas, como a eugenia, criada no século XIX por Francis Galton, ganhou força no Brasil ao se tornar a solução para os problemas do país com o fim da escravidão e uma imensa população de libertos despossuídos de terra, trabalho e cidadania que "ameaçavam" a tranquilidade da elite política e econômica. O Estado apoiara de maneira direta as ideias eugenistas, sendo a imigração de europeus para o país uma das medidas adotadas a fim de branquear a população e "civilizar" a nação.

> Numa sociedade fortemente hierarquizada como a brasileira, onde, dentro da perspectiva de hierarquia racial, o branco europeu era considerado como sendo "civilizado e superior", os indígenas e os negros como "selvagens, primitivos e inferiores" e os mestiços "degenerados", surgiram projetos de "salvação nacional" via o "melhoramento da raça", ou seja, a eugenia Não foi essa que criou a discriminação e o racismo, esses já existiam, mas ela, a partir de critérios pseudocientíficos, tornou-se um projeto político que previa a implantação de medidas excludentes e segregacionistas. (MACIEL,1999, p. 126).

É fato que a ideia de integrar os indígenas à sociedade, de torná-los cidadãos e inseridos no sistema colonial e imperial fez parte das políticas de controle e domínio sobre as terras dos povos originários, pois uma vez tidos como "misturados" à sociedade, eles deixavam de ser considerados indígenas pelas autoridades locais e passavam a ser

classificados a partir de designativos como caboclo. Nesta condição os povos indígenas perdiam seus direitos aos seus territórios originários, pois não eram considerados mais índios "de verdade". No Nordeste, como em outras regiões do Brasil, o discurso da mistura foi utilizado como estratégia a fim de alcançar as terras indígenas por parte de uma elite interessada em explorar economicamente aqueles territórios. Como afirma José Maurício Andion Arruti (1997):

> Finalmente, em 1850, entre outras transformações cruciais. **A "lei de terras" mandava incorporar as propriedades do Estado as terras das aldeias de índios que vivem dispersos e confundidos na mesma população civilizada** (grifo nosso). Vale ressaltar que, então, o argumento já não era apenas de caráter quantitativo (poucos índios em muitas terras), mas qualitativo, comportamental. Assim, as próprias as comissões criadas para percorrer os estados discriminando as terras públicas são incumbidas de verificar o quanto as populações dos aldeamentos indígenas ainda mantinham suas tradições e sua autonomia com relação ao mercado regional, ou seja, o seu grau de "mistura". (ARRUTI,1997, p. 220).

Um fator que também merece atenção é a questão de que a mistura foi responsável não só pela marginalização dos povos indígenas no Nordeste, mas também pela falta de interesse por parte dos órgãos indigenistas que priorizavam suas ações junto aos "índios puros", pois estes supostamente tinham e mantinham as características de um "índio tradicional" e pouca ou nenhuma atuação com os índios no Nordeste, por exemplo. Segundo João Pacheco de Oliveira (1998):

> O órgão indigenista, igualmente, sempre manifestou seu incômodo e hesitação em atuar junto aos "índios do nordeste", justamente por seu alto grau de incorporação na economia e na sociedade regionais. O padrão habitual de ação indigenista ocorria em situações de fronteira em Expansão, com povos indígenas que mantinham sob seu controle amplos espaços territoriais (ou, in-

> versamente, ameaçavam o controle das frentes sobre estes) e que possuíam uma cultura manifestamente diferente daquela dos não-índios. (OLIVEIRA, 1998, p.52).

Entretanto, o cenário começou a mudar na década de 1970 quando alguns povos indígenas do Nordeste começaram a reivindicar seu reconhecimento étnico e por direitos. Essa pressão dos movimentos indígenas fez com que os órgãos indigenistas e os pesquisadores voltassem o seu olhar para a região e, assim, os povos indígenas do Nordeste começaram a reivindicar demarcação de suas terras e passaram a ser alvo de interesse nos debates políticos e antropológicos sobre a temática indígena. Sobre isso, João Pacheco de Oliveira (1998) afirma que: "é a partir de fatos de natureza política — demandas quanto à terra e assistência formuladas ao órgão indigenista — que os atuais povos indígenas do Nordeste são colocados como objeto de atenção para os antropólogos sediados nas universidades da região." (OLIVEIRA, 1998, p.51). Desse interesse tem surgido pesquisas que tem buscado analisar, para além dos processos de emergências étnicas, as relações interétnicas dos indígenas "misturados" com outros grupos étnicos e sociais.

Nesse sentido, o escopo do presente trabalho, *Filha de indígena, mulher de quilombola: relações interétnicas no sertão do Piauí,* procura analisar a formação de um quilombo que teve suas origens nas relações entre indígenas e afrodescendentes. De modo específico, nosso objeto de análise é o quilombo conhecido como Ponta da Ilha, que fica no município de Uruçuí, sul do Piauí. As relações entre esses grupos são pensadas dentro de uma temporalidade de longa duração, uma vez que se trata de uma relação histórica de resistência, pois os dois grupos analisados foram e são sujeitos violentados pela ação colonial: os indígenas tiveram – e têm – suas terras roubadas, suas identidades negadas, paralisação de demarcações, racismo e com a violência e pressão do agronegócio e de projetos para mineração em seus territórios. No segundo polo deste trabalho, além das mortes incontáveis dia a dia, resultado de

um racismo arraigado às estruturas sociais brasileiras, a população negra vive também sob as consequências de um passado violento, iniciado com uma massiva desterritorialização destes povos, trazidos à força para o Brasil, e que, marginalizados após conquista de sua liberdade, sofrem as consequências de uma cidadania incompleta. Ambas as populações, marcadas por sangue e que ao se encontrarem formam um elemento simbólico de grande força contra as violências vividas, criam juntos uma relação ainda pouco estudada e compreendida por muitos pesquisadores. Desta maneira, ao analisar a formação de um quilombo com presença indígena, é preciso destacar que este evento não é raro e incomum, mas que é fruto de um processo histórico complexo, que conforma múltiplas identidades.

Utilizada como alicerce para esta pesquisa, o objeto de estudo parte da análise da entrevista feita com dona Maria da Conceição da Silva Barbosa, residente no quilombo Ponta da Ilha. Ela se considera filha de uma "mistura", indígena por parte de mãe e quilombola por tronco paterno. Além dessa ascendência "misturada", é casada com um homem negro quilombola. Analisamos os relatos e as memórias e os relatos de dona Maria para iniciar nossa compreensão sobre a formação do quilombo Ponta da Ilha e as complexas relações interétnicas formadas dentro e fora dele. Muitas destas memórias foram acionadas a partir da luta por direitos que, ao serem reivindicados, comunicam com um passado carregado de significados, ricos em discursos capazes de trazer à tona uma ou várias identidades perdidas ou apagadas por um conjunto de fatores violentos impostos a essas populações e que segundo Arruti (1997):

> Independente de "como de fato foi" no passado, os laços das comunidades atuais com grupos do passado precisam ser produzidos hoje, através da seleção e recriação de elementos da memória, de traços culturais que sirvam como os "sinais externos" reconhecidos pelos mediadores e o órgão que tem a autoridade de nomeação. (ARRUTI, 1997, p. 23)

O objeto de estudo desta pesquisa, o quilombo Ponta da Ilha, é uma prova da existência e resistência desses povos em relação a um passado violento e genocida e que as memórias de dona Maria da Conceição vêm para manter viva e atualizadas as lutas de seus antepassados.

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO QUILOMBO-INDÍGENA PONTA DA ILHA EM URUÇUÍ-PI

Ponta da Ilha é um quilombo[3] localizado no município de Uruçuí, no estado do Piauí, e tem cerca de 100 anos de história. Segundo dona Maria da Conceição, o quilombo foi fundado por um dos antepassados de seu marido e recebe este nome por conta de sua localização, uma ilha às margens do rio Paranaíba. É dentro desse território que estão agrupados indígenas e quilombolas que compartilham não somente o espaço, mas histórias, memórias e lutas. As famílias que residem no quilombo são oriundas da relação casamento entre indígenas e afro-descendentes, como afirma dona Maria da Conceição:

> Olha, a presença dos indígenas lá na nossa localidade é a minha mãe, **a minha mãe é indígena e se minha mãe é indígena nós também tem um pouquinho né?**! (grifo nosso) Então o meu marido é quilombola e eu sou quilombola e indígena por causa da minha mãe né, então a nossa relação é muito boa e tem mais gente casado com quilombola e indígena porque a nossa família é grande e todos são casados, e aí então quando não é a mulher indígena aí é quilombola, ai quando o homem não é quilombola é indígena cai continua nossa convivência, porque nossa família é

[3] O termo Quilombo, na acepção jurídica atual usada pelo Estado brasileiro, veio com a Promulgação da Constituição Federal de 1988, visando assegurar a propriedade definitiva às comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata. Fonte: Cartilha dos Direitos Quilombolas elaborada em janeiro de 2021 pela Defensoria Pública do Estado do Piauí. (2021, p.06)

> grande continua da geração a geração. (Maria da Conceição Silva Barbosa, entrevista feita em 24/03/2021).

A mãe de dona Maria se reconhece indígena, que segundo os relatos, foi "amansada"[4], casando-se, com um homem negro quilombola. Sobre seu pai ela acrescenta que "essa geração veio do meu avô porque o meu avô era um quilombola e meu pai certamente era quilombola né, aí veio casou com minha mãe aí nós estamos, nós somos quilombolas por causa do meu pai, de geração foi passando para geração, hoje tenho meus filhos, tenho meus netos e todo mundo é quilombola" (Maria da Conceição Silva Barbosa, 24/03/2021). Percebe-se ainda, que ela enfatiza em seus relatos a multiplicidade de identidades que forma sua família e aquele quilombo. De uma geração a outra, ou seja, ela afirma uma continuidade desse processo interétnico, uma vez que, dentro do quilombo existem outras famílias que também são formadas pela união de indígenas e quilombolas.

De maneira semelhante à Ponta da Ilha, no interior do município de Carnaubeira da Penha-PE, o quilombo-indígena Tiririca dos Crioulos também abriga na sua formação relações interétnicas formadas a partir de alianças entre indígenas Pankará e os negros Tiririca, relação que, segundo algumas versões dos próprios moradores do local, também se deu através de casamento. Segundo (MENDONÇA, 2013, p. 193) "Izaura é a negra que casou com o índio Manoel Miguel, o qual, na década de 1940, exerceu uma importante liderança religiosa e política na Tiririca, até sua morte em 1998. Esse casamento marco simbólico importante na atual

[4] Termo utilizado em diversas narrativas de violência contra as mulheres indígenas, "amansar" seria torná-las menos "braba" e mais "civilizada", através de uma série de hostilidades, entre elas o estupro e retirada de suas aldeias ou comunidades. Ver mais em: MACEDO, Helder Medeiros de. (2010), "Caboclas brabas: história indígena do Sertão do Seridó por meio das memórias de seus moradores". **Anais do X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: história e política.** Disponível em: http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270428143_ARQUIVO_textocompletodehelderalexandremedeirosdemacedoparaencontronacionaldehistoriaoral.pdf, consultado em 19/05/2021.

aliança Pankará e Tiririca.". Historicamente as relações entre indígenas e africanos e afrodescendentes se deram em contextos marcados pelas relações assimétricas com os agentes coloniais, sendo esses encontros estabelecidos por conflitos ou alianças. Seja nos aldeamentos ou nos quilombos, essa mistura entre índios e negros fez parte da formação social do Brasil, como nos informa Maria Regina Celestino Almeida (2008):

> Cabe reafirmar, portanto, o papel das aldeias como espaço de reconstrução identitária e de mestiçagem intensa, no qual diferentes grupos étnicos misturavam-se entre si e com vários outros grupos étnicos e sociais, que viviam e frequentavam as aldeias, apesar dos esforços dos jesuítas em mantê-los afastados. Dentro das aldeias coloniais e fora delas, os índios aldeados conviviam e se misturavam com negros, brancos pobres e mestiços. Além disso, as interações entre sertões, aldeias e cidades eram intensas como tem revelado trabalhos recentes. (ALMEIDA, 2008, p. 93).

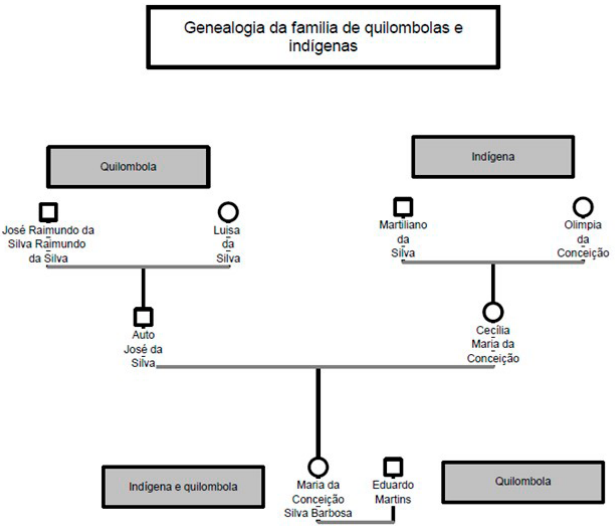
Assim, o quilombo-indígena Ponta da Ilha evidencia e agrupa esses muitos encontros históricos entre esses dois grupos socialmente marginalizados ao longo da história, mas que lutavam e lutam contra sua opressão. Ponta da Ilha também é capaz de mostrar que as interações entre indígenas e afrodescendentes vão além de uma mistura, mas que são grupos que se assumem duas identidades ao mesmo tempo, como afirma dona Maria da Conceição sobre ser filha de uma indígena e de um quilombola. "Hoje eu me sinto orgulhosa de ser indígena e quilombola porque é da minha mãe e do meu pai por isso que eu me sinto assim bem" (Maria da Conceição Silva Barbosa, 24/03/2021).

RELAÇÕES DE PARENTESCO DENTRO DO QUILOMBO-INDÍGENA PONTA DA ILHA

A seguir buscamos analisar as relações de parentesco que formaram o quilombo Ponta da Ilha a partir da genealogia de parte da família de dona Maria da Conceição. Nas relações de parentesco dentro da fa-

mília de dona Maria da Conceição é preciso destacar que seu marido, Eduardo Martins, é descendente de um dos primeiros moradores do quilombo Ponta da Ilha e que a presença indígena no quilombo se deu pelo encontro da mãe de dona Conceição, mulher indígena, com o seu pai, homem quilombola.

Figura 1: Relações de Parentesco dentro da família de Maria da Conceição Silva Barbosa.



Fonte: Autoria própria.

Ao analisar a árvore genealógica exposta acima, podemos perceber que a mistura ocorrida na família de dona Maria da Conceição, além de ser um fator histórico, foi repassada de geração a geração, sendo um processo ainda comum dentro da comunidade, já que membros da mesma família se casam entre si. O caso de Ponta da Ilha exemplifica uma relação histórica de relações entre negros e indígenas na formação social de comunidades, muitas delas que poderiam se identificar como indígenas ou quilombola, como é o caso aqui analisado. Esta pesquisa, ainda em desenvolvimento, chama a atenção por ser um objeto de estudo ainda pouco trabalhado pela historiografia, sobretudo a piauiense.

A historiografia piauiense reforçou por muito tempo que no estado não havia mais povos indígenas e que estes haviam sido exterminados no período colonial. Esta mesma produção ainda reforça o velho discurso colonial de que a mistura aqui foi tão intensa que chegou a um ponto de não haver mais "traços" indígenas no território piauiense, numa clara falta de entendimento do que é ser indígena. Contra essa "crônica da extinção" tem surgido alguns autores questionando essa narrativa da ausência de povos indígenas no Piauí.

> A história dos índios no Piauí vem sendo, ao longo dos anos, uma história do massacre. Certos da ideia de que os antigos povos nativos que habitavam o atual território piauiense foram dizimados, os poucos autores que se prestam até hoje a analisar a vida e, principalmente, a morte desses grupos, tem nos seus escritos um forte caráter de denúncia contra a extrema brutalidade com que foram "arrasados da região. (COSTA, 2011, p. 139-161).

Sob tais afirmações, feitas a partir de um olhar pouco atento às emergências étnicas, o Piauí foi o último estado a reconhecer a presença indígena no seu território, semelhante ao que ocorreu no Rio Grande do Norte.

> No Nordeste, e ainda mais no Rio Grande do Norte, a história foi primeiramente escrita externamente aos contextos acadêmicos e essencialmente, pelas elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos. Precisamos, então, desconfiar da versão proposta pela historiografia tradicional que, ao escrever os fatos, ocultou aspectos pouco gloriosos da história, chegando, por exemplo, a declarar a extinção total das populações autóctones ou subestimar o número de escravos. (CARVALHO; REESINK; CAVIGNAC, 2011, p.196)

Se a presença indígena para os historiadores no estado do Piauí já era narrada como um resquício de um passado colonial, as suas especificidades no caso das relações interétnicas eram algo improvável de se pensar. Deste modo, as relações interétnicas dentro do quilombo-

-indígena Ponta da Ilha vêm sustentar uma história que não foi contada pelos livros, pela academia e pelos historiadores da região: ela vem reafirmar a presença não somente de duas identidades étnicas que não se sobrepõe, mas sobretudo a reivindicação de seus direitos ligados à identidade de quilombola. Nesse sentido, embora a identidade indígena seja reconhecida como parte da formação daquela comunidade, não é por meio dela que juridicamente eles reivindicam a titulação de suas terras. Processo muito semelhante ocorre em todo o Nordeste, conforme afirma (CARVALHO, REESINK, CAVIGNAC, 2011, p. 203), "de fato, quando solicitadas, as pessoas contam suas histórias familiares, revelando uma rica tradição oral e um passado mestiço no sentido de haver vários segmentos étnicos em presença -, história geralmente ignorada pelos historiadores.".

QUILOMBO-INDÍGENA EXISTE, RESISTE E SOBREVIVE NO SERTÃO DO PIAUÍ

Somente a partir da constituição de 1988 os direitos das comunidades tradicionais foram garantidos e assegurados por lei, constando dentre esses direitos o acesso à terra e à sua regularização, a garantia à educação diferenciada, à saúde, ao trabalho e à cultura. A cartilha dos Direitos Quilombolas, produzida pela Defensoria Pública do Piauí (2021, p. 08)[5], informa que:

> Como Direitos Quilombolas, incluem-se o acesso à regularização fundiária, com a titulação da terra (Art. 68 dos Atos de Disposição Constitucional Transitória, da Constituição Federal de 1988), e o direito à educação diferenciada, da qual deve constar formação de conteúdo e prática pedagógica, além de limites ao fechamento das escolas Quilombolas (Lei de Diretrizes e Bases da Educação e

[5] Cartilha dos Direitos Quilombolas elaborada pela Defensoria Pública do Piauí, publicada em janeiro de 2021.

> Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, do Conselho nacional de Educação). Neles, inclui-se também o direito à saúde (Lei de Igualdade Racial), à cultura, ao trabalho e ao desenvolvimento (Convenção da Organização Internacional do Trabalho, nº 169).

Ainda conforme a Cartilha, existem no Brasil cerca de 6 mil quilombos, dos quais 3.386 são certificados, sendo a certificação do quilombo o primeiro passo para o processo de demarcação de terras e garantia dos direitos quilombolas. Somente 181 são titulados, o último passo e o mais importante para a efetivação desses direitos. O quilombo-indígena Ponta da Ilha, segundo dona Maria da Conceição, é reconhecido, ou seja, certificado pela Fundação Cultural Palmares, mas ainda não é titulado, o que precariza a situação dentro quilombo, pois os moradores convivem com falta de assistência médica, educacional, infraestrutura e demais políticas públicas. Sobre as lutas e as principais reinvindicações do quilombo-indígena, dona Maria da Conceição afirma:

> Sim, **sobre essa questão de lutar estamos todos juntos lutando para que possamos ter melhora na nossa comunidade, como por exemplo a demarcação da nossa terra** (Grifo nosso), a saúde, a educação, agente de saúde, estrada e enfim, nós tamo querendo nos tamo lutando para que nós possamos conseguir essas melhoria pra nós lá na nossa comunidade que nós tamo precisando disso, por isso que nós tamo lutando a cada dia, a cada momento, é que nós tamo querendo que aconteça isso na nossa comunidade. (Maria da Conceição Silva Barbosa, entrevista feita em 24/03/2021).

A titulação da terra é essencial para que as políticas públicas cheguem na comunidade. Ainda que um passo importante tenha sido dado para o reconhecimento do quilombo-indígena, existem muitos problemas para serem resolvidos dentro da comunidade, a exemplo da luta pela terra e pela permanência nela, luta compartilhada ao longo dos séculos pelas famílias de indígenas e quilombolas que lá residem há mais de 100 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as relações interétnicas dentro do quilombola-indígena Ponta da Ilha foi possível perceber a presença de múltiplas identidades acionadas pelas famílias, que recuperam em suas memórias suas ascendências indígenas e afrodescendentes. As relações de parentesco dentro do quilombola-indígena evidenciam uma aliança histórica que, embora não seja analisada como uma linha contínua do passado colonial até os dias atuais, nos informa sobre a reorganização dessas experiências das relações interétnicas em contextos contemporâneos. Tais relações, que por muito tempo foram ignoradas pelos pesquisadores, contudo, nos chama atenção a organização social dessa comunidade, marcada pela presença de indígenas e quilombolas.

Assim, as memórias de dona Maria da Conceição assumem nessa análise o fio condutor para pensarmos as multiplicidades de apropriação das identidades étnicas que conformam a formação das famílias em Ponta da Ilha. Isso fica muito evidente quando ela nos fala que é formada por uma mistura de identidades. Esta "mistura" entre indígenas e afrodescendentes fora, por muito tempo, vista como algo impuro, negativo, degenerado, dentro de uma política de branqueamento que se consolidou no país no final do século XIX e início do período republicano.

Em suma, as relações interétnicas entre indígenas e negros que se desencadearam ao longo da História mostram as diversas formas de resistência compartilhadas por esses grupos nos mais distintos contextos, como na formação dos quilombos. Embora ainda sejam recentes e poucos os trabalhos que buscam analisar as experiências divididas por esses sujeitos, seja no mundo colonial ou na contemporaneidade, já percebemos um esforço maior nesse sentido, como apontamos nessa breve análise.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret reflexões sobre relações interétnicas e mestiçagens. **Varia história**, v. 25, n. 41, p. 85-106, 2009.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos" remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.

ARRUTI, José Maurício Andion. Agenciamentos políticos da" mistura": identificação étnica e segmentação negro-indígena entre os Pankararu e os Xocó. **Estudos afro-asiáticos**, v. 23, n. 2, p. 00-00, 2001.

CAVINAC, Julie. índios, negros e caboclos: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: CARVALHO, Maria Rosário de; CAVIGNAC, Julie; REESINK, Edwin. (Org.). **Negros no mundo dos índios**: Imagens, reflexos, alteridades. Natal: Editora da UFRN, 2011.

COSTA, João Paulo Peixoto. "A farsa do extermínio": contribuições para uma nova história dos índios no Piauí. In: PINHEIRO, Áurea; GONÇALVES, Luís Jorge; CALADO, Manuel. (Org.). **Patrimônio arqueológico e cultura indígena.** Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2011, v. 1, p. 139-161.

OS PAIAKU DOS SERTÕES DO NORTE: TERRITÓRIOS SOCIAIS NAS CAPITANIAS DO CEARÁ GRANDE E RIO GRANDE DO NORTE (SÉCULO XVIII)

Ristephany Kelly da Silva Leite[1]

No território que hoje abriga o estado do Rio Grande do Norte, estavam presentes, no período da chegada dos europeus, os grupos *Potiguara*, que ocupavam toda a porção litorânea da capitania. Estes grupos foram descritos por cronistas e missionários, como Gabriel Soares de Souza e Frei Vicente do Salvador, e mantinham um contato mais intenso nos primeiros séculos de ocupação com os conquistadores portugueses. Já os grupos *tapuias*, por estarem na região mais afastada do litoral, embora viessem esporadicamente para as praias nos períodos de grande seca ou para a coleta de determinadas frutas (CRUZ, 2018), somente estabeleceram contato mais frequente com estes conquistadores quando eles decidiram ocupar o interior da capitania.

Há registros, apontados pelos escritores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, de dois grandes grupos que ocuparam o interior dessa capitania, os *Kariri* e os *Tarairiu*. No entanto, devemos fazer um adendo ao referenciar os *Tarairiu*. Sendo considerado um conjunto de grupos indígenas que circulavam intensamente pelos sertões do Norte cujo aprofundamento de descrições deve-

[1] Mestra em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9939858498437022

mos aos holandeses (APOLINÁRIO, 2009), pode constituir uma categoria genérica, tal qual *Tapuia*.

Os *Kariri*, que habitavam as regiões limítrofes entre as capitanias do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande, eram divididos em diversos subgrupos, com destaque para os Corema, Monxoró, Caicó, Caboré e Icó Pequeno (STUDART FILHO, 1965). Dentre os deslocamentos dos povos indígenas ordenados pela Coroa portuguesa para construção das missões e vilas no período colonial, diversos grupos aqui citados foram transferidos compulsoriamente. No termo de ereção dos novos estabelecimentos, o Juiz de Fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, autoridade responsável pelas elevações de parte das vilas de índios originadas das aldeias missionárias nas capitanias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, afirmou ter transferido os Icozinhos para o Apodi, onde se juntaram com os Caboré e "vários casais que residiam nas serras e fazendas dos sertões do Piancó e Assú"[2]. As transferências decorriam de possíveis conflitos entre os grupos étnicos que iriam ocupar as missões ou vilas, como no caso dos índios Pega que foram transferidos para Mipibu, por terem contendas com os grupos que iriam ocupar o sertão da capitania[3].

Sob a alcunha de *Tarairiu*, estavam espalhados nos sertões das Capitanias do Norte diversos subgrupos, estando listados entre os que habitavam o Rio Grande do Norte e o Ceará os Ariú, Janduí, Pega, Canindé, Panati, Genipapo, Caratiú e os Paiaku (LOPES, 2003; STUDART FILHO, 1965). Este último grupo, os Paiaku, foi aldeado na primeira metade do século XVIII. Parte deles foi aldeada na Missão do Apodi, desde 1700 e, em 1761 foi transferida para a Serra do Regente para formar a Vila de

[2] BNRJ. Manuscritos - I-12,03,035 - Livro de registro composto, principalmente, de cartas, portarias e mapas versando sobre vários assuntos relacionados com a administração de Pernambuco e das capitanias anexas tais como: índios, estabelecimento de vilas e aldeias. Recife: [s.n.], 1760-1762. 191 f. Nº 258 do Catálogo dos Manuscritos sobre Pernambuco.

[3] *Ibidem.*

Portalegre. Junto com eles, também foram transferidos os indígenas da Aldeia dos Paiacu, cujo nome advêm da predominância de pessoas dessa etnia naquele local. Este local também deveria ser elevado, mas foi transformada somente em lugar de Montemor o novo da América, por não possuir contingente populacional suficiente para constituir uma vila de índios[4]. No entanto, este último grupo empreendeu viagem de retorno ao lugar de Montemor após a formação da vila, mesmo o retorno sendo contrário às ordens régias (LEITE, 2020).

As distinções entre estes grupos foram expostas por Fátima Martins Lopes em sua dissertação de mestrado. A autora apontou que eles ocuparam diferentes porções do território da capitania do Rio Grande do Norte:

> A primeira distinção estaria na localização das áreas culturais de influência de cada família: os Tupis habitavam o litoral; os Tarairiú, a região "sublitorânea", que se expandia além do litoral, formando uma faixa muito irregular, e, ocupando nas regiões secas do Seridó e sertão, as ribeiras dos rios Jaguaribe, Apodi, Açu, Piranhas, Sabugi e Seridó. Em alguns trechos atingia o mar, como no Ceará e Piauí. Os Cariris viviam mais para o interior dos Estados do Nordeste, nas proximidades de rios permanentes com vales úmidos, como o do Rio São Francisco (LOPES, 2003, p. 275-276).

Outras diferenças importantes de serem apontadas são os dados linguísticos, que se diferenciam entre estes grupos, sendo a língua dos Kariri bastante estudada por dois frades capuchinhos, Luigi Vicenzo Mamiani e Frei Bernard de Nantes. O primeiro escreveu *Arte de Grammatica da Língua Brasilica da naçam Kiriri* e *Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasílica da Nação Kiriri,* em 1698, quando foi Superior na Aldeia do Geru, na Capitania de Sergipe. Estas duas obras foram pro-

[4] ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo (ANTT) - Capitanias do Brasil - Erário Régio. Livro 589. Livro 6º Composto das próprias despesas originais de mandados e Portarias do dinheiro que dispendeu e remeteu o tesoureiro geral Antônio Pinto – 1768.

duzidas para tentar sanar o problema que os padres encontravam por não dominar as línguas nativas. Uma ensinava as linhas gerais para a realização do catecismo entre os povos Kariri e a outra introduzia os padres na gramática Kariri (SANTOS, 2017)[5].

Já o Frei Bernard de Nantes escreveu *Catecismo da Língua Cariri*, que foi publicada em 1709. Nantes dirigiu-se à região do São Francisco em 1682 para missionar naquelas partes, onde teve contato com os povos Kariri. Ele aprendeu a língua Kariri para aprofundar sua atividade catequética, "fornecendo ainda aos outros religiosos elementos linguísticos indispensáveis para a prática missionária" (GABRIELLI, 2009, p. 52)[6]. A última diferença destacada é a prática do endocanibalismo entre os Tarairiú, que os diferenciou dos demais grupos.

TERRITÓRIOS SOCIAIS DOS PAIAKU

Os Paiaku, povos que se encontravam dispersos nas regiões limítrofes entre as capitanias do Rio Grande, Ceará e Paraíba, "habitavam predominantemente, a região compreendida entre o rio Jaguaribe e o Açu, alcançando o rio do Peixe, na Paraíba" (VICENTE, 2011, p. 33). A razão da ocupação de uma faixa territorial tão extensa, provavelmente reside nos deslocamentos sazonais que realizavam, ocasionados por questões climáticas e pelo cultivo de determinados gêneros alimentícios.

Assim como ocorreu com outros indígenas, "diferentes grupos, em situações variadas, foram associados ao etnônimo Paiaku, geralmente localizados próximos à lagoa do Apodi ou nas ribeiras do Jaguaribe" (CRUZ, 2018, p. 65). Por vezes, os relatos sobre os grupos indígenas do

[5] As duas obras foram publicadas pela Biblioteca Nacional de Lisboa – Portugal, estando uma delas, o Catecismo da doutrina cristã, disponível no site da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. O acesso à obra por ser realizado pelo seguinte link: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7696.

[6] O *Catecismo* de Nantes também está disponível na Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. Cf. digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4895.

período colonial são confusos, por englobar vários grupos étnicos em alcunhas genéricas, mas os registros sobre os Paiaku permitem, ainda, analisar um pouco dos costumes e práticas realizados por estes.

Alguns estudos têm sido desenvolvidos neste sentido, como o de Marcos Felipe Vicente, que, em sua dissertação de mestrado, analisou os Paiaku como principais personagens dos conflitos ocorridos na ribeira do rio Jaguaribe, no século XVII, "apresentando uma grande variedade de interesses e ações frente ao projeto colonizador" (VICENTE, 2011, p. 08). O mesmo autor realizou estudos sobre os grupos que ocupam na atualidade a região outrora ocupada pelos Paiaku. Nestes estudos, ele aponta os Caboclos de Guarany como descendentes dos Paiaku de Montemor o velho (VICENTE, 2010).

Além de fazer um levantamento sobre quais povos ocuparam a capitania do Ceará no período colonial, traduzido em mapa, Marcos Vicente aponta as principais características de distinção étnica dos Paiaku, como rituais da passagem da juventude para a vida adulta e o costume das mulheres manifestarem respeito e alegria por meio de gritos e lágrimas, que afirma ser um costume comum entre os tupi e diversos outros povos da América do sul (VICENTE, 2011), também encontrado entre os Paiaku.

Em *Tapuias e mestiços nas aldeias e sertões do Norte*, escrito por Carlos Henrique Alves Cruz, o autor fez uma análise sobre como os índios *tapuias* influenciam, através de suas ações e alianças, não somente reformulações interétnicas, mas também as fronteiras internas da América portuguesa, sobretudo nas ribeiras do Açu, Jaguaribe e Piancó, palco de intensos conflitos durante a Guerra do Açu (1680-1720) e de alguns dos primeiros aldeamentos nas capitanias do Norte. Nesta obra, o autor aponta que

> Desde 1671, os paiacus sofreram agressões dos colonos e seus aliados nativos, como os jaguaribara e os potiguar. Foram também contatados pelo missionário do hábito de São Pedro, João Leite de Aguiar, por volta do ano de 1691. Outras expedições militares

> foram realizadas contra os índios nas últimas décadas do século XVII. O mais famoso e controverso ataque ocorreu em agosto de 1699, quando sofreram "traição" comandada pelo mestre de campo Manoel Moraes Navarro, que, auxiliado por cento e trinta infantes e duzentos e cinquenta tapuias aliados, assassinou cerca de quatrocentos índios aldeados no Jaguaribe (CRUZ, 2018, p. 65).

O autor evidencia alianças e conflitos entre os diversos agentes sociais que viviam naqueles sertões, bem como reformulações de alianças, ao expor que os Paiaku se uniram aos conquistadores portugueses e, mesmo assim, sofreram ataques, colocando em xeque inclusive a orientação régia de somente se fazer guerra justa contra grupos indígenas que se opusessem à colonização. A Guerra Justa é um aparato jurídico que possibilitava declaração de guerra contra os nativos, desde que obedecesse às prerrogativas para seu estabelecimento, quais sejam, "1º - deve ser precedida de alguma ação injusta do inimigo; 2º - deve ser impelida com intenções boas; 3º - deve ser deliberada por alguma autoridade, seja a Igreja ou um príncipe" (SILVA, 2019, p. 08).

Obra escrita com propósitos distintos das citadas acima, pois pretende servir também como suporte didático para o Ensino de História dos grupos indígenas do interior do estado, o livro *Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos*, traz uma breve descrição dos Paiaku. Partilhando das indicações de lugares nos quais os Paiaku habitavam, o autor acrescenta que estes

> foram aldeados em diversos acampamentos, tais como Aldeia do Paiacu (Aquiraz-Ceará), Aldeia do Guajiru (estremoz-Rio Grande do Norte), Aldeia do Apodi (no córrego das missões, município de Apodí-Rio Grande do Norte) e na Missão de Nossa Senhora da Incarnação (antiga aldeia de Igramació, na ribeira do Cunhaú). A maior parte dos índios paiacu foram aldeados perto do vale do rio Jaguaribe-Ceará (Nossa Senhora da Anunciação) e na Chapada do Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte (SANTOS JÚNIOR, 2008, p. 20-21).

Os locais apontados pelo autor como aldeamentos que receberam os índios Paiaku não estão todos contidos dentro do território que eles habitavam antes dos contatos intensos e conflitos da Guerra do Açu, o que aponta deslocamentos realizados pela Coroa para composição das missões. Uma das possibilidades de justificativa para esses deslocamentos era evitar conflitos com outros povos que estivessem sendo aldeados naquele território. O Diretório Pombalino, legislação elaborada em 1757 para elevar as antigas missões religiosas do Estado do Grão-Pará e Maranhão a vilas e lugares de índios, e regulamentar a vida dos moradores deles, determinava que as vilas tinham que contar com um número mínimo de casais, por isso, muitos grupos indígenas foram realocados durante o período de ereção delas.

Como apontado, a área de ocupação dos Paiaku, antes dos deslocamentos, estendia-se do Açu ao Jaguaribe. No entanto, após os processos de territorialização do século XVIII, estes foram aldeados em diversos pontos das Capitanias do Rio Grande do Norte e do Ceará. Os grupos Paiaku abordados aqui, mais especificamente, foram aldeados entre a ribeira do rio Apodi e as margens do rio Choró, já próximo ao litoral do Ceará. Desta forma, acreditamos que a circulação destes Paiaku e local de constituição de seus territórios sociais, corresponda a esta faixa de terra.

Paul Little afirmou que para analisar o território de grupos tradicionais anterior à constituição de uma territorialização do Estado, "precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado" (LITTLE, 2005, p, 253-254), por isso, torna-se importante compreender como estes grupos estabeleceram suas territorialidades nos sertões que iam da ribeira do rio Apodi até o rio Choró. O autor afirma que é preciso também "abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios", sendo estes territórios resultantes da multiplicidade de expressões da territorialidade humana, entendida como "o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, contro-

lar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico", transformando-o assim em território social (LITTLE, 2005, p. 253-254). Desta forma, a análise dos grupos indígenas desse território e suas relações entre si e com os outros é fundamental para dar visibilidade aos seus territórios sociais.

Mesmo com territórios bem estabelecidos pela Coroa, estes grupos deslocavam-se naqueles sertões e circulando entre as capitanias, estabelecendo seus territórios sociais. No mapa abaixo, apresentamos a demarcação aproximada da área de circulação dos grupos Paiaku que transitavam entre o rio Apodi e o rio Choró, que se deslocaram tanto compulsoriamente, quando transferidos "à força pública" para Portalegre, quanto voluntariamente, quando retornam para o Lugar de Montemor.

Figura 1 - Mapa Representação (aproximada) do território social dos Paiaku na primeira metade do século XVIII

Fonte: Mapa elaborado por Adriel Felipe de Alcântara Silva (adriel.eu@gmail.com) baseado nos locais de estabelecimento das missões nas quais os Paiaku foram aldeados e da Vila de Portalegre.

Cabe salientar que apesar deste mapa demarcar uma grande área, ela não era ocupada somente pelos Paiaku que estavam em trânsito pelos sertões. Esta área foi ocupada por diversos povos indígenas que também estavam sendo aldeados ou que estavam circulando livres. Também cabe salientar que a marcação feita até proximamente o litoral, na ribeira do Apodi, corresponde à área de circulação destes povos durante os períodos de estiagem ou para a coleta de frutas (LOPES, 2003). Portanto, esta é uma aproximação da área em que os Paiaku circulavam. Sendo grupos distintos, foram aldeados em diferentes lugares e os que não quiseram viver sob o julgo colonial, ocuparam diferentes porções desse território.

Característica apontada nos trabalhos consultados é a resistência à expansão das fronteiras do Império ultramarino português. Valdelice Girão, historiadora vinculada ao Instituto do Ceará, apontou que os Paiaku eram "valentes, entraram em conflitos com os homens do além-mar desde as primeiras investidas portuguesas, mantendo-se também arredios ao convívio dos holandeses que aqui dominaram" (GIRÃO, 1991, p. 161). Não conseguimos alcançar documentos que nos comprovem a resistência dos Paiaku ao domínio holandês, no entanto, eles são postos como os mais bárbaros, junto com os Pega, pelas autoridades portuguesas no momento da transferência para a Serra do Regente[7]. Também podemos respaldar a resistência à ocupação portuguesa por sua participação nos conflitos decorrentes da Guerra do Açu (LEITE, 2020). No entanto, a construção da imagem de índio Paiaku bárbaro pode ter sido útil para os conquistadores, à medida que permitia que eles declarassem guerra justa, já que os índios estariam propícios a se rebelar.

Mas precisamos relembrar que, assim como apontou Marcos Galindo, as alianças introdutórias forjadas entre conquistadores e indígenas, foram essenciais para o estabelecimento das fazendas de gado

[7] Arquivo Histórico Ultramarino-Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx. 96, Doc. 7565. 31/08/1761.

no interior (LIMA, 2004). Portanto, permite-nos conjecturar a possibilidade dessas relações serem estabelecidas com diversos grupos Paiaku, enfatizando mais uma vez a pluralidade de agentes que eram postos em uma única alcunha. Também nos faz refletir sobre a possibilidade das alianças e interesses desses agentes históricos alternarem-se. Assim, percebemos que os Paiaku poderiam estar integrando-se ao jogo colonial de interesses, formando, eles também, amizades e inimizades a partir de seus convívios e interações.

A BELICOSIDADE DOS PAIAKU

Estes índios foram "destacados por diversos historiadores como um dos mais hostis da região e constante infortúnio à ocupação da capitania do Ceará" (VICENTE, 2011, p. 16). Este discurso provavelmente se deve aos conflitos impetrados aos mesmos durante a chamada Guerra dos Bárbaros e também ao ataque que alguns grupos indígenas, incluindo os Paiaku, fizeram à Vila de Aquiraz no século XVIII. No entanto, nesse mesmo conflito, um outro grupo de Paiaku acolheu os moradores que estavam sendo atacados (STUDART FILHO, 1965), mostrando que apesar de parte dos índios Paiaku terem apresentado dificuldades ao estabelecimento colonial, estes eram múltiplos e agiram de maneira diferente aos eventos dos quais participaram.

No livro escrito por José Jácome Barreto e patrocinado pela Prefeitura Municipal de Portalegre, atual município do estado do Rio Grande do Norte, o autor aponta-os como um dos motivos do retardo do desenvolvimento da cidade, colocando que a presença do elemento indígena no território da cidade de Portalegre estabelecia distúrbios e provocava "dificuldades por força da própria formação hostil e do comportamento guerreiro, nômade ocioso e agressivo da raça selvícola" (BARRETO, s/d, p. 17). É preciso situar esta passagem na escrita da história dos índios no que atualmente chamamos de Nordeste brasileiro, pois se trata de uma obra escrita por um memorialista, que escreveu mais dois livros sobre

municípios do Rio Grande do Norte e, portanto, não carrega uma discussão acadêmica sobre a importância destas comunidades originárias e a riqueza de suas culturas, bem como do impacto que o contato entre índios e europeus exerceu no cotidiano e na visão de mundo destes. No entanto, nos mostra a visão que os escritos anteriores às produções acadêmicas mais recentes propagavam.

O fato é que os Paiaku foram "considerados sempre muito belicosos, eram guerreiros valiosos aos lusitanos em suas campanhas de extermínio aos 'índios bravos', e a região por eles ocupada, ponto estratégico na criação e passagem das boiadas sertanejas" (CRUZ, 2018, p. 141), por isso houve tentativas de paz e aliança com estes grupos, mesmo que depois elas viessem a ser infringidas pelos próprios agentes da Coroa na América portuguesa, como no caso que ficou conhecido como Massacre do Jaguaribe (CRUZ, 2018; PUNTONI, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos destacar aqui, novamente, que estas definições étnicas, muitas vezes, nascem no momento do contato, na necessidade de definição do que é o outro e do que esta alteridade representa. Desta forma, aponta-se estas definições dos grupos Paiaku e suas principais características, mas sem perder de vista que estas identidades estavam, a todo momento, reformulando-se, por meio de alianças estabelecidas, cisões dentro dos grupos étnicos, ou mesmo sua divisão em famílias, formando assim uma gama complexa e extensa de grupos e relações estabelecidas entre eles. Como apontou John Monteiro:

> O processo inicial de invenção de um Brasil indígena envolveu a criação de um amplo repertório de nomes étnicos e de categorias sociais que buscava classificar e tornar compreensível o rico caleidoscópio de línguas e culturas antes desconhecidas pelos europeus. Mais do que isso, o quadro produzido passou a condicionar as próprias relações políticas entre europeus e nativos,

> não apenas na medida em que fornecia a base para a elaboração de uma legislação indigenista, mas também porque esboçava um conjunto de representações e de expectativas sobre as quais se pautavam estas relações (MONTEIRO, 2001, p. 24).

Desta forma, apesar de estes etnônimos não representarem a complexidade étnica dos habitantes dos sertões da capitania do Rio Grande do Norte e do Ceará Grande, é importante apontá-los para que possamos compreender quais as relações estabelecidas entre eles e, após o contato, quais as políticas adotadas pela Coroa para cada um deles, quais os acordos realizados, mas principalmente como as relações desencadearam-se a partir dos conflitos ou alianças.

Paul Little afirmou que "a renovação da teoria de territorialidade na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos" (LITLLE, 2005, p. 253). Desta forma, tanto os grupos indígenas, na tentativa de manter seus territórios originários, quanto a Coroa portuguesa, empregando formas de controle do território, atuam visando a ocupação e afirmação de um controle ou domínio sobre o território que, no momento do contato, geralmente estava em disputa. É nos sertões, território de intensa disputa no século XVIII, que percebemos estas constantes interações entre os diferentes grupos étnicos que o habitavam e onde podemos vislumbrar as múltiplas agências indígenas, aqui apontadas brevemente.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino-Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx. 96, Doc. 7565. OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco] Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as diligências para reduzir as vinte e três aldeis feitas pelo juiz de fora, Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, e apreender os principais líderes das perturbações no Rio Grande. 31/08/1761.

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo (ANTT) - Capitanias do Brasil - Erário Régio. Livro 589. Livro 6º Composto das próprias despesas originais de mandados e Portarias do dinheiro que dispendeu e remeteu o tesoureiro geral Antônio Pinto – 1768

BNRJ. Manuscritos - I-12,03,035 - Livro de registro composto, principalmente, de cartas, portarias e mapas versando sobre vários assuntos relacionados com a administração de Pernambuco e das capitanias anexas tais como: índios, estabelecimento de vilas e aldeias. Recife: [s.n.], 1760-1762. 191 f. Nº 258 do Catálogo dos Manuscritos sobre Pernambuco.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Ações multifacetadas dos Tarairiu nos sertões das capitanias do Norte entre os séculos XVI e XVIII. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

BARRETO, José Jacome. **Portalegre, origem e contemporaneidade**. Portalegre: Prefeitura Municipal de Portalegre, [s.d.].

CRUZ, Carlos Henrique Alves. **Tapuias e mestiços nas aldeias e sertões do Norte**: conflitos, contatos e práticas" religiosas" nas fronteiras coloniais (1680-1761). Tese (doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2018.

GABRIELLI, Cassiana Maria Mingotte. **Capuchinhos Bretões no Estado do Brasil**: estratégias políticas e missionárias (1642-1702). Dissertação (mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Os índios Paiacu: primeiros habitantes de Pacajus. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo CV, 1991.

LEITE, Ristephany Kelly da Silva**. O regresso dos Paiaku**: deslocamentos e agências indígenas entre as Capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará (1700-1768). 2020. 152f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

LIMA, Marcos Galindo. **O Governo das Almas**: a expansão colonial no país dos Tapuia (1651-1798). Tese (doutorado) – Universidade de Leiden, Holanda, 2004.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 2003, p. 251-290, 2005.

LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Livre Docência em área de Etnologia, subárea História Indígena e do Indigenismo), IFCH-UNICAMP, Campinas, 2001.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720. São Paulo: Hucitec; Editora da USP – Fapesp, 2002.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenas. **"Trato da perpétua tormenta"**: a conversão nos sertões de dentro e os escritos de Luigi Vicenzo Mamiani della Rovere sobre os Kiriri (1666-1699). Tese (doutorado em História) – Faculdade em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. **Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte**: antepassados esquecidos. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2008.

SILVA, Victor André Costa da. Guerras justas na capitania do Rio Grande: Guerra dos Bárbaros e desterritorialização. In: **Revista Eletrônica História em Reflexão** (REHR-UFGD). ISSN: 1981-2434. V. 13, nº 25. Jan./Jun. 2019.

STUDART FILHO, Calos. **Aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1965.

VICENTE, Marcos Felipe. **Entre São Francisco Xavier e a Madre de Deus**: a etnia Paiaku nas fronteiras da colonização. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2011.

VICENTE, Marcos Felipe. Poder, memória e identidade: conflitos na vila de Guarany-CE nas primeiras décadas do século XX. **Embornal**: revista eletrônica da ANPUH-CE, v. 1, nº. 1, 2010

"ENTRE AS MÃOS FRIAS DA MORTE": A "GRANDE SECA", A EPIDEMIA E A FOME NAS CAPITANIAS DO NORTE (1790-1793)

Jeferson dos Santos Mendes[1]

O presente trabalho busca analisar a ação dos administradores coloniais durante a chamada "grande seca" nas capitanias do Norte. Durante os anos de 1790-1793, a Capitania de Pernambuco e as capitanias anexas/subordinadas – Rio Grande, Paraíba e Ceará – sofreram com a seca, a epidemia e a fome que assolaram toda a região. As ações do governador-geral da capitania principal e dos capitães-mores das capitanias menores, além dos agentes camarários são o foco do trabalho. Atores obrigados a moldar suas ações individuais, escolhas e decisões, num contexto de falta de recursos e em paralelo às reações de outros atores nesse "universo de possíveis" (ROSENTAL, 1998, p. 159). Para a pesquisa, utilizaremos como fontes documentais as cartas do governador de Pernambuco e dos capitães-mores das capitanias anexas, além da documentação referente as capitanias de Pernambuco, Rio Grande, Paraíba e Ceará depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino e disponibilizadas pelo Projeto Resgate, os termos de vereação das Câmaras municipais, relatórios, escritos e memórias de viajantes e administradores coloniais.

[1] Doutor em História pela Universidade de Lisboa. Bolsista de pós-doutorado PDPG/CAPES vinculado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amapá.

Durante o período da grande seca a capitania de Pernambuco era governada por Tomás José de Mello[2]. Já as capitanias anexas ou subordinadas – Rio Grande, Paraíba e Ceará, eram governadas pelos capitães-mores, respectivamente, Caetano da Silva Sanches[3], Jerônimo José de Melo e Castro e Luís da Motta Feo e Torres. Caetano da Silva Sanches fora nomeado governador interino justamente no ano da grande seca. Luís da Motta foi nomeado um ano antes e Jerônimo José ocupava o cargo de capitão-mor desde 1764.

Se a seca é um elemento constitutivo da caracterização do nordeste atual do Brasil (BONATO, 2018, p. 344), a descrição dela remonta ao período colonial. A "grande seca" nas capitanias do Norte foi retratada por viajantes e pelas autoridades coloniais. O padre Joaquim José Pereira, por exemplo, realizou diversas viagens pelos atuais estados do Piauí, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte. Das suas memórias sobre a passagem pela Ribeira do Apodi, sob as ordens do secretário de estado dos negócios do Reino e do Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, nos anos de 1792 e 1793, resultou a Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody... Já, o viajante inglês Henry Koster, passou pelas capitanias de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande no início do século XIX. Suas memórias foram publicadas no livro *Viagens ao nordeste do Brasil*, com riquíssimos detalhes sobre a região. Tomás José de Melo, governador da capitania de Pernambuco e os capitães-mores das capitanias anexas, além dos oficiais camarários, também retrataram em cartas, correspondências e vereações as consequências da seca.

---

2 No cargo desde 1787, o governador provinha da alta fidalguia portuguesa. Descendente dos marqueses de Alegrete, fazia parte da primeira nobreza de corte (MONTEIRO; CUNHA, 2005, p. 224). Iniciou muito cedo na carreira militar, aos 13 anos assentou praça de soldado. Em 1761, passou ao posto de guarda-marinha, o primeiro de sua classe. Serviu na Índia, participou do ataque a praça de Argel e em 11 de agosto de 1786 foi nomeado governador e capitão-general da capitania de Pernambuco, tomando posse em 11 de dezembro de 1787, permanecendo até 1798, quando foi afastado do cargo para ser julgado nos tribunais do Reino (DIAS, 2019).

3 Sobre a trajetória do capitão-mor governador da capitania do Rio Grande do Norte, ver (MENDES, 2021).

CAPITANIA DO RIO GRANDE

Durante a grande seca a capitania do Rio Grande era governada pelo capitão-mor governador Caetano da Silva Sanches. Recém nomeado interinamente ao cargo, vai expressar logo na sua primeira carta ao secretário Martinho de Melo e Castro as condições encontradas na capitania do Rio Grande e as dificuldades encontradas para manter as determinações e ações com a difícil relação com as autoridades coloniais, principalmente com o ouvidor da Paraíba, Antônio Soares de Brederode. Mesmo atuando quase sem governabilidade vai ser o governador a atuar mais próximo dos desejos camarários.

Phelippe Guerra e Theophilo Guerra, ao falarem sobre a seca na capitania, destacaram que "pode-se dizer que nada há no Rio Grande do Norte sobre secas" e "tem merecido pouca atenção" (s/d, p. 237). Uma das memórias a tratar da "grande seca" na Ribeira do Apodi foi escrita pelo padre Joaquim José Pereira. Foi escrita em 1798 – período em que o secretário de Estado, D. Rodrigo de Souza Coutinho recebia diversos pedidos das câmaras e dos governadores das capitanias do Rio Grande, Paraíba e Ceará, de desanexação da capitania de Pernambuco. Em sua memória o padre inicia sua observação do período de 1792 e de 1793 com as causas da calamidade que viveu a região:

> A investigação desta carta temporária nasceu de uma atenta e escrupulosa observação feita a meditada sobre a estação dos anos de 1792 e de 1793, nos quais a cada passo se esperava a morte. Ela devastou, pelo excesso a que chegou, e despovoou os sertões por falta das chuvas, que se esperavam do céu, de que resultaram tristíssimas consequências e desgraçados fins.
> A geral penúria que houve de viveres e mais mantimentos, causou uma excessiva fome, sem recurso algum mais do que a tudo quanto se encontrava pelos campos, e que podia encher os estômagos famintos: calamidade esta que assolou os povos daquele continente, e que como bloqueados de um assédio, em que estavam constituídos, suportavam com gemidos e lágrimas o de-

> samparo da sua infeliz situação, em que os pôs era o céu naquele castigo; onde lhes pareciam estar abandonados do mesmo céu e da mesma terra (PEREIRA, 1798, p. 175 e 179).

Tal estado de penúria relatado pelo padre, também foi descrito pelos homens bons da Câmara, em 21 de janeiro de 1792. Na vereação, os camarários "acordarão" em "notificar todos os pescadores da redinha para venderem este povo todo o peixe que pescassem [...] pela grande fome que há nesta cidade por causa da grande seca" (TERMO DE VEREAÇÃO, 1748-1803, p. 168). Ao analisar a atuação da Câmara do Rio de Janeiro, Fernanda Bicalho ressalta que as câmaras municipais ultramarinas eram órgãos fundamentais de representação dos interesses das demandas dos colonos (BICALHO, 1998). Com autonomia, tais conselhos municipais, lembra Russell-Wood, eram mais poderosos que seus equivalentes da América espanhola. Governadores e vice-reis que os negligenciavam incorriam em "risco próprio" de "pessoas influentes na colônia" com "linha direta de comunicação com a corte, e cujas reclamações poderiam facilmente ganhar os ouvidos de um ministro poderoso ou do próprio rei". Em caso de "malogro de um governador em negociar ou acomodar interesses locais poderia provocar uma repreensão régia ou levar à sua destituição" (1998).

Há preocupação camarária, presente também na primeira correspondência do capitão-mor governador interino com a coroa lusitana. Caetano da Silva Sanches, na primeira carta ao secretário Martinho de Melo e Castro, expôs as primeiras impressões da capitania e seus limites governativos. Os problemas de enfermidades que passavam os moradores, desde epidemia de bexigas, escassez de carne, farinha, peixe, além da falta de militares e armamentos para os corpos de infantaria da capitania. A "pequena cid^{e} e suas vizinhanças" escreveu Caetano, estavam "no deplorável estado de maior compaixão, com uma epidemia de bexigas q tem morto mt^{a} gente". Em seu relatório, o capitão-mor governador interino destacou que chegavam morrer de duas a três pessoas por dia na capitania (AHU_ACL_015, Cx. 8, D. 483).

Por outro lado, a preocupação do governador foi reconhecida pelos oficiais camarários em correspondência direta com a rainha. "Atestamos", escreveram os oficiais, "que o governador desta capitania Caetano da Silva Sanches interessando se com desvelo no bem deste povo, ao qual no tempo de sua posse achou oprimido com peste e fome". O governador "tem feito conduzir de remotas partes aonde não chega o poder desta Câmara o preciso mantimento de farinha, fazendo distribuir sem preferência de rico a pobre [...] atendendo também a grande falta de carne" (AHU_ACL_015, Cx. 8, D. 483).

A seca prejudicou de tal forma a produção interna da capitania que os *homens bons* da Câmara, na representação enviada ao Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, informaram que a capitania exportava todos os anos "seis mil bois, e antes da seca de 1790 a 1793 certame iam quinze, dezesseis mil bois por ano". Lembravam da dificuldade de "atravessar inóspitos sertões, tão trabalhosos de viajar em tempos de seca por estarem áridos e faltos de água, como insuportáveis de passar com tempo de inundações" pois havia "a cada inst.ᵉ um perigo iminente de vida" (AHU_ACL_015, Cx. 8, D. 514). Desse modo, buscavam, no final do século XVIII, a mesma concessão dada as capitanias do Ceará e da Paraíba, a desanexação da capitania de Pernambuco, que só aconteceu em 1817.

CAPITANIA DO CEARÁ

À frente da capitania do Ceará estava o capitão-mor Luís da Motta Feo e Torres, militar de carreira, que permaneceu como governador do Ceará Grande entre 1790 a 1797. Durante a seca enviou diversas cartas e relatórios ao secretário Martinho de Melo e Castro. Nelas detalhou como a seca provocou a dizimação do gado, forçou as migrações e prejudicou a economia da capitania (OLIVEIRA, 2018, p. 42-43). Na primeira carta a Martinho de Melo e Castro, Luís da Motta expõe a destruição provocada pela seca na capitania:

> [...] nunca vista seca, que tem devastado esta Capitania com a perda de inumeráveis gados de toda a sorte, destruição de lavouras tanto de mandioca, como de algodão, em razão de que se tem visto uma grande parte destes povos na precisão de emigrarem de umas terras para outras, encontrando em toda a parte a mais dura fome de que além dos irracionais tem sido vítima os racionais, tornando por este modo inúteis todos os desvelos com que eu havia promovido a agricultura com a satisfação de a ver em um grau de perfeição maior do que aqui jamais havia tido (AHU_CU_Ceará/Avulsos. Caixa 12. Doc. 687).

O senador Joaquim Catunda, ao escrever sobre a grande seca na capitania do Ceará, no século XIX, lembra que "flagelou a Capitania por quase quatro anos". Transcorreu com sucessivos períodos escassos de chuvas nos anos de 1790 e 1791 e nenhuma em 1792. No último, "as águas desapareceram completamente" da capitania. A seca foi tão rigorosa no Ceará que, segundo ele:

> Morreram os gados, os vaqueiros, muitos fazendeiros e os animais domésticos e bravios. As estradas juncadas de cadáveres, famílias inteiras mortas de fome e sede, e envolvida no pó dos campos; o interior deserto; a população esfaimada e dizimada pela peste nos povoados do litoral, atulhadas de retirantes as Capitanias vizinhas, esmolando uns; furtando outros, trabalhando pouco.
> [...] que na ribeira do Acaraú, algumas senhoras ainda mesmo abastadas, dando a luz nesse ano, se virão obrigadas a manter-se com alimentação de jacús, mel de abelha e carne de veado, na ausência absoluta de cereais, galinha e outras carnes tragáveis. Diversos fazendeiros perderam todos os seus gados, outros três partes destes. A população menos favorecida, sem auxilio do governo que, então, não tinha meios de proporcionar-lhe socorro, dispersara-se, procurando, parte a Ibiapaba e parte a margem do Parnaíba (*Apud*., ALVES, s/d, p. 61).

Nessas condições, Tomás José de Mello atendeu aos pedidos do governador do Ceará. Feo Torres pedia para suavizar a "consternação dos

moradores da Ribeira do Acaracu e vila do Sobral" devido a mortandade dos gados e expansão das epidemias, com o envio de "médicos, cirurgiões, boticário com botica e sangradores" (RIHGC, p. 15). O pároco de Sobral, Bazílio Francisco dos Santos calcula que entre 1º de janeiro de 1791 até 30 de novembro do mesmo ano, 473 pessoas morreram (*Apud*., RIHGC, p. 23). O governador aguardava, ainda, por serem minguados os recursos, um barco vindo do Maranhão com "farinha, arroz e mais legumes", tendo, finalmente, "conseguido este socorro" (STUDART, 2004, p. 422).

Com a perda de inúmeras cabeças de gado e a destruição das lavouras, tanto de mandioca como de algodão, muitos moradores da capitania migraram para outras regiões. Acontece que acabavam "encontrando em toda parte a dura fome". Na capitania, assim como nas outras capitanias anexas, a seca afetou os negócios, principalmente do contrato das carnes. Os arrematantes da vila de Fortaleza chegaram a pedir diretamente à rainha a prorrogação para o pagamento da dívida do contrato (AHU_CU_Ceará/Avulsos. Caixa 12. Doc. 696).

Nas pequenas povoações "onde não chegavam o poder da Câmara" os estragos foram maiores. As que possuíam um número mais significativo de habitantes, a exemplo de Aracati e Fortaleza, a mortalidade foi significativa. A memória do vereador de Aracati, Manuel Esteves de Almeida, lembra que chegaram morrer 600 pessoas ou mais. E, "no ano de 1793, foi tal a epidemia das bexigas, que quase consome todos os povos, de sorte que houve dia que se enterravam 8 e 9 pessoas" (RIHGC, ano I, 1887, 2º e 3º Trimestre). Relato semelhante presente na obra *Corografia brasílica*, de Aires de Casal lembra que a seca "fez perecer todos os animais domésticos e muita gente a míngua; o mel foi por muito tempo o único alimento e também a causa de várias epidemias, que varreram muitas mil pessoas por toda a província" ([1817], 1945).

CAPITANIA DA PARAÍBA

A capitania da Paraíba estava a cargo do coronel Jerônimo José de Melo e Castro, que dentre os governadores foi o que mais sofreu os desmandos do cargo. Assim como os capitães-mores do Ceará e do Rio Grande, também estava subordinado a capitania de Pernambuco. Ao contrário dos outros capitães, vai envolver-se em disputas de jurisdição e rivalidades com o governador Tomás José de Mello, com as elites locais da capitania e com o ouvidor geral da Paraíba, Soares de Brederode (CHAVES JÚNIOR, 2013; PAIVA, 2012).

A 21 de abril de 1792, Jerônimo José de Melo em carta ao secretário Martinho de Melo e Castro falou da seca e de suas ações. Para o governador, a "seca universal na capitania de Pernambuco e nesta [Paraíba], tem posto em tal consternação os povos na falta de farinha e mais legumes", que faltavam para as tropas e ocasionavam a "pobreza dos povos". Para aliviar a falta de farinha, mandou "repartir a farinha com uma proporcionada economia" (AHU_ACL_CU_014, Cx. 31, D. 2258). Fato que gerou um conflito com os negociantes da capitania.

As ações do governador foram duramente criticadas pelos camarários. Em 13 de junho de 1793, os oficiais da Câmara da Paraíba enviaram uma representação à rainha dos procedimentos adotados pelo governador durante a seca que assolou a capitania. Queixavam-se da falta de erva, água e alimentos para os animais. "A nossa infelicidade ou melhor duramos o nosso merecido castigo nos fins do ano de 1791" escreveram eles (AHU_ACL_CU_014, Cx. 31, D. 2286). No dia 26 do mesmo mês os camarários reforçaram as queixas, em um longo documento, sobre as "sucessivas secas dos anos de 91, 92, 93", e como ela destruiu plantações, provocou epidemias e fome entre a população. E, ainda, resultou em grande mortandade:

> [...] o senado da Câmara desta Cid.ᵉ da Paraíba ir dobrar o joelho diante do seu real trono, sim esta Câmara como cabeça, e primei-

> ro móvel desta República, que assim como deve decidir e se terminar o bem público, assim também deve ser interprete, amo dela, ore suplique, clame a favor dos povos, quando estes se acham perseguidos, atenuados e reduzidos ao estado mais lamentável, como presentem.ᵉ sucede. Esta capitania que sempre respirou livre, não só pelas produções da sua fertilid.ᵉ, senão também pelos víveres, que nela introduzia a negociação, tem chegado ao ponto da maior penúria e decadência, pelas sucessivas secas de 1791, 92, 93 em que estamos [...] entraram os povos a entreter as vidas com ervas e raízes de paus que mais serviam de veneno, que de antídoto, não se ouvem pelas ruas mais que suspiros, gemidos e clamores. Aqui se vê um caído, ali um desfalecido, pálidos, languidos, quase mortos e desordenado tropel dos pobres doentes e aflitos, tem feito na verdade essa época mais funestam a ela temos a mortandade nos indivíduos tem sido azas mente numerosa e para abranger os defuntos, que cada dia falecem, é preciso que em uma sepultura se enterrem três, quatro e mais corpos juntos (AHU_ACL_CU_014, Cx. 31, D. 2287).

Jerônimo de Melo e Castro, dentre os capitães-mores, foi o que mais sofreu os desmandos do cargo. A subordinação da capitania, bem como a sujeição às elites coloniais e camarárias dificultaram sua atuação no comando da administração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou analisar o período da chamada "grande seca" (1791-1793), ocorrida nas capitanias do Norte da América portuguesa. De forma mais específica, centramos nossa atenção nas capitanias do Norte, desde a capitania de Pernambuco e suas anexas, respectivamente, Rio Grande, Ceará e Paraíba. Buscamos relacionar, mesmo reconhecendo a necessidade de aprofundamento das análises, as ações dos capitães-mores e das Câmaras municipais, que ora estavam de acordo com os capitães-mores, ora em desacordo.

É importante ressaltar que a presente pesquisa encontra-se em fase inicial de análise, tanto historiográfica, quando documental. Entretanto, mesmo inicialmente, apresentamos diferentes fontes documentais, desde memórias de viajantes que passaram pelas capitanias, cartas e ofícios dos governadores, além dos Termos de Vereação da Câmara do Natal. Buscamos demonstrar os problemas advindos da grande seca, tanto econômicos, bem como de saúde dos habitantes das capitanias anexas a Pernambuco.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania do Rio Grande do Norte.

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania de Pernambuco.

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania do Ceará.

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania da Paraíba.

D'ALMEIDA, Manoel Esteves. Registro de Memórias. *Revista do Instituto do Ceará*. Anno I, 1887.

D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. Memoria Chronologica, Historica e Corographica da província do Piauhy. *RIHGB*. Tomo XX. 1857. Vol. 20. Rio de Janeiro: Kraus Reprint, 1973, p. 5-164.

PEREIRA, Padre Joaquim José Pereira. Memoria que contém a descripção problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de S. Luiz do Maranhão, que igualmente diz respeito ao numero das freguezias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida, e consagrada ao Ilmo e Exmo Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, conselheiro, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha, e domínios ultramarinos. Ano 1798. *RIHGB*. Tomo XX. 1857. Vol. 20. Rio de Janeiro: Kraus Reprint, 1973, p. 165-169.

Termos de Vereação, 1748-1803.

REFERÊNCIAS

ALVES, Joaquim. **História das Secas (séculos XVII-XIX)**. Edição Fac-Símilar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2013.

BICALHO, Maria Fernanda B. "As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro". In: **Revista Brasileira de História**, vol. 18, no 36. São Paulo: ANPUH / FAPESP / Humanitas, 1998.

BONATO, Tiago. "A cada passo se esperava a morte": o fenômeno da seca no sertão da América Portuguesa. **MÉTIS**: história & cultura – v. 17, n. 33, p. 343-353, jan/jun. 2018.

CASAL, Aires de. **Corografia Brasílica**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [1817] 1945.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. **"As duras cadeiras de hum governo subordinado"**: história, elites e governabilidade na capitania da Paraíba (1755-1799). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DIAS, Érika Simone de Almeida C. Dias. O que é justo? "dar a cada um o que é seu". Tramas jurídicas no final do século XVIII Pernambuco. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 36, n. 70, p. 91-118, jan/abr 2020.

DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais:** capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821). 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Pós-graduação em História), Natal, 2011.

GUERRA, Phelippe; GUERRA, Theophilo. **Secas e contra a seca**: Rio Grande do Norte. Acervo Oswaldo Lamartine de Faria, s/d.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1942.

MENDES, Jeferson dos Santos. **Diabólica política***:* a trajetória de Caetano da Silva Sanches, capitão-mor governador da capitania do Rio Grande do Norte. Passo Fundo: Acervus, 2021.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs). **Optima Pars**: Elites Ibero-Americanas no Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005.

OLIVEIRA, Antônio José Alves de. **"Para vir a ser mais florente de toda a América Portuguesa":** leituras do mundo natural, geografias coloniais e projeções nos sertões – Capitania do Ceará Grande (1760-1799). Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

PAIVA, Yamê Galdino de. **Vivendo à sobra das leis**: Antônio Soares Brederode entre a justiça e a criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802). Dissertação (mestrado em História e Cultura Histórica) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o "macro" pelo "micro": Fredrik Barth e a "microstoria". In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 151-172.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso brasileiro: 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 36. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 1998.

STUDART, Guilherme. **Notas para a história do Ceará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

XIMENES, Luciano J. F. Efeitos da ocorrência de Secas sobre indicadores agropecuários do Estado do Ceará. **Informe Rural**, ano VII, n. 1, 2013.

O SERTÃO MARANHENSE NOS OITOCENTOS: OS RELATOS DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO SOBRE OS PASTOS BONS

Rodrigo Castro Azevedo[1]

Os primeiros dois séculos do período colonial foram marcados por um significativo desconhecimento das instâncias administrativas portuguesas acerca do sertão brasileiro, haja vista o número ínfimo de colonos que se dispuseram a adentrar os territórios que compunham o interior das possessões de Portugal, restringindo suas atividades exploratórias ao litoral. Como desdobramento deste cenário, os relatos sobre estes espaços eram escassos, e os poucos existentes o descreviam de forma pejorativa, trazendo desde grandes "vazios, a descrições de tribos e a representar monstros e seres extraordinários na região para preencher o espaço em branco" (BONATO, 2010, p.2).

Às mudanças estruturais na administração portuguesa, atreladas ao chamado Reformismo Ilustrado, desencadearam a busca progressiva pelo sertão. Em compasso com as ideias cientificistas em voga na Europa no período setecentista, oriundas do Iluminismo, o Reformismo Ilustrado Luso foi descrito por Novaes (1994, p.106) como uma junção entre o saber e fazer, ou seja, uma vasta ampliação no âmbito acadêmico com o intuito de formar intelectuais que pudessem contribuir com a

[1] Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão e mestrando no PPGHIST (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão.

investigação científica de recursos naturais. Objetivava ainda elaborar teorias para o aprimoramento das medidas políticas e econômicas tocadas pela Coroa, e ao mesmo tempo, implementar reformas administrativas através dos agentes políticos.

Em razão deste novo cenário político e administrativo, houve o acréscimo de novas nuances na relação estabelecida entre a metrópole e as colônias situadas no além-mar. Deste modo, buscou-se um melhor aproveitamento dos espaços coloniais, como forma de encontrar nestes locais ainda pouco explorados riquezas naturais que pudessem ser convertidas em vantagens econômicas.

Doravante, começaram a se avolumar o número de expedições realizadas rumo aos sertões "brasileiros", especialmente entre o final do século XVIII e o início do XIX, empreendidas por sujeitos de toda a sorte. Assim, o sertão tornou-se o destino de uma vasta gama de aventureiros, cientistas, militares, clérigos e cronistas, sendo estes exploradores responsáveis pela produção de relevante base documental acerca dos espaços percorridos.

Importante mencionar que uma parcela significativa das missões exploratórias que objetivavam o sertão contou com o aporte financeiro da Coroa Portuguesa, em especial as lideradas por acadêmicos formados na Universidade de Coimbra. Tais incursões ficaram conhecidas como Viagens Filosóficas, que em sua essência:

> [...] deveria promover o avanço da ciência, descobrir leis, a lógica do criador, que estavam escondidas no mundo vivo. Mas a História Natural não reunia apenas estudos das espécies, mas incluía conhecimento para manipular minerais, domesticar plantas e animais. Os naturalistas atuavam, portanto como economistas, etnógrafos, coletando as técnicas nativas de transformação da natureza. (RAMINELLI, 2008, p.10)

Aos poucos o sertão maranhense foi introduzido ao novo cenário imposto aos espaços coloniais. O processo de colonização deste ter-

ritório iniciou na primeira metade do século XVIII, como desdobramento da pecuária extensiva desenvolvida por fazendeiros vindos de Pernambuco e Bahia, que, a procura de novos pastos, foram "conduzidos" por seus gados ao sul do Maranhão, onde posteriormente foram estabelecidas fazendas, vilas e freguesias. Desde então, o sertão maranhense foi "visitado" por diversos viajantes e exploradores, com o intuito de obter maiores informações sobre espaço, que ainda então era desconhecido pela Coroa Portuguesa.

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar a figura do padre Joaquim José Pereira, também conhecido como o Vigário de Valença, que percorreu o interior do Maranhão, assim como o estado do Ceará e do Piauí, tendo ao todo permanecido por mais de uma década nesses sertões. Em razão disso, Pereira foi tido como uma das figuras mais proeminentes dentre os viajantes que percorreram o sertão nordestino no século XVIII e XIX. (BONATO, 2010, p.10)

Também merece substancial destaque a participação dos militares no processo de exploração e colonização da região. Pachêco Filho (2016) menciona ao menos três destes que tiveram grande relevância para a construção da historiografia sobre o sertão do Maranhão, isso por conta dos ricos escritos deixados por tais personagens relatando suas observações no período em que estiveram na região. São eles Sebastião Gomes da Silva Berford, João Pereira Caldas[2] e Francisco de Paula Ribeiro.

Ressalta-se dentre os citados Francisco de Paula Ribeiro. Suas memórias, objeto do presente estudo, são frutos dos mais de vinte anos em que permaneceu na capitania do Maranhão. De importância impar para a compreensão da região, suas obras se traduzem em um mapa e três memórias que abordam a geografia física e humana, no que concerne a vegetação, hidrografia e ainda a população existente no sertão de Pastos Bons.

[2] Sebastião Belford e João Pereira Caldas são autores de valorosos relatos sobre o sertão maranhense, sendo eles respectivamente: "Roteiro e mappa da viagem da cidade de S. Luiz do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro" e "Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí".

Sua trajetória na região inicia quando chega na América portuguesa, por volta de 1795. Fora Duque de Lafões quem o indicou para o posto de Alferes na Capitania do Maranhão, dirigindo sua solicitação ao Secretário de Estado da Marinha.

Sua primeira missão no sertão maranhense data de 1800, quando foi encarregado do comando do destacamento de Pastos Bons, depois de curta passagem por Belém. Passados dois anos, D. Diogo de Souza, governador da Capitania do Maranhão, designou Higino Xavier para o cargo, afastando assim Paula Ribeiro do sertão . Em 1815, fora nomeado para delimitar a fronteira entre as capitanias de Maranhão e Goiás. Ressalta-se que tal missão tem grande relevância e configura, possivelmente, como a maior de todas as realizadas em sua carreira.

O interesse em providenciar a delimitação entre as capitanias decorreu da ação do "regatão" Francisco Pinto Magalhães. Este anexou o território de São Pedro de Alcântara, originário da região maranhense, à capitania de Goiás.Ademais, aproveitou-se do abandono administrativo em prol da obtenção de lucros pessoais, cobrando taxa para proteção dos colonos "goianos" que estivessem do lado "maranhense" do rio Tocantins. Importante salientar que tais fatos se sucederam em razão da inércia dos governadores pregressos da capitania maranhense, que não empreenderam viagens exploratórias rumo ao rio Tocantins conforme determinava o documento oficial emitido pela Coroa Portuguesa em 1798, conforme ensina Pachêco Filho (2016, p.78).

Diante deste cenário, restou ao governador da capitania do Maranhão, Paulo José da Silva Gama (1811-1819), incumbir a Paula Ribeiro a missão de determinar os limites territoriais além de, tão importante quanto, reaver o domínio maranhense sobre São Pedro de Alcântara. As instruções foram diretivas, segundo segue:

> A sua comissão portanto é marchar com a maior brevidade possível até a raia limítrofe desta capitania com a de Goiás nas extremas de Pastos Bons cabeceiras do Tocantins, lugar por Vossa Mercê conhecido. Ali deve sn e encontrar com o sargento-mor

> José Antônio Ramos e o capitão Francisco José Pinto Magalhães, vindos autorizados pelo excelentíssimo governador e capitão-geral daquela capitania para como Vossa Mercê- que vai autorizado por mim para o mesmo- observar e designar a raia divisória e terminal das duas capitanias.[3] (ARQUIVO PÚBLIO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1814-1816)

Além das duas atribuições principais, ou seja, a retomada da povoação e a demarcação fronteiriça entre as capitanias, o militar ainda deveria fornecer ao governador relatos da região sul da capitania, "a fim de se conhecer a capacidade dos rios, a sua diversidade de braços que se intrometem pelo sertão [...] A qualidade dos terrenos, as povoações e todos os vestígios notáveis de antigas povoações ou caminhos".[4] (ARQUIVO PÚBLIO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1814-1816) Assim, como decorrência desta viagem, o militar elaborou uma descrição pormenorizada sobre a porção sul da capitania, ao passo que relatava o percurso transcorrido desde São Luís até seu destino.

A trajetória de Paula Ribeiro na região foi interrompida em 1823, quando foi morto por um grupo militar rival. O golpe ocorreu no desenrolar das lutas pela independência da capitania do Maranhão, quando o militar defendia os interesses portugueses e a manutenção da das investidas dos que buscavam autonomia, findando as atividades oficiosas e empreitadas exploratórias do combatente português.

Conforme aludido, Francisco de Paula Ribeiro não se ateve às atividades militares durante sua estada na capitania do Maranhão, pois também produziu um conjunte memórias de grande relevância para o estudo do sertão dos Pastos Bons. A assinalando a importância destes escritos, o historiador João Renôr Ferreira de Carvalho ao compilar as

[3] APEM – ARQUIVO PÚBLIO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1814-1816, Códice 05 Doc. 755.

[4] APEM – ARQUIVO PÚBLIO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1814-1816, Código 05, Doc. 755.

produções de Paula Ribeiro em livro, ao lado de Adalberto Franklin afirmou que: "[...] agora fazem parte das fontes historiográficas indispensáveis para se fazer a história, a etnografia e a antropologia da região sul do Maranhão" (FRANKLIN; CARVALHO, 2007, p.23).

Ao todo são três memórias: *Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do* Maranhão e da de Goiás *no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima.* Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1848. *Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*. Revista do IHGB, nº 12, Rio de Janeiro, 1849. *Memória sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão,* nessas memórias analisa algumas tribos no sertão. Revista do IHGB, v.3, Rio de Janeiro, 1841.

As memórias mencionadas tratam de diversas questões afeitas à região sul do Maranhão. Por meio de suas observações assertivas, Paula Ribeiro informa sobre os aspectos naturais, econômicas e sociais do lugar, além das práticas cotidianas dos habitantes de Pastos Bons. Dessa forma, pode-se dizer que "informa progressivamente o leitor sobre a geografia, história e a etnologia do território de Pastos bons nos sertões do Maranhão" (FRANKLIN; CARVALHO, 2007, p.134).

Não é demais afirmar que Francisco de Paula Ribeiro dedica boa parte dos seus escritos para descrever os aspectos naturais do sertão. De fato, constrói uma narrativa bastante elogiosa acerca das belezas que compunham a paisagem dos Pastos Bons no período oitocentista. Exemplo disso pode ser encontrado em uma das passagens da *Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos,* na qual Ribeiro assim aborda a natureza local:

> A natureza de uns e de outros terrenos, excessivamente pródiga na sua vegetação, é que talvez adquiriu para todo este distrito o nome de Pastos Bons. Os seus campos nutridores, o seu ar cômo-

> do, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são circunstâncias que fazem com que este país seja o mais abundante e delicioso: por isso mesmo é que ele chama dos sertões de outras capitanias confinantes os negociantes de gados, que dali transportam para manutenção e povoação dos seus infecundos campos a criação das vacas e novilhas; o que é muito mal permitido consentir-se, porque não está ele ainda nas circunstancias de ceder para fora da sua capitania semelhante artigo (RIBEIRO, 1872, p.44).

No breve trecho, para além de ressaltar a qualidade dos terrenos existentes no sul maranhense, Ribeiro complementa que a alcunha de Pastos Bons fora atribuída a região pelos fazendeiros migrantes, dado seu encantamento com as virtudes naturais existentes na região, que contrastavam com os sertões áridos de onde eram oriundos.

Estas descrições da favorabilidade dos recursos naturais existentes na região não podem ser apartadas dos interesses econômicos que tais aspectos representam, pois, como assinalado, as atividades exploratórias empreendidas por Paula Ribeiro estão inseridas no contexto de busca por riquezas naturais nas regiões desconhecidas da colônia, com o intuito de convertê-las em bens passiveis de comercialização.

Tal fato se expressa, dentre outros exemplos, nos levantamentos realizados por Francisco de Paula Ribeiro acerca da existência de partículas salitrosas nos campos do sertão maranhense, especialmente nas proximidades dos rios Balsas e Parnaíba, ao afirmar que "Há certos lugares em que se descobrem sobre a terras partículas salitrosas, que os gados procuram que lhes lembre outro pasto dias inteiros" (RIBEIRO, 1870, p.69). Este artigo do reino mineral contribuiria de forma positiva na criação do gado, além de ser um dos elementos utilizados na fabricação da pólvora no século XIX.

Adentrando propriamente na economia do sertão maranhense, Paula Ribeiro cumpre uma dupla função em seus escritos: para além de pormenorizar as atividades produtivas existentes, o militar também se

propôs a mapear as potencialidades naturais presentes na região, para que, por meio de sua exploração, houvesse uma diversificação da matriz econômica local.

Como mencionado anteriormente, o processo de colonização da região dos Altos sertões pautou-se predominantemente pela criação de fazendas de gado ao longo dos extensos pastos que compunham a porção sul da então capitania. Em razão disso, as bases econômicas edificadas no sertão maranhense a partir de meados do século XVIII e durante o XIX, estiveram pautadas principalmente na atividade pecuária. Tal fato foi atestado por Cabral, ao salientar que em meados do período setecentista um terço das Fazendas de gado existentes no Maranhão situava-se em Pastos Bons (CABRAL, 2008, p.101-102).

Em seus escritos, Francisco de Paula Ribeiro ratificou a relevância do gado no contexto sertanejo, uma vez que se tratava do "principal artigo que na primeira parte faz subsistir toda a população, vigorar pelas forças desta a cultura dos gêneros de que lhes resulta o comércio [...]" (RIBEIRO, 1872, p.42). Concordando com o militar, o historiador Eloy Coelho Neto ratifica a importância dos bovinos na construção da econômica do sertão ao afirmar que "o boi determina uma economia primitiva e se constitui a riqueza originária e única" (COELHO NETO, 1979, p.20).

Ainda nesta linha, Paula Ribeiro alude que apesar da competição com os bovinos das capitanias mais próximas nas feiras locais, os "copiosos gados dos Pastos Bons" levam substancial vantagem em detrimento aos demais, pois eram não só os "melhores de toda a capitania" como também demonstravam ser vantajosos frente a "todos os das outras confinantes". Isso porque, segundo o militar

> Toda esta travessa que contém, assim como todo o terreno da fazenda Alegre para cima, os mais excelentes e desembaraçados campos para criação os gados que apesar de nascerem e de se criarem nos capins chamados agrestes, únicos pastos gerais de que são próprios estes sertões do sul da capitania do Maranhão,

> têm, contudo, pela grandeza de seu corpo, gordura e aptidão para grandes marchas, muito mais valor nas feiras do Itapecuru do que todos os gados da capitania do Piauí [...] (RIBEIRO, 1870, p.11).

Assim, Paula Ribeiro salienta que a qualidade do gado vacum proveniente do sul maranhense tem como um dos fatores preponderantes a excelência dos campos existente na região, que eram tidos como ideais para o desenvolvimento da pecuária.

Ademais, também está contido em suas memorias trechos que tratam sobre ausência do fomento à lavoura no sertão dos Pastos Bons, que, a seu ver, apresentava condições promissoras para converter o sul maranhense em uma região agroexportadora, quebrando assim o domínio da monocultura animal sobre a economia local.

Nesse sentido, Ribeiro oferece indicativos acerca dos locais mais propícios para o desenvolvimento desta atividade, ao afirmar que seria de grande valor para Coroa Portuguesa ensejar a exploração das áreas "para baixo do rio Alpercatas até perto da vila de Caxias", uma vez que "seriam incalculáveis os interesses resultados se todas se aproveitassem, porque a Capitania do Maranhão não tem outras mais próprias para a agricultura" (RIBEIRO, 1870, p.21).

Contudo, o militar alude que esta diversificação das atividades produtiva do sertão esbarra diretamente na incapacidade de escoamento da produção, haja vista o aproveitamento pífio das rotas fluviais contidas na região.

> Constando, como já temos dito, uma boa parte da dilatada freguesia dos Pastos Bons de excelentes fazendas de gado, sem por agora contenha ao menos nas de seus quatro principais rios navegáveis, Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Grajaú, outra alguma forma de estabelecimentos consideráveis por não poder exportar outros gêneros, e conhecendo-se que os mesmos rios oriundos do seu seio podem fazer seu principal motivo da sua riqueza, promovendo-lhes imediatas relações com a metrópole, independentes do trabalhoso trajeto por terra que atualmente tanto lhes dificulta,

> fica provado por isso, e pelo que temos a dizer de suas vantagens, ser este dito território a mais importante porção da Capitania do Maranhão (RIBEIRO, 1872, p.53-54).

O trecho denota que para Paula Ribeiro a diversificação das atividades econômicas estava intrinsicamente associada a melhores rotas comerciais que ligassem os Pastos Bons às capitanias confinantes, podendo assim exportar os gêneros agrícolas que seus terrenos possibilitavam o cultivo.

Cabe salientar, que a relevância da atividade pecuária nos Altos Sertões se materializou para além dos aspectos econômicos, isso porque, como afirma Cabral, o gado também foi preponderante para o modelo de organização da ocupação territorial da região (CABRAL, 2008, p.103).

Em razão disso, os primeiros focos concretos de colonização, decorrentes estabelecimento de fazendas, forma fixadas às margens do rio Parnaíba e posteriormente, mediante ao recrudescimento da ofensiva sobre as populações indígenas que habitavam a região, alastraram-se para as demais áreas do sertão, o que redundou em um espaço ainda mais fracionado.

Sobre isso, Paula Ribeiro afirma que a freguesia dos Pastos Bons foi dividida "em oito particulares distritos ou ribeiras, como seus habitantes lhes chamam" (RIBEIRO, 1872, p.54), a saber: Alto Itapecuru, Paranaíba, Balsas, Além de Balsas, Neves, Lapa, Farinha e Grajaú. Seus nomes estão diretamente vinculados aos principais rios que banham o local.

No que se refere ao processo de ocupação colonial da região, o militar constantemente reiterou a discrepância existente entre as dimensões territoriais do sertão do Maranhão e a população sertaneja, pois, para ele "a população não é proporcional à sua grande extensão" (RIBEIRO, 1872, p.65). Ribeiro buscou embasar sua afirmativa por meio de um breve levantamento quantitativo dos habitantes dos Pastos Bons. Nesse sentido, em que pese o fato de mencionar a dificuldade de elaborar uma estimativa precisa, afirma que havia cerca de quatro a cinco

mil homens livres, além de aproximadamente mil escravos, (RIBEIRO, 1872, p.42) habitando os Pastos Bons, sendo uma quantidade irrisória se comparada a população litorânea.

Contudo, é de suma importância destacar que tais estimativas populacionais contribuíram para um aprofundamento no processo de invisibilização das populações indígenas que ocupavam região, que, durante o período, compunham a maior parcela populacional do sul maranhense. Para além disso, as populações nativas eram tidas como entraves para o desenvolvimento da região, principalmente no que toca a implementação de um maior número de fazendas de gado. Ribeiro explicita tal fato ao afirmar que

> Já em outro tempo foram povoados seus campos em Pastos Bons, os melhores para criação dos gados, com mais de sessenta estabelecimentos, formando parte da alta ribeira do Itapecuru, uma das mais populosas do distrito: porém, aqueles gentios, e outros que com eles se confinam para sul, os tornaram a verter em solidões, destruindo-lhes a maior parte dos ditos estabelecimentos, tanto que apenas hoje resta o do Riachão, pertencente a Henrique Raposo do Amaral, e este quase exaurido. (RIBEIRO, 1870, p.21)

O historiador Raimundo Santos ratifica esta ideia de invisibilidade dos povos indígenas neste processo de povoamento vislumbrado pelos agente das Coroa, pois, segundo ele, "a construção identitária no Maranhão se edifica na exclusão do nativo. Por força de um destino, o sertão nasce e cresce expulsando o índio para a implantação das fazendas de gado" (SANTOS, 2011, p.211).

Ademais, além de produzir uma breve descrição acerca das características demográficas do sertão, Francisco de Paula Ribeiro também ocupou-se da elaboração de uma verdadeira radiografia humana dos povos sertanejos (PACHECO FILHO, 2016, p.83), tanto no que diz respeito as atividades laborais por eles desenvolvidas, como em relação as suas características comportamentais.

Em relação ao primeiro aspecto, Paula Ribeiro deu ênfase ao cotidiano estafante dos sertanejos devido ao trabalho diário nas fazendas. Os escritos atribuem maior destaque a figura dos vaqueiros, responsáveis pelo trato como o gado. Assim, era atribuição dos vaqueiros a "criação" dos bezerros e muares, bem como amansa-los, com o intuito de evitar que se tornassem touros arredios e porventura trouxessem prejuízos aos fazendeiros. Responsabilizavam-se ainda pelos animais feridos, que por vezes encontravam-se com algumas chagas pelo corpo ocasionadas pela *varejeira*[5].

O militar resume bem a árdua jornada dos vaqueiros no presente trecho:

> É finalmente aquele que para cumprir bem com seu oficio vaqueiral, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou que ao menos as madrugadas não o achem em casa, especialmente no inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque neta estação costuma nascer a maior parte dos bezerros, e para que ele possa nas malhas[6] observar os gados antes de espalhar-se ao romper o dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas de ser mães, e traze-las sempre quase como à vista para que, parindo, não escondam os filhos deforma que fiquem bravos ou morram de varejeiras. (RIBEIRO, 1872, p.82)

Ressalta-se ainda que trabalhadores citados não auferiam qualquer pagamento mensal pelo serviço desempenhado. Entretanto, apesar de penosa, a função desenvolvida pelos vaqueiros, possibilitava a estes a oportunidade de tornarem-se fazendeiros, uma vez que, não obstante o fato de não serem mensalmente remunerados, recebiam após cinco anos um quarto do gado nascido no período trabalhado (RIBEIRO, 1872, p.83).

5 A Varejeira descrita por Paula Ribeiro, trata-se de uma mosca de tamanho acentuado que infligia grandes danos aos gado pois é conhecida por deposita seus ovos na feridas abertas existentes nos boi, levando até mesmo a morte.

6 O termo malho foi utilizado por Paula Ribeiro para designar lugares entre os campos que são escolhidos pelo vaqueiro para que o gado possa pernoitar.

No que tange ao segundo ponto suscitado, as descrições de Paula Ribeiro acerca dos aspectos comportamentais dos sertanejos denotam nitidamente o discurso de alteridado que põe o europeu "civilizado" em contraponto aos habitantes locais dotados de características "bárbaras". Tal fato torna-se explicito mediante o presente trecho

> Não só as primeiras letras e as artes liberais, mas ainda a mecânica, lhes são inteiramente desconhecidas, porque assim como não tem a sua alma ornatos que a iluminem, também não conhece nem sente o seu trato pessoal qualquer precisão da decência. Poucos, ainda mesmo dos mais ricos, não deixam de viver quase nus em camisas e ceroulas de algodão grossos, e de comer ou dormir no chão sobre pele seca de boi, sendo claro, pelo que destes princípios se deduz, que mais ao estado brutal em que nascem e se criam, do que a um sistema escolhido, deve, eles tão péssimas filosofia, e também o quanto como resultado infalível esses princípios fazem com que não possam encontrar-se entre os propriamente ali nascidos muitos homens , cujo o modo de pensar os constitua nessa qualidade por outra alguma circunstância que não sela simplesmente a do seu instinto natural (RIBEIRO, 1870, p.65).

Observa-se, portanto, que a descrição de Paula Ribeiro reforça a ideia de que incivilidade dos habitantes do sertão maranhense, não associadas necessariamente à condição financeira que detivessem, mas sim a uma falta de astúcia própria, intrínseca de tais povos, faltando-lhes racionalidade.

Ainda nesta linha, o militar atribuía esta condição na qual se achavam os povos do sertão, à ausência de instituições formais de educação na região. Em função disso, a instrução da população local estava a cargo daquilo que era passado pelos ancestrais, de forma que perdurava no sertão um círculo geracional de sujeitos "incultos", sem nenhuma noção sobre leitura ou quaisquer outras artes liberais.

FONTES

MARANHÃO. APEM – Arquivo Público do Estado do maranhão. Objetos Diversos: 1814-1816, Códice 05 Doc. 755.

MARANHÃO. APEM – Arquivo público do Estado do Maranhão. Objetos Diversos: 1814-1816, Código 05, Doc. 755

REFERÊNCIAS

BONATO, Thiago. **O olhar, a descrição**: A construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do período colonial (1783-1822). 2010. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado:** conquista e ocupação do sul do Maranhão. 2. ed. São Luis: EdUFMA, 2008.

COELHO NETO, Eloy. **História do sul do Maranhão**: terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

FRANKLIN, Adalberto; CARAVALHO; João Renôr de. **Francisco de Paula Ribeiro:** desbravador dos sertões de Pastos Bons; a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2007.

NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 7, 1994.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. **Varando mundos:** navegação no vale do rio Grajaú. São Luís: EdUEMA, 2016.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas:** monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro de viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras de Capitania do Maranhão e da de Goyaz no ano de 1815 em serviço de S.M. Fidelíssimo. **Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico de Geogaphio Brasileiro**, tomo X, 1. trim. de 1848. Rio de Janeiro ed 2 1870.

RIBEIRO, Francisco de Paula. RIBERIO, Francisco de Paula Ribeiro. Descripção do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções caráter dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. **Revista Trimestral da História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo XII, 1. trim. de 1849 , Rio de Janeiro [segunda edição 1872]

SANTOS, Raimundo Lima. O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro. **Revista de História Regional**, v.16, n.1, Verão, Paraná, 2011.

"SEBASTIÃO CARDOSO BATALHA": MOBILIDADE SOCIAL INDÍGENA NA AMÉRICA PORTUGUESA DO ANTIGO REGIME (CAPITANIA DO RIO GRANDE, SÉCULO XVIII)

Abimael Esdras Carvalho de Moura Lira[1]

INTRODUÇÃO

Em sua obra "Centro e Periferia", Edward Shils reúne uma série de ensaios entre as décadas de 1950 e 1970, nos quais o autor busca estabelecer uma análise macrossociológica acerca do processo de estruturação de uma dada sociedade, como este organismo se conservava e se transformava ao longo do tempo, mediante processos de coesão que garantiam sua continuidade e longevidade. Contudo, o próprio autor havia reconhecido nos textos que a sociedade era formada por partes, mas que existia um centro que buscava invariavelmente integrar as periferias, através do "consenso", responsável por fornecer um mínimo de coesão para a sobrevivência e o funcionamento dessa sociedade.

Ainda de acordo com Shils, as relações entre o centro e as periferias se davam através da "integração". Segundo àquele autor, toda sociedade seria portadora de graus variáveis de integração, ora maior, ora menor, cuja intensidade também se alterava entre as partes que a compunha e que também se modificava consoante o momento, ou seja,

[1] Licenciado em História (UFRN), Especialista em Psicopedagogia Institucional (ISEP), Mestre em História & Espaços (UFRN) e discente do Curso de Doutorado em História & Espaços (PPgH/UFRN).

o grau de integração não era estável, mas móvel, volúvel, intermitente. No interior das diferentes maneiras de integração, Edward Shils avultou o papel do "consenso", manejado pelo centro para se impor às periferias sem que, necessariamente, precisasse recorrer a violência ou a coerção e manter, consequentemente, a ordem.[2] Um dos principais mecanismos de integração, na perspectiva do autor, seria:

> A cultura de uma sociedade que inclui a língua ou línguas dos seus membros, as suas imagens cognitivas da sociedade em que vivem, as suas imagens das instituições dessa sociedade, especialmente das suas instituições de autoridade; e inclui as suas convicções morais. Inclui crenças sobre a estrutura dessa sociedade, sobre as suas características territoriais, sobre o valor dos grupos que a compõem; e inclui crenças acerca da história de todas estas coisas" (SHILS, 1992, p. 150).

A partir disso, percebe-se uma multiplicidade de elementos culturais que são responsáveis pela integração de uma sociedade como, por exemplo, a(s) língua(s), as instituições, a religião, a moralidade, as crenças, etc. Estes elementos serão operacionalizados, ao longo deste texto, para se analisar o processo de integração de um indígena à sociedade portuguesa de Antigo Regime, estabelecida nos sertões[3] da Capitania do Rio Grande, conquista periférica do Império ultramarino luso no Atlântico sul. Salienta-se que uma das vias de estudo dos elementos culturais de uma dada época consisti na análise da trajetória dos sujeitos sociais, capazes de traduzirem com suas ações, crenças, estratégias e astúcias,

---

2 SHILS, Edward. **Centro e Periferia**. Lisboa: Difel, 1992. p. 4-6; 35.

3 Compreende-se a ideia de sertão como defendido como um conceito móvel, volúvel e que variava ao sabor das circunstâncias e contextos sociais e culturais locais, como definido por Araújo, não se pode compreender a ideia de sertão e de sertanejos como algo uniforme. Para saber mais, ver ARAÚJO, Emanuel.Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 58-67.

portanto, toda atmosfera cultural de determinado período histórico.[4] Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, optar pela análise de trajetórias sociais de administradores coloniais na América portuguesa, constituir-se-ia como uma das vias possíveis para se compreender o processo de formação social do Estado do Brasil. Àquela autora pondera, ainda, que a partir de estudos pormenorizados daqueles caminhos sócio administrativos seria possível também o desenvolvimento do entendimento sobre questões estruturais que permearam a vida da sociedade *setecentista*.[5]

Desse modo, escolher a trajetória como meio de entendimento da realidade social colonial e, consequentemente, dos percursos travados pelos agentes históricos, implica, previamente, na compreensão dos "quadros mentais" que lhes serviram como suporte, ou seja, que cotejava sentido às ações cotidianas, assim como as maneiras e formas através das quais os indivíduos se relacionavam, costumeiramente, com o exercício do poder político.[6] Conforme havia ressaltado António Manuel Hespanha, questões como, por exemplo, "justiça, graça e misericórdia", que se constituíam como o tripé da teologia dos tempos modernos eram os mesmos elementos que explicavam, corriqueiramente, a teoria dos atos humanos, conferindo sentido à própria ação de "governar".[7]

---

4 PAIVA, Yamê Galdino de. **Vivendo à sombra das Leis: Antônio Soares Brederode: Entre a justiça e a criminalidade**. Capitania da Paraíba (1787-1802). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. p. 3.

5 SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração da América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19.

6 HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. In: **Revista Tempo**, v. 11, n. 21, 2006, p. 124.

7 Ibidem, p. 125.

"POR SER PESSOA BENEMÉRITA": TUTELA, MERCÊS E MOBILIDADE SOCIAL

O alvor do século XVIII foi vivenciando por seus coetâneos luso-brasílicos de modo sombrio, em ambas às margens do Atlântico. As diversas convulsões sociais, iniciadas ainda no final do século XVII, se espraiavam por quase todas as possessões portuguesas, fosse no reino, fosse no ultramar. Reverbera-se que os estopins de tais situações variavam ao sabor das circunstâncias locais e regionais, algo que, mais uma vez, sinalizava para o caráter casuístico que havia demarcado um Império de dimensões continentais.[8]

Nesse contexto, eclodiu a chamada "*Guerra dos Bárbaros*" que atingiu, dentre outras, a Capitania do Rio Grande, caracterizada pelas reações efetuadas pelos diversos grupos indígenas, em diferentes porções do seu território. À Oeste, por exemplo, debatia-se os conquistadores/colonizadores com os *gentios* levantados nas proximidades do Rio Assú, onde se havia emergido a chamada *Guerra do Assú*, que opusera luso brasílicos às etnias indígenas ali residentes.[9]

Foi nesse momento atribulado que começou a emergir às primeiras referências empíricas à figura de Sebastião Cardoso Batalha. Não se sabe onde e nem quando nasceu, tampouco, em que data aportou à Capitania do Rio Grande. Se desconhece se havia vindo para àquela capitania sozinho ou acompanhado por algum(s) parente(s). Contudo, sobre essas questões se tem alguns indícios que permitem traçar algumas hipóteses plausíveis, como se verá adiante.

---

8 LIRA, Abimael Esdras Carvalho de Moura. **Um império de papel**: um histórico do ofício de escrivão da Câmara do Natal (1613-1759). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. p. 264.

9 SILVA, Tyego Franklin da. **A Ribeira da discórdia**: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assú colonial (1680-1720). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

Sebastião Cardoso Batalha foi declarado "neófito"[10] e, de acordo com Raphael Bluteau, essa terminologia era corriqueiramente utilizada por religiosos para se referir aos gentios recém convertidos à fé cristã.[11] Possivelmente, Cardoso Batalha proviesse de alguma tribo potiguara ou janduí que havia sido reduzida ao Cristianismo durante o período *post bellum* nas Capitanias do Norte. No entanto, reverbera-se que sua condição étnica não se configurou como obstáculo intransponível para o seu processo de enobrecimento como veremos ao longo deste texto.

A primeira referência a presença de Sebastião Cardoso Batalha na Capitania do Rio Grande remonta a 07 de março de 1705,[12] quando Sebastião apresentou-se aos oficiais do Senado da Câmara da Cidade do Natal, portando uma provisão do então Capitão-mor daquela Capitania, Antônio Carvalho de Almeida (1701-1705), afim de ser empossado no ofício de meirinho de campo, "por ser pessoa benemérita".[13] As atribuições que competiam aos ocupantes deste ofício, de acordo com as *Ordenações Filipinas* (1603), referiam-se, *grosso modo*, a atuar como representantes pedâneos da justiça em cada terra, agindo em regime de autoridade delegada. Ao meirinho cabia, segundo as *Ordenações*, proceder nas diligências de citações, "prenderem pessoas de estado, fidalgos e nobres da terra".[14]

De acordo com o historiador Abimael Esdras Carvalho de Moura Lira, Sebastião Cardoso Batalha fazia parte de uma grande rede familiar/

---

10 SILVA, Daisy de Assis. **Casaram-se solenemente em face da igreja**: Matrimônio, mestiçagem e dinâmicas de apadrinhamento na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1727-61). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016, p. 38.

11 BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: áulico, anatômico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/search/?q=ne%C3%B3fito#m4343>>. Acesso em: 23/12/2020. Ver verbete "neófito".

12 Fundo Documental do IHGRN. **Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal**. Livro 4 (1702-1707). Fl. 90.

13 Ibidem.

14 PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Ed. fac-símile. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Liv. I, Tít. 17.

clientelar que era tutelada pelo Padre Dr. Simão Rodrigues de Sá.[15] Este religioso, segundo o historiador José Rodrigues da Silva Filho, gozava de imenso prestígio social e político na Capitania do Rio Grande,[16] posto que na escala hierárquica fosse chefe e líder local da única freguesia da igreja católica daquela capitania, até 1759.

Ainda conforme as explanações de Silva Filho, o Padre Simão Rodrigues de Sá havia aportado à Capitania do Rio Grande em 1697.[17] O vínculo que interligava Sebastião Cardoso Batalha ao "velho patriarca de batina" devia-se a "possível" filiação da esposa do recém empossado meirinho: Flávia Rodrigues de Sá. Nesta relação, o historiador Abimael Esdras aplicou àquela relação o conceito de *tutela* e de *tutelado*, objetivando aclarar o sentido das relações que se teciam entre àqueles elementos. Desse modo, Sebastião Cardoso Batalha e Flávia Rodrigues de Sá, bem como outros agentes sociais que portavam o sobrenome "Rodrigues de Sá" como alcunha, foram considerados tutelados pelo referido vigário.[18]

Desse modo, o "neófito" Sebastião Cardoso estava vinculado a uma rede parentelar/*clientelar* formada, dentre outros, por Dona Eugênia Rodrigues de Sá, casada com o Capitão Manuel de Melo de Albuquerque – que foi provedor da Fazenda Real, sesmeiro e vereador da Câmara do Natal por diversos mandatos –; o Tenente Coronel Matheus Rodrigues de Sá – foi também almotacé da Câmara do Natal e sesmeiro –, casado com Violante Dias; Luiza Rodrigues de Sá, casada com o tabelião, sesmeiro e escrivão da Câmara do Natal José Barbosa de Souza; Genovesa Rodrigues de Sá, casada com o capitão e cirurgião Diogo de Melo; e Felipa Rodrigues de Sá, casada com Urbano Leitão Martins. A exceção

[15] LIRA, Abimael Esdras Carvalho de Moura. **Um Império de papel**: um histórico do ofício de escrivão da Câmara do Natal (1613-1759). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. p. 235.
[16] SILVA FILHO, José Rodrigues da. Padre Simão Rodrigues de Sá: um patriarca de batina. In: **II Encontros Coloniais**, 29-30, maio, 2014. p. 1.
[17] Ibidem, p. 2.
[18] LIRA, ***op. cit.***, p. 227.

deste, todos os homens dessa família estiveram inseridos também no interior da vida militar e fossem grandes proprietários de terras e de gados – *vacuns* e *cavalares* –, pela Capitania do Rio Grande.[19]

A análise do percurso inicial de Cardoso Batalha acena, como visto acima, para uma possibilidade diferente de inserção e participação indígena na sociedade ultramarina lusa *setecentista*, na Capitania do Rio Grande, ao demonstrar a possibilidade de integração de elementos étnicos indígenas naquela sociedade para além do uso exclusivo da força. O meirinho, havia mobilizado, ainda, outro elemento cultural "tipificadamente" pertencente ao repertório cultural dos conquistadores: a escrita – algo que demonstrava o seu grau de integração à sociedade lusa estabelecida nos trópicos durante o Antigo Regime, pois, como afirmado por Edward Shils, o uso da "linguagem tem consequências integrativas através da substância de seu vocabulário [...] forma nessa medida uma estrutura integrante da sociedade".[20]

Assim, ingressar na administração possuía suas vantagens. Sobretudo para àqueles que pretendiam iniciar a prestação de seus serviços à Coroa localmente, bem como principiar no complexo jogo que se constituía com a *economia de mercês*, haja visto que, conforme pontuou Maria de Fátima Silva Gouvêa, essa *economia* se exprimisse pela "criação de uma espiral de poder",[21] que começava com rei e ia se afunilando na estrutura social que gerava, portanto, na palavras de Shils, uma sensação de afinidade "com aqueles que estão [...] envolvidos nos mesmos processos integrantes",[22] mesmo que tal sentimento não fosse completamente dominante.

---

19 LIRA, Abimael Esdras Carvalho de Moura. **Um Império de papel**: um histórico do ofício de escrivão da Câmara do Natal (1613-1759). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. p. 258.

20 SHILS, Edward. **Centro e Periferia**. Lisboa: Difel, 1992. p. 151.

21 GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos; Redes de poder e conhecimento na governação do Império português, 1688-1735. In: **Topoi**, V. 5, N. 8, Jan.-jun., 2004, p. 98.

22 SHILS, ***loc. cit***.

As práticas sociais sob o Antigo Regime eram amplamente marcadas pelas relações familiares, cujo entendimento ultrapassava o perímetro da consanguinidade e se estendia até à escravaria, passando pelo parentesco ritual, e com Sebastião não foi diferente, como se verificará a seguir.

Quase três meses depois de finda a provisão de Sebastião para o ofício de meirinho, em 07 de setembro de 1705, ele batizava, juntamente com sua esposa, Flávia Rodrigues de Sá, ao seu filho primogênito, Augustinho Cardoso Batalha, na Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande.[23] A participação nesta e em outras cerimônias litúrgicas da igreja católica denotam "a receptividade que produz uma comunidade de cultura"[24] nas ações desenvolvidas pelo "neófito" Sebastião, haja visto que o mesmo foi capaz de reconhecer a influência social e política de uma das instituições de autoridade central que agiam sobre aquele território e que moldava as ações dos agentes, assim como principiava a vida social de uma criança numa sociedade de valores cristãos.

As relações de compadrio constituíam-se em outro eficaz mecanismo de análise de possíveis *redes* ou reafirmação das já existentes na sociedade portuguesa ao longo do Antigo Regime.[25] Assim, ao analisar o registro de batismo do primogênito Augustinho Batalha, percebeu-se que seus pais se preocuparam em reafirmar os vínculos *clientelares* ou familiares que os interligavam a *rede* maior tutelada pelo Padre Dr. Simão Rodrigues de Sá. Este vigário geral foi o celebrante da cerimônia de batismo e o padrinho daquele menino.[26] Alguns autores afirmam que

[23] **Livro de Batismos de Cunhaú, São José de Mipibú, Maxaranguape, Camaratuba e Natal** (Matriz de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Natal), 1683-1712. IAH-GP-FIA-CX01. DOC. 0057 (29v).

[24] SHILS, Eward. **Centro e Periferia**. Lisboa: Difel, 1992. p. 151-152.

[25] BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Compadrio e Escravidão**: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1750.

[26] **Livro de Batismos de Cunhaú, São José de Mipibú, Maxaranguape, Camaratuba e Natal** (Matriz de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Natal), 1683-1712. IAH-GP-FIA-CX01. DOC. 0057 (f. 29v).

o apadrinhamento do filho primogênito era concedido ao avô paterno e, na ausência deste, ao avô materno.[27] Ao partir desta perspectiva, pode-se conjecturar, mais uma vez, que o Padre Simão Rodrigues fosse também o avô de Augustinho Batalha. A madrinha escolhida fora Dona Eugênia Rodrigues de Sá,[28] filha primeira do referido sacerdote[29] e, possivelmente, "tia" da criança batizada.[30] A partir desse batizado, Sebastião revitalizava e reforçava os vínculos com duas figuras de proa do Rio Grande *setecentista*: o chefe máximo da igreja católica e com o oficial mais poderoso da Fazenda Real. Ambos, posteriormente, viriam a contribuir com a solidificação das bases materiais que legitimariam a mobilidade social do indígena na Natal do Antigo Regime, assim como o apadrinhamento de seus outros filhos.[31] O que fazia com que as obrigações, tanto morais quanto jurídicas, dos elementos de um mesmo clã em honrarem às responsabilidades horizontais e verticais provenientes da instituição familiar.[32]

Em menos de um ano, em 03 de julho de 1706, Sebastião barganhava a titularidade de sua primeira sesmaria, cuja única justificativa elencada foi que "pretendia aumentar a povoação" da cidade do Natal.[33] Não obstante, Flávia, Sebastião e Augustinho passariam a residir

---

27 BURGUIÉRE, A. Prénoms et parenté. **Lê prénom, mod et Histoire**. Les Entretiens de Malher. Paris: Édition de L'École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1980;.

28 **Livro de Batismos**..., ***loc. cit.***, (f. 29v).

29 COUTO, Domingos Lôreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. In: Anais da Biblioteca Nacional. v. 15, Rio de Janeiro: 1903. p. 84.

30 LIRA, Abimael Esdras Carvalho de Moura. **Um Império de papel**: um histórico do ofício de escrivão da Câmara do Natal (1613-1759). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. p. 225.

31 **Livro de Batismos de Cunhaú, São José de Mipibú, Maxaranguape, Camaratuba e Natal** (Matriz de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Natal), 1683-1712. IAHGP-FIA-CX01. DOC. 0057 (f. 40).

32 RODRIGUES, José Damião. **São Miguel no século XVIII**: Casa, Elites e Poder. Ponta Delgada: Nova Gráfica/LDA, 2003. p. 602.

33 Carta de sesmaria doada a Sebastião Cardoso Batalha, em 03 de julho de 1706. **Plataforma SILB – RN 0947**. *Disponível em*: http://www.silb.cchla.ufrn.br/busca. *Acesso em*: 27/01/2021.

vizinho as terras do Capitão Domingos Gonçalves.[34] Curioso foi o fato de a carta sesmarial não conter a petição do suplicante e a justificativa vir subtendida no despacho final dos oficiais camarários. Com isso, aventa-se que naquela altura Sebastião não possuísse ainda às qualificações e exigências necessárias para tornar-se sesmeiro, mediante a concessão formal de uma *mercê* de terras, visto que se carecia de argumentos convincentes[35] e que para mantê-las fosse bastante dispendioso.[36]

Nesse momento, poder-se-ia cogitar a mobilização do "tutor" de Sebastião e Flávia, o Vigário Simão de Sá, mediante a troca de favores ou mesmo de sua influência junto aos setores da administração local da Capitania do Rio Grande, visto que esse pároco foi algum tempo antes o celebrante de algumas cerimônias litúrgicas que envolviam os oficiais da Câmara do Natal, responsáveis pela concessão da primeira sesmaria urbana doada à Sebastião Cardoso. Exemplo disso, foi quando o Reverendo Simão Rodrigues havia batizado os filhos de João Marinho de Carvalho e de Ana de Macedo, na Capela da Aldeia de Mipibú.[37]

A partir disso, visualiza-se uma interação constante entre Simão Rodrigues e João Marinho de Carvalho, algo que, porventura, facilitou que este oficial camarário contribuísse para o deferimento da concessão da primeira sesmaria de Sebastião Batalha. Tal fato, ratifica, portanto, a influência e o sobrepeso das *redes* familiares e *clientelares* nos destinos, sucessos e insucessos de cada um de seus componentes, bem como na barganha do fundamento material que servia de substrato à

---

34 Ibidem.

35 MORAES, A. P. C. P. **Entre mobilidades e disputas**: o sertão do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2015. p. 137.

36 ALVEAL, C. M. O. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, 2015. p. 247-263.

37 **Livro de Batismos de Cunhaú, São José de Mipibú, Maxaranguape, Camaratuba e Natal** (Matriz de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Natal), 1683-1712. IAH-GP-FIA-CX01. DOC. 0057 (fls. 48v, 33, 37v).

mobilidade social nas estruturas estamentais do Antigo Regime Luso: a posse de terras.[38]

Segundo João Fragoso, ao tratar sobre a hierarquia social costumeira, que seria "construída pela interação de potentados, escravos, forros, índios, ministros da Coroa, clérigos etc", a organização da sociedade lusa na América deveu-se a materialidade conferida pelas *redes clientelares* e de parentesco – consanguíneo ou espiritual –, responsáveis que foram pela gestação da "nobreza principal da terra", mesmo que não possuísse reconhecimento oficial manuscrito, o fizeram no cotidiano social, mediante a reivindicação "de partilhar com a monarquia a autoridade [de uma] capitania".[39] Disso, depreende-se que às relações sociais tecidas por Sebastião Cardoso Batalha anteviam a ratificação de uma hierarquia social costumeira pela Capitania do Rio Grande, ao vincular-se, do ponto de vista familiar e *clientelar*, a mais uma figura importante no cenário político e administrativo local.

Desse modo, o indígena soubera muito bem aprender e aproveitar-se das regras de etiqueta do Antigo Regime para, com isso, se inserir no complexo universo da *economia de mercês*, o que lhe conferiu, em seguida, a provisão para o ofício de tabelião público e o acesso a um importante mecanismo de afirmação política.

Por portaria do Governador de Pernambuco, Félix José Machado (1711-1715), Sebastião foi provido no ofício de tabelião do público da Capitania do Rio Grande,[40] cujo exercício se daria ao longo da maior parte de sua vida na administração local.[41] Com essa provisão, Batalha se tor-

---

38 RODRIGUES, José Damião. **Histórias Atlânticas**: Os açores na primeira modernidade. Ponta Delgada: Centro de História de Além-mar, 2012. p. 83.

39 FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de Engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: _____; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). **Na trama das redes**: política e negócios no Império português, séculos XVI e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 248-249.

40 Fundo Documental do IHGRN. **Caixa 01 de Cartas e Provisões do Senado da Câmara**. Livro 6 (1713-1720). Fl. 24v.

41 Ibidem, Fl. 36.

nava o dono dois únicos cartórios da cidade, assistindo nas esferas civil e judicial.[42] Assinala-se que o exercício do ofício de tabelião público adquiria sobrepeso e distinção, na esfera local, devido ao mecanismo jurídico da concessão de "fé pública", algo que não poderia ser efetuado por outro oficial da escrita, o que fazia com que meros papéis adquirissem validade e reconhecimento de agentes e de agências de poder no interior do Império luso, em suas dimensões civis, militares, judiciais e fazendárias.[43]

Em menos de um mês, o neófito foi provido também na serventia do ofício de escrivão de órfãos, pelo Capitão-mor Domingos Amado (1715-1718).[44] Batalha servia, ainda, naquele mesmo ano, no ofício de escrivão da Câmara do Natal,[45] cujo desempenho se daria até 1718,[46] acumulava, com isso, o total de quatro ofícios administrativos.

Averiguou-se também uma rápida e meteórica progressão na carreira militar do indígena, pois, do posto de soldado das ordenanças,[47] Cardoso Batalha foi nomeado para a patente de tenente de cavalos, em 19 de agosto de 1718.[48] A participação de Sebastião na *Guerra dos Bárbaros* – motivo de concessão de sua promoção –[49] pressupunha o compartilhamento por esse agente da noção de que "vivem no mesmo território" que os demais portugueses[50] e que partilham do mesmo "sistema de

---

42 Ibidem.

43 PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Ed. Fac-símile. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Liv. I, Títs. 78, 79, 78 (§ 10).

44 Fundo Documental do IHGRN... ***op. cit.***, Livro 06 (1713-1720). Fl. 63v.

45 LOPES, ***op. cit.***, p. 140.

46 Ibidem, p. 144.

47 SILVA, Kalina Vanderlei P. da. **O miserável soldo & a boa ordem colonial:** Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: 2001. p. 61.

48 Fundo documental do IHGRN. **Caixa 06 de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal**. Livro 17 (1728-1736). fl. 2.

49 Fundo documental do IHGRN. **Caixa 06 de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal**. Livro 17 (1728-1736). fl. 2.

50 SHILS, Edward. **Centro e Periferia**. Lisboa: Difel, 1992. p. 151.

atribuição e no mesmo sistema de autoridade",[51] o que havia facilitado a disposição de agir em favor da Coroa portuguesa e contra elementos que, talvez, pertencessem etnicamente a sua própria condição. Isso, por sua vez, demonstra que o grau de integração era dependente dos laços culturais e sociais.

Poucos meses depois, em 30 de novembro de 1718, o neófito foi promovido para o posto de Capitão de Infantaria do Distrito de Santa Cruz, na Ribeira do Apodi,[52] em seguida, para o posto de sargento-mor,[53] que era indicativa de distinção social, bem como de reconhecimento por parte do epicentro da monarquia da qualidade do sujeito nela investida, como pontuou Arno Wehling e Maria José Wehling, e que podia ser manejada pela descendência para receber benesses. [54] Assim, percebe-se mais uma vez o grau de nobilitação e diferenciação social gozada por Sebastião Cardoso Batalha na Capitania do Rio Grande, descrito como "um dos homens principais"[55] daquela capitania. Conquanto, reverbera-se que a busca pela nobilitação e distinção sociais não foi buscada apenas pelo indígena, mas também pelos seus filhos e, posteriormente, pelos seus netos e bisnetos, que serão trabalhados posteriormente em outro texto.

CONCLUSÃO

Ao longo deste texto, pôde-se perceber a emblemática trajetória de Sebastião Cardoso Batalha – "neófito", recentemente convertido ao

51 Ibidem.

52 Fundo documental... ***op. cit.***, fl. 3v.

53 Fundo documental do IHGRN. **Caixa 06 de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal**. Livro 17 (1728-1736). fl. 3v.

54 WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. O funcionário colonial: entre a sociedade e o rei. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **Revisão do Paraíso**: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 146.

55 Fundo documental do IHGRN. **Caixa 06 de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal**. Livro 17 (1728-1736). fl. 3v.

Cristianismo e que conseguiu ingressar na nobreza costumeira local –, cujo percurso na administração civil e militar da Capitania do Rio Grande denotam seu processo de integração à cultura política do Antigo Regime português, vivenciada numa das possessões ultramarinas do Império luso. Nesse fluxo, visualiza-se também a mobilidade e a ascensão social desse agente no interior de uma sociedade estamental, pautada em sutis e, simultaneamente, escancarados mecanismos de nobilitação e distinção sociais.

No trajeto escrutinado pelo indígena, apreende-se diversos elementos que constituíam o cerne da atmosfera mental e valorativa de uma sociedade de Antigo Regime como, por exemplo, o familismo, as relações clientelares, o patrimonialismo, o nepotismo, as redes de poder, de sociabilidades, as relações rituais – de compadrio ou de casamentos –, etc. Tudo isso, amplamente balizado por uma *economia da mercê* que concedia sentido e vivacidade às ações dos agentes sociais pelo Império.

Observou-se também o intervencionismo constante da instituição familiar nas demais esferas da vida social dos sujeitos históricos. A família constitui-se, naquele contexto, como o alicerce e a pedra angular de sustentação da trajetória dos agentes sociais. Se com a família tudo era possível, sem ela as possibilidades de ganhos e acrescentamentos socias poderiam ser considerados quase impossível. Com a análise da vida administrativa, militar e religiosa de Sebastião Batalha averiguou-se o papel preponderante daquela instituição no sucesso que o "neófito" veio a galgar na Natal *setecentista*. Essas interfaces da vida social de Cardoso Batalha assinalam seu grau de integração à cultura política de Antigo Regime vivenciada numa das conquistas portuguesas na América, em função de feitos realizados pelos sertões daquela capitania.

Ao fim e ao cabo, mesmo diante de notório processo de mobilidade social perscrutado pelo Sargento-mor Sebastião Cardoso Batalha em uma sociedade estamental de Antigo Regime, transcorrido, aproximadamente, 70 anos de um longo caminho percorrido no interior da

administração civil e militar local, bem como do reconhecimento de diversos elementos portadores de autoridade concedida pelo epicentro da monarquia, Sebastião e seus descendentes ainda sofressem o estigma pela tonalidade de sua cútis e, consequentemente, de sua origem étnica.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, C. M. O. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, 2015.

ARAÚJO, E. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, M. (Org.). Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 58-67.

BRUGGER, S. M. J. **Compadrio e Escravidão**: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1750.

BURGUIÉRE, A. Prénoms et parenté. **Lê prénom, mod et Histoire**. Les Entretiens de Malher. Paris: Édition de L'École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1980.

Carta de sesmaria doada a Sebastião Cardoso Batalha, em 03 de julho de 1706. **Plataforma SILB – RN 0947**. *Disponível em*: http://www.silb.cchla.ufrn.br/busca. *Acesso em*: 27/01/2021.

COUTO, D. L. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. In: Anais da Biblioteca Nacional. v. 15, Rio de Janeiro: 1903.

FRAGOSO, J. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de Engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: _____; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). **Na trama das redes**: política e negócios no Império português, séculos XVI e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Fundo Documental do IHGRN. **Caixa 01 e 06 de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal**. Livro 4 (1702-1707); Livro 6 (1713-1720); Livro 17 (1728-1736).

GOUVÊA, M. F.; FRAZÃO, G. A.; SANTOS, M. N. Redes de poder e conhecimento na governação do Império português, 1688-1735. In: **Topoi**, V. 5, N. 8, Jan.-jun., 2004.

HESPANHA, A. M. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. In: **Revista Tempo**, v. 11, n. 21, 2006.

LIRA, A. E. C. M. **Um Império de papel**: um histórico do ofício de escrivão da Câmara do Natal (1613-1759). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

Livro de Batismos de Cunhaú, São José de Mipibú, Maxaranguape, Camaratuba e Natal (Matriz de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Natal), 1683-1712. IAHGP-FIA-CX01.

MORAES, A. P. C. P. **Entre mobilidades e disputas**: o sertão do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2015.

PAIVA, Y. G. **Vivendo à sombra das Leis: Antônio Soares Brederode: Entre a justiça e a criminalidade**. Capitania da Paraíba (1787-1802). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Ed. fac-símile. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

RODRIGUES, J. D. **Histórias Atlânticas**: Os açores na primeira modernidade. Ponta Delgada: Centro de História de Além-mar, 2012.

_____. **São Miguel no século XVIII**: Casa, Elites e Poder. Ponta Delgada: Nova Gráfica/LDA, 2003.

SHILS, E. **Centro e Periferia**. Lisboa: Difel, 1992.

SILVA FILHO, J. R. Padre Simão Rodrigues de Sá: um patriarca de batina. In: **II Encontros Coloniais**, 29-30, maio, 2014.

SILVA, D. de A. **Casaram-se solenemente em face da igreja**: Matrimônio, mestiçagem e dinâmicas de apadrinhamento na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1727-61). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, K. V. P. da. **O miserável soldo & a boa ordem colonial:** Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: 2001. p. 61.

SILVA, T. F. **A Ribeira da discórdia**: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assú colonial (1680-1720). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SOUZA, L. M. **O sol e a sombra**: política e administração da América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. O funcionário colonial: entre a sociedade e o rei. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **Revisão do Paraíso**: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A
Aldeamento 67, 82, 98, 112, 120, 122, 135
Amazônia 78
Antigo Regime português 210

C
Cartografia 40, 44, 126, 128, 140
Ceará 5, 9, 96, 110, 124, 141, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 206, 212
Ceará Grande 167, 174, 180

E
Espaço 6, 14, 40, 42, 45, 47, 48, 49, 51, 58, 67, 74, 76, 80, 106, 116, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 147, 149, 182, 184, 191

F
Família 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 29, 48, 50, 53, 58, 92, 95, 97, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 112, 118, 147, 148, 149, 150, 158, 203, 210
Fronteiras 4, 5, 6, 7, 9, 30, 31, 32, 35, 40, 45, 63, 78, 92, 111, 124, 125, 133, 155, 160, 164, 168, 169, 187, 195

H
História 5, 6, 7, 9, 13, 19, 24, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 35, 45, 46, 47, 49, 62, 63, 78, 79, 91, 92, 93, 95, 99, 101, 108, 109, 110, 111, 114, 123, 139, 140, 141, 142, 147, 148, 149, 151, 152, 154, 155, 156, 161, 165, 168,169, 170, 180, 181, 182, 183, 187, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 209, 211, 212

I

Identidade 24, 25, 26, 51, 61, 83, 91, 113, 124, 141, 152, 169
Indígena 40, 44, 51, 60, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 76, 78, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 110, 113, 114, 118, 119, 121, 122, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 165, 166, 198, 169, 203, 205, 207, 208, 209, 210
Indio 69, 72, 73, 74, 75, 94, 96, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 120, 144, 148, 164, 192

M

Maranhão 9, 44, 63, 64, 65, 66, 73, 110, 124, 162, 171, 176, 179, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 195
Maria da Cruz 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29
Mato Grosso 43, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 109, 117, 119, 120, 121
Mestiçagens 55, 155
Mobilidade social 10, 199, 205, 207, 210, 211

P

Paiaku 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169
Paula Ribeiro 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196
Piauí 9, 44, 94, 98, 99, 100, 101, 108, 109, 110, 142, 143, 145, 147, 151, 152, 155, 158, 171, 184, 190

R

Relações interétnicas 145, 146, 148, 151, 154, 155
Rio Grande do Norte 5, 47, 48, 51, 52, 62, 92, 151, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 179, 180, 200, 201, 202, 203, 205, 212
Rio São Francisco 28, 113, 158

S

São Paulo 4, 9, 15, 28, 29, 31, 45, 62, 63, 78, 91, 92, 94, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 168, 169, 180, 181, 195, 199, 212
Seca 156, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 194
Século XVIII 28, 29, 46
Seridó 5, 9, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 148, 158
Sertanistas 15, 30, 31, 32, 33, 40, 41, 42, 43, 45, 46
Sertão 6, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 46, 50, 67, 75, 78, 80, 81, 82, 89, 93, 109, 110, 116, 119, 120, 121, 128, 132, 133, 137, 140, 141, 145, 148, 157, 158, 171, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 198, 206, 211, 212
Sertões 5, 6, 7, 9, 10, 13, 16, 18, 21, 25, 30, 31, 32, 34, 35, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 62, 79, 120, 134, 149, 156, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 172, 174, 180, 183, 184, 187, 188, 189, 191, 195, 196, 198, 210

T

Terço de Camarão 84, 85
Territórios sociais 162, 163
Trabalho 38, 44, 48, 51, 55, 62, 65, 66, 69, 75, 79, 94, 96, 98, 106, 107, 110, 120, 124, 134, 138, 143, 145, 152, 153, 170, 178, 193
Tropas indígenas 79

Realização

Apoio